

OZIAS PAESE NEVES

**REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA (1965-1968):
uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História no Curso de Pós-graduação em História, Linha Cultura e Poder, do Departamento de História, do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Helenice Rodrigues da Silva

**CURITIBA
2006**

À minha mãe, Salete, pelas palavras certas, pelo exemplo, pela dedicação de sempre e por ter me ensinado desde pequeno a ler tudo, ainda que fosse um pequeno pedaço de papel caído no chão aparentemente sem valor.

A meu pai, Ozias (*in memoriam*), pelo exemplo e pela força de vontade que nunca lhe faltou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a dedicação dos amigos e professores Pedro Leão da Costa Neto e Roseli Boschilia, pela sua orientação na graduação e por serem exemplos de profissionais e seres humanos.

A pesquisa em história não é tarefa fácil, mas as amizades, as conversas de bar e o coleguismo de muitos a tornam um verdadeiro prazer. Agradeço de forma muito especial aos amigos que formei pela história dentre eles: Luiz Carlos Sereza, Fernando Augusto Faria, Liz Andrea Dalfre, Patricia Daiane, Karin Ernst, Indianara Andujar, Viviane Maria Zeni, Lorena Beghet, Marcio Rubens, Cleusa Werneck Botelho, Flávio Trovão, Andrea Rollof, Andrea Lobo, Luis Fernando Lopes Pereira, Eucléia Saeto e Antônia Schiwnden. Agradeço também pelo exemplo e pela dedicação daqueles que além de amigos foram professores nos tempos da UTP Clóvis Grunner, Sidinalva Wawzyniack, Helena Mueller, Wilma de Lara Bueno, Maria Ignês Mancini de Boni, Valéria Floriano, Walfrido de Oliveira, Sérgio Feldman, Erivan Karvat e Etelvina Trindade; aos colegas de mestrado que compartilharam das dificuldades e das alegrias para realização de suas dissertações como Vinicius Liebel, Ximena Álvares, Bruno Zetola, Everton Crema e Fabiano L. Bueno Lopes.

Certa vez recebi um texto de um autor desconhecido que definia a amizade e a relacionava com a afinidade dizendo que ela “é um dos poucos sentimentos que resistem ao tempo e ao depois. A afinidade não é o mais brilhante, mas o mais sutil, delicado e penetrante dos sentimentos. É o mais independente também. Não importa o tempo, a ausência, os adiamentos, as distâncias, as impossibilidades. Quando há afinidade, qualquer reencontro retoma a relação, o diálogo, a conversa, o afeto no exato ponto em que foi interrompido. Ter afinidade é muito raro. Mas, quando existe não precisa de códigos verbais para se manifestar”; portanto, para aqueles com quem desenvolvi uma profunda afinidade através da amizade, algumas há mais de duas décadas, quero dedicar um agradecimento muito especial: Jorge Emanuel Morato, Emerson Gabardo, Jackson L. Oaida, Emerson L. de Marchi, Ariadne F. de Siqueira, Gislaine Barancelli, Marcio Baratieri, Gerson Pegoraro, Flávio Berti, Luciano de Paula, Selmy Araujo, Valter Demenech e Ana Baratieri colaboraram, cada um à sua

maneira, de forma imensa para minha formação, portanto aqui segue meu muito obrigado.

Minha família sempre foi importante da minha vida, quero ressaltar a importância do apoio que recebi dela agradeço a meu pai, a minha mãe, aos meus irmãos Tadeu e Tarcizio, a minha cunhada Monica, e ao meu sobrinho Marcos Henrique que sempre foram e serão fundamentais.

Ao departamento de história da UFPR que me acolheu para realizar o projeto devo agradecer nas pessoas de seus funcionários Luci Moreira Baena e Maria C. Parzowski, e ao corpo docente como os professores Ana Maria Burmester, Marcos Napolitano, Judite Trindade, Marion Magalhães, Luis Carlos Ribeiro e Dennison de Oliveira.

Aos integrantes da banca de qualificação que aceitaram ler meu trabalho e contribuíram para a realização deste professores Dennison de Oliveira e Roseli Boschilia.

Aos meus colegas e amigos da Unibrasil que compartilharam essa importante etapa de minha vida: Paulo Schier, Sandro Kosikoski, Francisco de Assis, Fabio Bozza, Marcos Marrafon, Eros Cordeiro, Nasser A. Allan, Flavio Pansieri, Marcos Berberi, Flávio Trovao, Valter Fernandes Cunha Filho, Evandro Piza, Alexandre Godoy, Clara Borges, Adriana Schier, Marcos Maliska, Erica Hartman, Carlos Pianovisk, Renata Melfi, Gustavo Justino de Oliveira, Gisele Ricobon, Laura Garbini, Cimone Rozendo, Eneida Desiree Salgado, Rosalice Fidaldo, Nadia Guarita, Ana Claudia Finger, Adriana da Silva, João Teixeira, Maria Elizabeth Bozza Prodócimo, Aline Barroso, Angela Rame Wong e Michelli.

Por fim, agradeço de forma muito especial à professora Helenice Rodrigues da Silva que aceitou me orientar e contribuiu com seu saber, sua paciência e sua dedicação para que esse trabalho fosse estruturado e realizado.

Realmente, eu vivo num tempo sombrio.
A inocente palavra é um despropósito. Uma fronte sem ruga
Demonstra insensibilidade. Quem está rindo
É porque não recebeu ainda
A notícia terrível.

Que tempo é este, em que
uma conversa sobre árvores é quase uma falta,
pois implica em silenciar sobre tantos crimes?
Esse que vai cruzando a rua, calmamente,
então já não está ao alcance dos amigos necessitados?

É verdade: ainda ganho o meu sustento.
Porém, acreditai-me: é mero acaso. Nada
do que faço me dá o direito a isso, de comer e fartar-me.
Por acaso me poupam.
(Se minha sorte acaba, estou perdido).
Bertold Brecht.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1 OS INTELLECTUAIS E A ESPECIFICIDADE DA CULTURA DE ESQUERDA NO BRASIL NA ANTEVÉSPERA DO GOLPE DE 1964.....	8
1.1 O PRÉ-GOLPE E A ESQUERDA NO BRASIL.....	8
1.2 O FASCÍNIO COM O ESTADO EM TEMPOS DE POPULISMO.....	14
1.3 O NACIONALISMO E O DESENVOLVIMENTISMO COMO VALORES DA ESQUERDA NO PRÉ-GOLPE.....	19
2 A EMERGÊNCIA DA REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.....	26
2.1 O GOLPE DE 1964 E A “REVANCHE DA PROVÍNCIA”.....	26
2.2 A “OPORTUNIDADE” EDITORIAL NO INÍCIO DO REGIME MILITAR	32
2.3 A ATIVIDADE EDITORIAL DE ÊNIO SILVEIRA A RCB.....	38
3 O ENGAJAMENTO E OS PROPÓSITOS DA RCB.....	45
3.1 O PROJETO E A DIMENSÃO DA RCB.....	45
3.2 OS EMBATES DIRETOS: A PRIMEIRA FASE DA RCB.....	50
3.3 MUDAR A FORMA PARA MANTER O CONTEÚDO: A SEGUNDA FASE DOS COMBATES.....	67
4 A DINÂMICA EDITORIAL: TENSÃO E DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO DA RCB.....	82
4.1 MUDANÇAS INTERNAS E ESTRATÉGIAS DE PUBLICAÇÃO: A TERCEIRA FASE DA RCB:	82
4.2 AS ÚLTIMAS ESCOLHAS E ENGAJAMENTOS DA RCB.....	89
4.3 A RCB COMO ESPELHO INVERTIDO DO REGIME MILITAR.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
APÊNDICES.....	130
ANEXOS.....	132

LISTA DE SIGLAS

AI	- Ato institucional
AI-2	- Ato Institucional n. 02,
AI-3	- Ato Institucional. n 03
AI-4	- Ato institucional n. 04
AI-5	- Ato institucional nº 05,
ALN	- Aliança Renovadora Nacional
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CNUCD	- Conferência Das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento
CPC	- Centro Popular de Cultura
ECB	- Editora Civilização Brasileira
ESG	- Escola Superior de Guerra
FEBEAPA	- Festival de besteiras que assola o país
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBESP	- Instituto Brasileiro de Econômica, Sociologia e Política
IPES	- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
RCB	- Revista Civilização Brasileira
STE	- Superior Tribunal Eleitoral
STF	- Supremo Tribunal Federal
UDN	- União Democrática Nacional
UNE	- União Nacional dos Estudantes

RESUMO

Este estudo focaliza a Revista Civilização Brasileira – RCB – como uma amostra da ação e dos valores envolvidos na cultura política dos intelectuais de esquerda durante a primeira fase do regime militar estabelecido em 1964. Mediante a história intelectual e o conceito de cultura política, procuramos delimitar as ações e as estratégias dessa intelectualidade na publicação que se estendeu entre 1965 e 1968. Para tanto, realizamos um mapeamento da RCB para caracterizar sua estrutura de funcionamento e elencar os autores, bem como as estratégias do seu agir ao longo do tempo. Dada a abrangência temática da revista, pois abordava questões de política nacional, internacional, problemas culturais, filosóficos e científicos, selecionamos nosso recorte sobre três temas: política nacional, política internacional e questões comportamentais. Por meio deles estabelecemos a leitura das estratégias que modificaram a estrutura e a temática da revista com a finalidade de que viesse a cumprir com os seus princípios e propósitos de uma revista engajada, aberta e plural durante o regime militar.

Palavras-chave: Revista Civilização Brasileira; cultura política da esquerda, golpe militar, intelectuais.

ABSTRACT

This study focus on the “Revista Civilização Brasileira” - RCB - magazine as a sample of the actions and values involved in the left intellectuals political culture during the first phase of the military regime witch tooked place in 1964. With the intellectual history and political culture concept we have tried to delimitate the actions and strategies of this intellectuality in the publication that lasted from 1965 to 1968. For this objective we have done one working structure and author mapping of RCB, as well as its way of action strategies throughout the time. Given the magazine's thematic enclosing, once that it has approached national and international politics, cultural problems, philosophical and scientific problems, we have to focus our attention on three themes: national politics, international politics and behavioral questions. By this, we can establish the reading of the strategies that modified the structure and the thematic of the magazine with the objective of complying with its principles and purposes of being and open and plural magazine during the military regime.

Key words: Revista Civilização Brasileira, left political culture, militar coup.

INTRODUÇÃO

Os anos sessenta exercem um enorme fascínio sobre aqueles que se dedicam ao estudo das transformações da sociedade brasileira no século XX. Mudanças na concepção do desenvolvimento nacional, alterações nos rumos da política interna e externa e diferentes visões sobre a questão comportamental são apenas alguns dos inúmeros elementos que compõem esse complexo quadro. Daí a nossa motivação para investigar algumas das transformações ocorridas na cultura brasileira dessa década, e, em especial, como os integrantes de uma cultura de esquerda intelectual realinharam suas ações e seus valores no início da ditadura militar.

Nosso trabalho não é pioneiro, ao contrário, existem muitas pesquisas que construíram uma *memória social da esquerda*¹. No entanto, essa memória construída muitas vezes romanceou e suprimiu diferenças entre seus agentes difundindo uma visão distorcida das práticas sociais, o que nos fez redobrar os cuidados para evitar o apelo emocional na leitura do período e das fontes selecionadas.

Como ponto de partida, tomamos a posição de SARTRE quando diz: “produto de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz”². Essas palavras nos encorajaram a investigar como homens de letras, professores e pessoas de renome na sociedade, os intelectuais, publicaram textos e expressaram seus valores no período que se seguiu ao golpe de 1964; como depois de tantos fechamentos do regime os intelectuais continuavam a dedicar sua vida e por vezes arriscar sua liberdade em prol da exposição de suas idéias e valores. Para dar conta dessa gama de questionamentos, realizamos um recorte que abrange a cultura de esquerda no Brasil, no lapso diacrônico situado entre o pós-golpe e o Ato Institucional n. 5, período caracterizado como primeira fase do regime militar.

A fonte utilizada para estudar a cultura da esquerda no período foi a Revista *Civilização Brasileira*, veículo escolhido em face da sua amplitude, pelo período em

¹ Cf. NAPOLITANO, Marcos. O ‘tesouro perdido’: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969-1976). In: DUARTE, André. **A banalização da violência**: atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 275-283.

² SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994. p. 31.

que atuou, pela vasta disposição temática e pela forma combativa com que lidava com o regime. A RCB, como uma rica documentação, nos valeu como uma amostra da cultura de esquerda no pós-golpe, ou seja, um recorte ilustrativo dos valores e das formas de luta de uma parcela dos intelectuais e artistas da cultura de esquerda. Uma breve caracterização da RCB dá conta de justificar o seu estudo: foram publicados vinte e dois volumes ordinários e três cadernos especiais com a perspectiva de periodicidade bimestral. A revista tinha densidade teórica e visava tratar de política nacional, política internacional, questões filosóficas, científicas e artísticas. Dentre os autores publicados estavam: ex-integrantes do ISEB, como Nelson Werneck Sodré e Roland Corbisier; filiados ao PCB, como Ferreira Gullar, Leandro Konder e Dias Gomes; intelectuais de diversos matizes como José Honório Rodrigues, Otto Maria Carpeaux, Octávio Ianni, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Paulo Francis; e autores estrangeiros cuja lista incluía nomes de peso como Bertrand Russel, George Lukács, Lucien Goldmann, Herbert Marcuse, Jean Paul Sartre, Louis Althusser, Walter Benjamin, dentre outros. Inserida no conjunto de órgãos que estavam sob a mira do governo ditatória, a RCB sofreu reveses da política implantada pelo regime militar pós 64, vários de seus intelectuais tiveram de escrever sob pseudônimos, alguns foram presos, e a revista precisou modificar o corpo de redação, a direção, sua temática e estrutura visual.

Em face da importância da RCB foram realizados trabalhos acadêmicos em diferentes campos de saber como as áreas da História, de Letras, de Artes e da Sociologia. Paulo Rubens Paterno Christoforo destacou os projetos e debates do grupo de intelectuais e suas discussões em face da questão do nacionalismo e a penetração do capital norte-americano no Brasil em *Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira*³. Rene Marc da Costa Silva problematizou o discurso dos intelectuais de esquerda no que tange à questão racial brasileira em *A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira*⁴. Isabel Cristina Alencar de Azevedo apontou a revista como projeto editorial inovador

³ CHRISTOFORO, Paulo Rubens Paterno. **Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira**. 1992. Dissertação (mestrado em História). Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴ SILVA, Rene Marc da Costa. **A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira**. Brasília, 1993. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Universidade de Brasília.

para o debate sobre as principais questões ligadas à política nacional e à discussão da arte e da cultura, tendo como mote a divulgação do pensamento de intelectuais marxistas ainda não traduzidos e por isso pouco conhecidos no Brasil daquela época⁵. Miguel Pereira Serpa investigou a questão da cultura cinematográfica presente na revista, em especial a questão do cinema novo⁶. Luiz Eduardo Pereira da Mota comparou as posições da RCB e a Revista Tempo Brasileiro durante a década de 1960⁷. Rodrigo Czajka produziu recente trabalho abordando a questão da esfera pública e a legitimação da RCB como instrumento da resistência de esquerda em *Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira*⁸.

Além desses trabalhos, três livros tangenciam a Revista Civilização Brasileira. Em 1977, Carlos Guilherme Mota escreveu *A Ideologia da Cultura Brasileira entre 1933 e 1974*⁹ em que a RCB aparece sob a nomenclatura de *História de uma radicalização*¹⁰. Daniel Pecaute publicou *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* em 1990, seu texto ressaltou o caráter ambíguo dos intelectuais brasileiros na política porque a renegam, mas facilmente participam dela. Ao tratar da RCB, apontou a existência de dois grupos os *nacionalistas terceiro-mundistas* e os *nacionalistas críticos de São Paulo*; os primeiros teriam elementos ligados ao velho propagandismo das reformas de base e os últimos, mais científicos e rigorosos nos seus apontamentos sobre a realidade nacional¹¹, entendimento que, a nosso ver, não dá conta da complexidade da publicação. Em 1998 foi publicado o livro *Consagrados e Malditos os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*¹², de Luis Renato Vieira, os conceitos de *campus* e de *habitus* de Pierre Bourdieu foram usados para situar Ênio

⁵ AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira: 1965-1968 – Produção cultural em revista.** Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (mestrado em Letras). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁶ SERPA, Miguel Pereira. **O cinema novo na Revista Civilização Brasileira.** São Paulo, 2001. Tese (doutorado em Comunicação e Artes). Departamento de Pós-graduação, Escola de comunicação e artes (ECA), FFLCH. Universidade de São Paulo.

⁷ MOTA, Luis Eduardo Pereira da. **A época de ouro dos intelectuais vermelhos** (uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira 1962-1968). Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁸ CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira.** Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

⁹ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974.** Pontos de partida para uma revisão histórica. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 18-19.

¹⁰ MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit., p. 205.

¹¹ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990. p. 212.

¹² VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira.** Brasília: Thesaurus, 1998.

Silveira como aglutinador de um amplo grupo de jovens escritores de esquerda. Mais do que apresentar a atuação dos intelectuais, ele buscou examinar certos aspectos da lógica que presidiu o funcionamento do mercado da cultura no país durante o regime militar, bem como as influências da ditadura no funcionamento do *campo* intelectual no Brasil.

É lugar comum nas interpretações da RCB afirmar que “nem o regime censurou a revista por suas atitudes tidas como subversivas nem o partido conseguiu determinar sua linha editorial (ainda que Ênio Silveira fosse filiado ao PCB no ano de 1965)”¹³, de outro lado, não se questiona a violência contra alguns de seus integrantes que foram presos, tiveram seus direitos políticos cassados etc.

Apesar de existirem trabalhos importantes sobre a RCB, pareceu-nos que a dinâmica da revista ainda não fora suficientemente esclarecida havendo questões pendentes, tais como: por que visualizamos diversas alterações estruturais se contra ela não houve restrições da censura? Como poderia a repressão alcançar os atores, mas não o veículo? Nossas hipóteses apontam que: a) o cerne do projeto da revista não foi alterado ao longo da publicação permanecendo durante toda sua extensão a sua pretensão em ser um veículo plural de análise da ordem social vigente no país; b) as polêmicas publicadas pela RCB e as críticas entre seus autores foram parte da estratégia da revista desde o princípio da publicação; c) há alteração temática ao longo da publicação e somente a lógica que co-relacione textos, contexto e os valores da *cultura política* da esquerda na época pode compreendê-la e d) há três fases que representam mudanças externas na RCB que diz respeito apenas às estratégias e só podem ser compreendidas se conjugadas com os demais pressupostos mencionados nas letras a, b e c.

A primeira análise que dividiu em fases a RCB foi realizada por Carlos Guilherme MOTA¹⁴, para quem a revista seria, num primeiro momento, o resultado de uma era populista e sua orientação inicial marcada por compromissos políticos

¹³ CZAJKA, Rodrigo. Páginas da resistência ... Op. cit., p. 84. AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. Op. cit., p. 94.

¹⁴ Já no início de sua obra Carlos G. Mota destaca que não se trata de uma história intelectual, propondo ‘o arrolamento sistemático dos principais intelectuais, bem como a indicação das respectivas ‘influências’ recebidas ou exercidas se erigiria em conhecimento científico (...)mas que buscará abordar a problemática situada pelo seu texto é o questionamento dos “dilemas enfrentados e nem sempre resolvidos pela intelectualidade, num processo cultural que, em virtude de seu embasamento ideológico, e em virtude dos contextos vividos, assume dimensões políticas críticas” MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit., p. 18-19.

dessa espécie que alcançavam os intelectuais (1965-1966), na segunda etapa teria radicalizado paulatinamente a temática e interpretação apresentadas até o fechamento em 1968 (1967-1968). Para esse autor, o nacionalismo do período anterior ao golpe daria o tom “até o número 11-12, no fim de 1966, as discussões - e principalmente os editoriais - denotavam uma ligação estreita com o passado e ausência de perspectivas concretas, inclusive no plano teórico. A reflexão política surgia marcada ainda pelo 'antiimperialismo', acreditando-se na aliança da 'burguesia nacional' e dos 'setores progressistas' com os trabalhadores”¹⁵. O autor entende ainda que na segunda fase haveria uma nova frente de intelectuais que, um pouco diversamente “da orientação de Ênio Silveira, Cavalcanti Proença, Nelson Werneck Sodré e outros, não teve uma ligação tão profunda com o populismo, surgindo assim, em condições de analisar mais eficazmente o presente”¹⁶. De acordo com MOTA, o segundo momento seria mais lúcido e eficaz na leitura da realidade brasileira, havendo inclusive espaço para críticas aos próprios participantes do primeiro momento da revista. Nela teriam desaparecido o tom irônico e panfletário, “no plano teórico, não constituirá surpresa verificar que, no lugar de textos de Lucien Goldmann, começam a parecer análises de Marcuse e Adorno”¹⁷.

Várias foram as críticas ao trabalho pioneiro de Carlos G. Mota. Rodrigo CZAJKA, em recente dissertação de mestrado sobre a RCB, menciona que

... em geral, as pesquisas posteriores que ou tomaram a RCB como objeto de análise ou a mencionaram como importante instrumento politicamente aglutinador do PCB (que não foi), emprestam a análise de Carlos Guilherme Mota e assumem a perspectivas das ‘fases’ da revista sem a devida consideração do aspecto que a mesma assume no mercado de bens culturais – a de que ela se define em função do público e não do grupo de colaboradores. As pesquisas acadêmicas realizadas em torno da revista como dos grupos de intelectuais próximos a ela têm assumido a unilateralidade dessa hipótese de Mota – justificável apenas no contexto de renovação das esquerdas no final da década de 1970.¹⁸

O trabalho de Rodrigo Czajka refuta a idéia de fases e investiga a revista sob o viés sociológico utilizando o conceito de esfera pública de Habermas, daí a acentuada definição que oferece da revista em face do mercado de bens culturais e seu público. Nosso enfoque não adotará a posição de Carlos G. Mota e tampouco a visão

¹⁵ MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit., p.206.

¹⁶ Id.

¹⁷ Id.

¹⁸ CZAJKA, Rodrigo. Páginas de resistência ... Op. cit., p. 93.

sociológica de Rodrigo Czajka no que tange à divisão da revista. Visto que desenvolvemos nosso estudo sob o viés historiográfico, demonstraremos por meio da análise das mudanças da RCB, que existiram peculiaridades que modelavam diferenças nela, ou seja, a partir da inspirada visão de Walter Benjamin investigaremos a peculiaridade da revista e verificaremos o que ela deixava de ser, essa talvez seja a especificidade do trabalho do historiador, não tanto procurar a regularidade, como bem fazem os sociólogos, mas observar o que nos torna diferentes.¹⁹

Para investigar as seguidas mudanças na RCB, precisamos mapeá-la e o fizemos trazendo como suporte teórico a *história intelectual* e o conceito de *cultura política*, ambos ligados à história cultural. Tratamos de observar a dinâmica da revista e as estratégias de seus autores e textos em face das transformações do regime autoritário em que se deu a publicação.

Adotamos tais escolhas tendo em mente a ressalva de que “não podemos superdimensionar a cultura como elemento de transformação social, substituindo o antigo determinismo econômico pelo determinismo cultural”²⁰. Assim, Norbert Elias e seus conceitos de *configuração* e *interdependência* foram balizas para compreender a dinâmica entre a conjuntura, a *cultura política* e o agir dos intelectuais como indivíduos dentro da RCB. Cabe ressaltar ainda que não se trata de um estudo sobre os discursos, tampouco uma análise do conteúdo²¹, mas uma tentativa de elaboração de uma cartografia, de um mapeamento, da publicação mostrando, por um lado, a RCB como foco de oposição ao regime e, por outro, como lugar de inovações culturais engajada no seu tempo.

Para dar conta dessa complexa tarefa organizamos a dissertação em quatro capítulos com a seguinte divisão. O capítulo 1 discute a especificidade da cultura de esquerda na década que antecedeu ao golpe, nele procuramos investigar os valores do

¹⁹ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. (obras escolhidas, v. 1) 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 229. Sob esse aspecto vale destacar ainda o trabalho de Peter Burke que enfatiza “a Sociologia pode bem ser definida como o estudo da sociedade humana, com ênfase na generalização de sua estrutura. A História pode ser definida como o estudo das sociedades humanas, com ênfase nas diferenças entre elas e nas mudanças verificadas ao longo do tempo em cada uma. As duas abordagens são obviamente complementares. A mudança é estruturada e as estruturas mudam”. BURKE, Peter. **Sociologia e história**. 2. ed. Porto: Afrontamento, s.d., p. 9.

²⁰ NAPOLITANO, Marcos. Cultura como instrumento de transformação social: limites e possibilidades. **Revista Idéias**, São Paulo, v. 32, p. 221-235, 2004.

²¹ Não procuramos ingressar na discussão do conteúdo em si, salvo quando estritamente necessário para caracterizar o mapeamento das temáticas e da sua transformação. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papyrus, 2002. p. 12.

nacionalismo e desenvolvimentismo que permeavam a leitura de mundo pelos integrantes da cultura de esquerda em tempos de populismo. Explicitamos ainda que os conceitos de intelectual e *cultura política* nos servem de ferramentas.

No capítulo 2 procuramos apontar as mudanças na cultura de esquerda operadas a partir do golpe de 1964, ou seja, tratamos do contexto que possibilitou o surgimento da RCB naquele momento específico. Para compreendê-lo acrescentamos ainda um tópico sobre a trajetória de Ênio Silveira, o idealizador da RCB.

O capítulo 3 busca mapear a primeira metade da RCB, ou seja, caracterizamos as duas primeiras fases da revista distinguindo as táticas que transparecem em cada uma delas, em especial no que tange a três assuntos abordados pela RCB: política nacional, política internacional e questões comportamentais.

O último capítulo procura delinear a fase derradeira da publicação e tentar interpretar as mudanças estratégicas operadas no formato e na temática da RCB. A ênfase está conferida às rupturas e continuidades sobre os mesmos três assuntos inventariados nas duas primeiras fases. Por fim, neste capítulo procuramos explicitar elementos comuns ao conjunto da publicação, a tensão entre os articulistas e o desentendimento como instrumentos de sua ação política.

1 OS INTELLECTUAIS E A ESPECIFICIDADE DA CULTURA DE ESQUERDA NO BRASIL NA ANTEVÉSPERA DO GOLPE DE 1964

Neste primeiro capítulo abordaremos o contexto histórico que antecedeu ao golpe militar de 1964. O enfoque principal será a dinâmica da cultura de esquerda e a dificuldade em apreendê-la. Para tal tarefa usaremos a *história intelectual* e a investigação da *cultura política*, com o intuito de delinear a peculiaridade do intelectual no Brasil no pré-golpe e a sua relação dúbia com a política, em especial em face dos fenômenos do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo.

1.1 O PRÉ-GOLPE E A ESQUERDA NO BRASIL

Ao longo das duas primeiras décadas da segunda metade do século XX a sociedade brasileira foi objeto de profundas e aceleradas mudanças. Diferentes visões sobre a construção e ordenamento das relações sociais emergiram, e os conflitos no âmbito da política, da cultura, das forças armadas e da economia foram ampliados. A cultura de esquerda desenvolveu-se sobre esse pano de fundo, daí porque é fundamental traçarmos sua breve análise. Antes, porém, buscaremos conferir precisão ao conceito de cultura que utilizaremos em todo trabalho. Em nosso entendimento, cultura implica o conjunto de valores, símbolos e soluções próprias que os grupos sociais utilizam e transmitem para dar conta dos problemas que lhes são postos no tempo²².

Nas décadas de 1950 e 1960 a cultura de esquerda no Brasil alcançava e era composta por organizações sindicais, estudantis, institutos intelectuais, partidos políticos e as mais diversas manifestações artísticas. Dentro dela o Partido Comunista

²² O conceito cultura é complexo e possui uma série de interpretações variando desde os embates entre cultura e civilização entre franceses e alemães até a questão da cultura erudita versus a cultura popular. Sobre um histórico das distinções vide CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. Vale um destaque ainda, a cultura pode ser vista como “o conjunto de atividades que implicam numa produção de representações simbólicas, presente em várias esferas sociais (econômica, artística, política e social). Portanto, (...) cultura não é uma esfera em si, mas uma atividade que dá sentido e fornece representação à várias esferas sociais”. NAPOLITANO, Marcos. Cultura como instrumento de transformação social: limites e possibilidades. **Revista Idéias**, São Paulo, v. 32, p. 221-235, 2004. p. 223.

do Brasil era o principal componente e influenciava vários setores da sociedade com suas propostas nacional-reformistas; para o PCB, tratava-se de,

... realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semi-feudais, no campo, entretendo o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil. Os setores feudais dominantes contariam com um forte aliado para manter o atraso relativo da economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento econômico da nação brasileira. Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora²³.

Apesar da importância do PCB nos anos 50, e especialmente nos anos 60, não podemos tomá-lo como único agente capaz de criar valores e condutas na cultura de esquerda. Daí porque, ao analisar a cultura de esquerda, tomamos como analogia o pensamento de Alfredo BOSI sobre a cultura brasileira. Para ele,

... não existe *uma* cultura brasileira homogênea, matriz de nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário: a admissão do seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como um ‘efeito de sentido’, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço (...) os ritmos das culturas no Brasil são diversos²⁴.

A partir desse pressuposto a *cultura de esquerda* não pode ser interpretada de forma monolítica ou homogênea; não derivava da orientação de uma agremiação ou partido político; ao contrário, ela era plural, implicava práticas, valores e manifestações intelectuais, filosóficas e artísticas - o teatro, a música, o cinema, as artes plásticas, a poesia, a literatura, o debate acadêmico, sindical, estudantil e universitário - que visavam à transformação social no Brasil mediante denúncias das desigualdades sociais, cuja pauta compunha-se na idéia de *revolução brasileira*²⁵ fundada em valores marxistas.

Com isso, ao analisarmos a cultura de esquerda no período, podemos dizer que houve setores influenciados pela ação do PCB e outros não. A própria RCB é um

²³ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**: São Paulo: Edusp, 1993. p. 25.

²⁴ BOSI, Alfredo. Plural mas não caótico. In: _____ (org.) **Cultura brasileira**: temas e situações. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 7-8. Neste sentido vide a “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil” publicada em março de 1958. LOWY, Michel. **Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 223. Sobre tal assunto que analisa de modo crítico aqueles que pretendem impor à cultura nacional e a identidade nacional um caráter monolítico vide DEBRUN, Michel. A identidade nacional. **Estudos avançados**. São Paulo, v.4, p. 41. s.d.

²⁵ O termo revolução brasileira foi objeto de debate profundo na própria RCB quando Caio Prado Junior editou seu livro sobre ela em 1966. No entanto, podemos, a grosso modo nos valer aqui da definição de Franklin Oliveira para quem ela estaria ligada diretamente a oposição ao conchavo realizado entre setores arcaicos da nação (latifundiários e a burguesia entreguista) e o imperialismo internacional. OLIVEIRA, Franklin. **Que é a revolução brasileira?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Cadernos do Povo v. 9.

exemplo dessa influência e seu limite, como menciona Antônio A. RUBIM: “o acontecido na publicação (RCB) instalada no centro do debate deixa entrever o declínio da influência ideológica do Partido Comunista na Revista Civilização Brasileira e mesmo entre a intelectualidade. O marxismo passa a ter definitivamente no Brasil vários pólos de gravitação e realiza seu possível ser plural”²⁶.

Queremos frisar desde logo que não faremos uma leitura da cultura de esquerda, em razão das ações de indivíduos em si, seus feitos e relações de causa e conseqüência, tampouco trataremos de aspectos estruturantes que determinariam as ações dos indivíduos. Nossa opção compreende a valorização da ação dos agentes históricos sem nos deixar levar pelas visões meramente estruturantes. Entendemos que há vários graus de interdependência entre as ações dos interlocutores em face do contexto e vice-versa, o que nos permite, acompanhando o pensamento de Norbert Elias, “evitar a alternativa entre o postulado de uma liberdade absoluta do homem e o de uma determinação casual estrita. Pode-se então ousar pensar o vínculo social, a liberdade individual num misto de cadeias de interdependências que ligam o indivíduo a seus semelhantes”²⁷.

Para traçar uma análise sobre esse complexo quadro da cultura de esquerda no período do pós-golpe escolhemos a RCB como um recorte, uma amostra sobre um vasto campo de práticas e valores na cultura da sociedade brasileira. Ela será a chave para alguns esclarecimentos sobre o problema historiográfico que abordaremos: como se deu a dinâmica deste extrato da cultura de esquerda na primeira fase do regime militar?

Para realizar tal investigação, acreditamos que a *história intelectual* seja uma das ferramentas possíveis, afinal o seu caráter pluridisciplinar permite analisar o funcionamento de uma sociedade intelectual – o grupo da RCB – em face das características de um momento histórico e conjuntural²⁸. Privilegiamos a leitura dos textos produzidos pelo grupo da RCB em relação ao seu contexto, ou seja, as

²⁶ RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, Joao Quartin de (org). **História do marxismo no Brasil**. Volume III, teorias e interpretações. Campinas: Unicamp. 1998. p. 322.

²⁷ O comentário de sobre o pensamento de Elias é de DOSSE, Francois. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru, SP: Edusc, 2003. p. 123.

²⁸ “a história intelectual deve levar em conta a dimensão sociológica, histórica e filosófica capaz de explicar a produção intelectual com base nos espaços socioprofissionais e nos contextos históricos”. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Fragmentos da história intelectual. Op. cit., p. 12.

articulações internas e externas, e “isso significa considerar a obra em relação à formação social e cultural de seu autor, ao espaço ou “campo” de produção e à conjuntura histórica desta última [em suma a história intelectual] parece ter por função a restituição das idéias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais”²⁹.

Ao abordarmos a cultura de esquerda, dentro da RCB, percebemos que há outros dois aspectos de importância a serem tratados: seus agentes como intelectuais e a *cultura política* deles como indivíduos e como grupo.

O conceito intelectual, tal como conhecemos hoje, surgiu na França no final do século XIX com o caso Dreyfus³⁰; a partir de tal circunstância tornou-se um substantivo e mais “num primeiro momento, essa palavra dotada de uma conotação pejorativa assimila o ‘intelectual’ ao intelectual de esquerda, ou seja, a todos aqueles que, exercendo um trabalho de pensadores e já tendo adquirido uma certa notoriedade, se colocam a serviço da comunidade nacional, em nome dos princípios universais: a defesa da ‘verdade’ e da ‘justiça’”³¹. Nesse período, o termo intelectual denotava também na língua portuguesa um adjetivo, sendo “intelectual: adj. Do entendimento, concernente a elle.v.g. “operações intellectuáes”³², porém o desenvolvimento do conceito foi diverso ao que se deu no contexto francês. Nesse sentido, vale a advertência de André BURGUIERE, que ao definir intelectual e a história intelectual o faz com ressalvas, afinal, para o autor, “história intelectual opõe às certezas léxicas das outras histórias uma dupla incerteza do vocabulário: cada historiografia nacional

²⁹ Id.

³⁰ Segundo Helenice Rodrigues da Silva “historicamente datado, o substantivo “intelectual” faz a sua irrupção na língua francesa no decorrer do “caso Dreyfus”, momento em que a definição mesmo do “intelectual” é objeto de uma violenta batalha. O surgimento dessa categoria social, portanto, indissociável da luta contra o poder, configura a idéia da ação como condição mesma da existência dos “intelectuais”. O texto de Émile Zola, “J’accuse”, publicado em 1898 no jornal *Aurore*, denunciando os erros judiciários e o complô do exército francês contra Dreyfus, torna-se o ponto de partida de uma definição da “missão” do intelectual. Apoiando esse artigo, um manifesto, dito dos “intelectuais”, fundado no direito institucional de “petição” e assinado por um número significativo de escritores, artistas, professores universitários, etc., propõe, assim, exprimir através desse ato coletivo, um protesto político. Segundo os assinantes dessa petição a revisão do processo Dreyfus, remete à exigência mesma de reatar os princípios de 1789”. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. O intelectual no “campo cultural francês: do caso Dreyfus aos tempos atuais. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, 2005. p. 395-416. p. 399.

³¹ RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Fragmentos da história intelectual. Op. cit., p. 15. Bernard Henry Levy menciona três elementos suficientes para tal caracterização que seriam fundados em primeiro lugar na palavra, intelectual aparecia apenas como adjetivo pejorativo e não como substantivo antes do caso Dreyfus, em segundo lugar no número, pela grande quantidade de pessoas dessa qualificação que modelam seu comportamento em face da defesa do capitão Dreiffus e terceiro pela crença deles de estarem agindo por valores, pelo certo ou pelo bem. LEVY, Bernard-Henry. A história começa de fato no final do século passado: o intelectual e o seu batismo. In: _____. *As aventuras da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 61-62.

³² INTELECTUAL. In: *Dicionário da língua portuguesa recopilado*. Lisboa: Lacerdina, 1813. p. 170. T II. Entendimento semelhante extraímos de INTELECTUAL. In: *Dicionário da língua portuguesa*. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1848, p. 606.

possui suas próprias designações, e em cada uma delas entram em competição noções diferentes que mal se podem distinguir umas das outras”³³.

De todo modo, cabe uma ressalva, os ‘intelectuais’ brasileiros não se encaixam na tipologia francesa e formam um caso peculiar de ação em que o “engajamento” à brasileira acabaria por subordinar o pensamento ao político e à prática da política³⁴. Este modelo de intelectual está ligado àqueles que escreveram na Revista Civilização Brasileira e deriva de uma prática de engajamento. Todos de certa forma tributários e um tanto inspirados em Jean Paul Sartre, diretor da famosa revista *Les temps modernes* “no Brasil, nos anos 60, Sartre constituiu-se em referência obrigatória, principalmente no que se refere ao posicionamento tomado pelo filósofo entre 1945 e 1968”³⁵. Sartre encarnou tipicamente o intelectual engajado³⁶, preocupado com o seu tempo, com as questões concretas e com a necessidade de atuação do intelectual no mundo, mais que isso, a sua responsabilidade dela. A passagem de Sartre por Araraquara em 1960 foi um marco,

... por assim dizer, um *grand événement*. Por suas incômodas posições em relação à dialética e à própria filosofia enquanto tal, Sartre representava, no início dos anos sessenta, uma espécie de ponto de inflexão da história do pensamento contemporâneo. Além do mais, era um homem de ação, um escritor instigante, um crítico implacável da sociedade capitalista. Um intelectual com todas as letras³⁷.

Na especificidade do caso brasileiro Daniel PÉCAUT consignou que “os intelectuais brasileiros não deixaram de proclamar seu conhecimento das leis que

³³ INTELLECTUAL. In: **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 447. Por sua vez, Helenice RODRIGUES DA SILVA menciona que “quando se tenta traduzir para outro contexto intelectual e para outra língua a noção de ‘história intelectual’, os problemas tendem a surgir. No contexto americano, por exemplo, a acepção de *intellectual history* difere da conotação francesa de *histoire intellectuelle*. Voltada mais para as preocupações lingüísticas, a *intellectual history* é intraduzível no contexto intelectual francês” RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Fragmentos da história intelectual ... Op. cit., p. 11.

³⁴ Tal essa dificuldade que Daniel PÉCAUT em trabalho publicado sobre os intelectuais brasileiros recusa se a conceituá-los: “consideramos desnecessário atender à regra que consiste, nos estudos desse gênero, em propor uma ‘definição’ de intelectual. Parece-nos que esse exercício é inócuo, salvo se a definição já comportar uma referência à natureza do campo intelectual e às formas de constituição do político, isto é, se já incluir a problemática do reconhecimento social dos intelectuais e de sua produção numa sociedade e num momento dados. O redundante em considerar, como faz o senso comum, que intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal” PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 1.

³⁵ GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Revista Brasileira de História**, 2004, vol.24, no.47, p.127-162.

³⁶ Ao delimitar o engajamento Sartre destaca que não se trata de engajar a pintura, a arte a poesia, para ele apenas a literatura em prosa tem essa capacidade de transmitir a palavra do intelectual engajado com significado, ou seja, no seu ver o intelectual engajado lida com significados e o seu império é a prosa. SARTRE, Jean Paul. **Que é a literatura ?** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 10. Segundo Gerard Leclerc “o intelectual é um indivíduo intrometido, curioso por natureza, que vai além, devido a seu espírito investigador e crítico, de toda implantação profissional. Sartre acrescentará que, quando um físico especialista do átomo fala de fissão nuclear, ele fala enquanto cientista; mas, quando se pronuncia sobre o uso militar do átomo, ele se exprime enquanto intelectual”. LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: 2004. p. 17.

³⁷ NAGLE, Jorge. Apresentação. In: SARTRE, Jean Paul. **Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara**. Paz e terra: 1986. p. 9.

regem a história e sua inserção nessa história. Daí ser supérflua a referência ao engajamento político”³⁸.

A outra ferramenta que deverá nos auxiliar no estudo da RCB é o conceito de *cultura política*, que se originou na ciência política com Almond e Verba³⁹, que visavam combinar perspectivas sociológica, antropológica e psicológica dos fenômenos políticos. Conforme Karina KUSCHNIR e Leandro Piquet CARNEIRO: “a noção de cultura política refere-se a um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores”⁴⁰. Visto deste modo nos permite a incorporação dos aspectos subjetivos das orientações políticas. O conceito esteve ligado ao estudo das condições do desenvolvimento de sistemas políticos democráticos num âmbito temporal mais extenso⁴¹, no entanto, no seu uso contemporâneo, tal como utilizado por Marcelo Baquero e Denison de Oliveira, tem se apontado para estudos restritos no tempo⁴², como o nosso caso.

A história cultural apropriou-se do conceito e o re-modelou como uma ferramenta adequada para

... dar conta da visão do mundo dos personagens ou dos grupos que eles estudam e [assim, poder] encontrar nela a explicação de seus itinerários, de suas tomadas de posição ou de seus atos, ultrapassando assim o estágio da crônica ou da narrativa “*événementiel*” para passar a uma interpretação fundada nas convicções grandemente interiorizadas e legadas pela formação dos homens ou pelas experiências vividas⁴³.

De fato, para BERSTEIN, “a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”⁴⁴, ou, melhor dizendo, definir culturas políticas que convivem de forma plural uma vez que a

³⁸ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 06.

³⁹ ALMOND, Gabriel; VERBA, S. Civic culture. **Princeton**: Princeton University Press. s.d.

⁴⁰ KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos históricos**: dossiê Cultura Política. 1999-2. v. 24.

⁴¹ Ibid., p. 4.

⁴² OLIVEIRA, Dennison de. A cultura dos assuntos públicos: o caso do "custo Brasil". **Revista de Sociologia Política**, jun. 2000, no.14, p.139-161; BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo Perspectiva**, out.-dez. 2001, vol.15, no.4, p.98-104. e BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, nov. 2003, no.21, p.83-108.

⁴³ BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques em France**. Paris: Points Histoire, 2003. p. 9. O texto foi traduzido e revisado do francês ao português pela Prof^a. Dr^a. Helenice Rodrigues da Silva.

⁴⁴ Id.

significação e atuação dos agentes são ontologicamente diferenciadas. Segundo Marcelo BAQUERO

Se cultura política é vista ao mesmo tempo como causa e consequência do funcionamento do sistema político (Lamounier e Souza, 1991:311), pode-se afirmar que a cultura política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e atuantes ao longo do tempo, pois "a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais"⁴⁵.

Ainda assim é certo que não podemos deixar de lado sua dinamicidade, pois “o conteúdo da cultura política pode variar em função dos períodos da história ou das sociedades consideradas”⁴⁶, partimos do pressuposto que a *cultura política* é dinâmica e tem comportamentos distintos em eras de grandes transformações sociais, como foi o caso do golpe de 1964. Veremos adiante que segundo Ann Swidler em tempos de um contexto estável – *settled culture* – os valores dos grupos têm uma consistência mais fechada, encapsulada, com baixa determinação sobre a ação⁴⁷, enquanto em momentos de um contexto histórico de convulsão – *unsettled culture* - há uma grande coerência ideológica e um forte controle sobre as ações, assim como a definição de novas estratégias para alcançá-las⁴⁸. Tais estratégias e dinâmicas são o que pretendemos investigar. Para tanto se faz necessário descrever, de modo breve, o pano de fundo que fomentou as ações desses intelectuais e auxiliou a ‘moldar’ suas formas e valores para os embates ocorridos.

1.2 O FASCÍNIO COM O ESTADO EM TEMPOS DE POPULISMO

A análise da RCB traz consigo a necessidade de delimitarmos o contexto cultural e intelectual que capacitou a sua gestação. Desse modo, debruçamo-nos sobre a figura do intelectual no Brasil enfocando especialmente a década que precede ao golpe de 1964 para balizar, ainda que brevemente, os espaços de atuação e os valores

⁴⁵ BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. *São Paulo Perspectiva*, out.-dez. 2001, vol.15, no.4, p.98-104.

⁴⁶ BERSTEIN, Serge. Les cultures... Op. cit., p. 15.

⁴⁷ SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*. 51: 273-86. 1986. p.282.

⁴⁸ Id.

que permearam o contexto como o nacionalismo e o desenvolvimentismo num ambiente político marcado pelo populismo.

A questão que deverá demarcar a discussão deste tópico é: qual a peculiaridade ou especificidade do intelectual brasileiro na década que antecedeu ao golpe militar? A historiografia e as ciências sociais tratam do tema apontando os seguintes elementos caracterizadores da figura do intelectual: proximidade com o Estado e uma relação dúbia com a política situando-se como mediador entre o povo e as políticas de intervenção estatal na sociedade⁴⁹.

Em a *Moderna tradição brasileira* Renato ORTIZ destaca que “a questão da identidade se encontra intimamente ligada ao problema da cultura popular e do Estado; em última instância, falar em cultura brasileira é discutir os destinos políticos do país”⁵⁰, desse modo, podemos dizer que a proximidade com o Estado marcou, nas décadas de 1950 e 1960, a atuação de diversos intelectuais, tal como, *grosso modo*, tinham sido treinados diversos quadros intelectuais brasileiros desde o Império para atuar burocraticamente na administração do Estado. É sintomático o trecho *Passeios na Ilha*, de Carlos Drummond de ANDRADE, que Sergio MICELI transcreve em sua obra *Inteligentia Brasileira*:

O emprego no Estado concede com que viver, de ordinário sem folga, e essa é a condição ideal para bom número de espíritos: certa mediana que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectivas de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece nem a fome nem o fausto (...). A Organização burocrática situa-o, protege-o, melancoliza-o e inspira-o. Observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é uma literatura de funcionários públicos. Nossa figura máxima, aquela que podemos mostrar ao mundo [...] foi um diretor-geral de contabilidade do Ministério da Viação, Machado de Assis [...] Raul Pompéia, diretor de estatística do Diário Oficial e da Biblioteca Nacional, Olavo Bilac, inspetor escolar no Rio; Alberto de Oliveira diretor de instrução no estado do Rio ...⁵¹

De outro lado, podemos dizer que nas décadas que antecederam ao golpe militar de 1964 o fomento das ciências sociais no Brasil foi alavancado em nível

⁴⁹ Em especial tiramos essas características das seguintes obras: MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: 1933-1974. Pontos de partida para uma revisão histórica. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002; ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. e ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁵⁰ ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 13.

⁵¹ MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 195. Nesse mesmo sentido MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit., p. 160.

institucional e intelectual, mediante a alocação de recursos governamentais. A formação de universidades públicas e de outros órgãos de pesquisa consolidaram centros de debate e investigação⁵². Instituições como o ISEB e cargos públicos compuseram essa proximidade dos intelectuais com o Estado no Brasil. Daí se compreende o fascínio dos intelectuais pelas capacidades de a instituição estatal promover o desenvolvimento, o que fez os intelectuais deixarem de lado, muitas vezes, as contradições do capitalismo, para realçar apenas as oposições perante as denominadas forças retrógradas, como o latifúndio e o imperialismo⁵³. Nesse sentido, “o surgimento da inteligência brasileira dá indicações para a *démarche* histórica que se segue, em que os intelectuais têm sempre como referência o Estado, suas instituições e as relações de poder que mediatiza”⁵⁴.

No que tange à ação política, diversos intelectuais postavam-se diante da sociedade em posição homóloga à do Estado, e a partir daí não era incomum que ele se apresentasse como responsável pela identidade cultural brasileira⁵⁵. Aliás, quanto à ação política, PECAUT faz interessante afirmação no sentido de que o intelectual não tarda a se posicionar contra a política, mas “a ambivalência em relação ao político, por mais fundamental que seja, não deixa, porém de ser teórica. Com efeito, os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação e como se tivessem qualificação especial para fazê-lo. Em muitas ocasiões, eles se tornam protagonistas políticos centrais”⁵⁶.

Nos anos 50 e 60 essa ação política na cultura de esquerda gravitou muitas vezes na defesa da nação ante ao imperialismo. Segundo Renato ORTIZ caberia aos intelectuais “diagnosticar os problemas da nação e apresentar um programa a ser desenvolvido”⁵⁷, a partir da ação da burguesia progressista. Durante os governos de

⁵² Para Miceli, “entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente associado, de um lado, ao impulso alcançado pela organização universitária e, de outro, à concessão de recursos governamentais para a montagem de centros de debate e investigação que não estavam sujeitos à chancela do ensino superior. Esses dois padrões de consolidação institucional acabaram subsistindo até hoje porque atendem a demandas diferenciadas de grupos sociais emergentes e aos projetos formulados ou encampados pelos setores políticos dirigentes”. MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In MICELI, Sérgio (coord.) **História das ciências sociais no Brasil** (volume 1). São Paulo: Sumaré, 200, p. 91-134. p. 91.

⁵³ WEFFORT, Francisco. Classes populares e desenvolvimento nacional. Santiago. ILPES, mimeo. *apud* PÉCAUT. Op. cit., p. 145.

⁵⁴ VIEIRA, Luiz Renato. Op. cit., p. 33.

⁵⁵ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 59.

⁵⁶ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 9.

⁵⁷ ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira ...** Op. cit., p. 65.

Juscelino Kubitschek e de João Goulart, tais laços foram incrementados com a participação significativa dos intelectuais, como no Comando de Trabalhadores Intelectuais criado em 1963⁵⁸. Ou seja, caberia aos intelectuais auxiliar ao povo na tomada de consciência da sua vocação revolucionária contra o imperialismo e os latifundiários, demonstrando-lhe que “o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional são três aspectos de um mesmo processo de libertação, ou seja, de um mesmo ‘projeto’”⁵⁹.

A compreensão da atuação desses agentes na cultura de esquerda vincula-se aos fenômenos sociais do período: populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo.

O populismo como fenômeno social precedeu ao período analisado neste capítulo, ou seja, podemos falar em política de massas e a sua derivação no populismo para o período que se inicia em 1930 e se estende até 1964. Convém estabelecermos dois elementos que são importantes para nossa reflexão: o entendimento do conceito de populismo e no que isso afeta a cultura de esquerda no período.

O conceito de populismo é bastante complexo⁶⁰ não possuindo uma única caracterização, sua análise foi repetidas vezes transformada em profundidade pela historiografia e pelas ciências sociais. Optamos por recortar algumas leituras coevas e contemporâneas para situar o conceito com maior precisão, porém sabemos da impropriedade de tentar esgotá-lo e mesmo da impossibilidade de fazê-lo neste breve tópico.

Dois anos após ao golpe de 1964, foi editado por Octávio Ianni *O colapso do populismo* nele o fenômeno era visto em sua conexão com o caráter econômico da política de massas⁶¹. Outras leituras o visualizaram como política de manipulação e

⁵⁸ O CTI será melhor explicitado no próximo capítulo.

⁵⁹ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 15.

⁶⁰ Em texto elucidativo sobre a trajetória do conceito populismo Jorge Ferreira salienta: “em fins dos anos 90, aqueles que recusaram as abordagens que privilegiam a manipulação e tutela estatal dos trabalhadores após 1930 deixaram de ser vozes isoladas. Diversos autores vêm contribuindo para desacreditar, uma a uma, as premissas do ‘populismo na política brasileira’. Assim, Lucília de Almeida Neves e Maria Celina D’Araujo, cada uma à sua maneira, demonstraram que o trabalhismo não se reduziu a mera manipulação política, e que o PTB, igualmente, não se resumiu a um ‘partido de pelegos’. Argelina Cheibub Figueiredo, em trabalho inovador, comprovou a insustentabilidade da tese clássica que explicaria o ‘colapso do populismo’ pelas mudanças nos padrões de acumulação capitalista – vale dizer, pelo determinismo econômico” FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. _____ (org.) **O populismo e a sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-125. p. 109.

⁶¹ Por política de massas Octávio IANNI entende o padrão de organização e sustentação de um estilo de poder que marcou a transição para uma economia industrial no Brasil, ou seja, serviu como fundamento do populismo, independentemente de qualquer partido. IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 9.

cooptação⁶², visão que permeia com sucesso o senso comum contemporâneo. No entanto, a este último posicionamento, cabe a severa ressalva de Francisco WEFFORT para quem

A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, precisa ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequada para entendermos as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontrava-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil⁶³.

Parcela da historiografia contemporânea recupera e ressalta a experiência democrática do período tido por populista. Apesar de reconhecer que houve repressão aos comunistas e ao movimento sindical, tentativas de golpe em 1954, 1955 e 1961, Jorge FERREIRA destaca que presidentes foram eleitos e a bandeira da democracia e da legalidade encontrava-se nas mãos da esquerda durante todo período, o que implicou seguidas vitórias sobre a extrema-direita golpista

Somente na última crise da República inaugurada em 1946, em março de 1964, o quadro político diverso. Preocupadas em implementar as reformas a qualquer preço, na “lei ou na marra”, as esquerdas passaram a denunciar o regime democrático, sobretudo o conservadorismo do Congresso Nacional, como um empecilho para viabilizar o conjunto de mudanças que exigiam, sobretudo a reforma agrária. Nesse sentido, a bandeira da legalidade mudou de mãos. Em defesa da Constituição, da ordem legal e da democracia, os conservadores e a extrema-direita conseguiram arrematar as tropas e mobilizar grandes contingentes sociais. Diversamente das crises anteriores, as direitas defenderam, pelo menos em termos retóricos, a ordem democrática. O resultado foi a vitória, relativamente fácil, nos primeiros dias de abril de 1964⁶⁴.

Desse modo, podemos perceber que no período anterior ao golpe de 1964 a esquerda esteve direta ou indiretamente ligada ao populismo, muitas vezes seus setores mais radicais infiltravam-se nos movimentos de massas como estratégia de ação

⁶² “A intensidade dos processos urbanização, educação etc (o que se denomina, em uma palavra, ‘modernização’) acrescenta uma nova dimensão ao quadro político, consubstanciada em aumento das demandas de participação, crescente consciência de objetos políticos e busca de representação de interesses. É sobre este processo que se exerce, mais caracteristicamente, a política de cooptação, que é, essencialmente, uma política de controle e manipulação das formas emergentes de participação” SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 136.

⁶³ WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003. p. 89.

⁶⁴ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: _____. (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 336-339.

política⁶⁵. No entanto, muitas vezes membros da esquerda se transformaram, eles mesmos, em populistas presos em suas técnicas, na sua linguagem e nas suas visões de mundo⁶⁶. Daniel PECAUT caracteriza tal aspecto no que ele chama de populismo intelectual: “o populismo do ISEB ou o do CPC terminaram por inserir-se na grande vaga de mobilização reformista. Assumindo os esquemas do PCB, ele se distancia parcialmente dos populismos comuns (...) Existe um populismo laico, há outro investido de religiosidade. Em suma, o populismo intelectual não foi menos diversificado que o populismo político”⁶⁷.

No entanto o fenômeno populismo no Brasil, bem como a atuação dos agentes sociais, só pode ser adequadamente compreendido se conjugado com as idéias de nacionalismo e desenvolvimentismo.

1.3 O NACIONALISMO E O DESENVOLVIMENTISMO COMO VALORES DA ESQUERDA NO PRÉ-GOLPE

Para compreendermos a dinâmica que envolveu intelectuais na *cultura política* da esquerda em tempos de populismo precisamos aprofundar as noções de nacionalismo e de desenvolvimentismo. Evidente que tal recorte direciona-se como subsídio ao nosso tema e a ênfase recairá sobre breves considerações em torno da dinâmica especialmente demarcando a cisão que ocorreu entre a intelectualidade de esquerda e a ‘burguesia nacional’.

De pronto, devemos compreender que “não havia um, mas muitos nacionalismos. A multiplicidade de definições ocorria tanto ao nível da produção intelectual quanto ao nível da prática mais específica dos diferentes segmentos sociais”⁶⁸. Houve momentos em que coincidiram as propostas nacionalistas de

⁶⁵ Lucília de Almeida NEVES destaca que “o processo de dominação peculiar ao populismo conjugava, com ênfase estratégica, o verbo nacionalizar. Dessa forma, o povo era comumente “convocado” a participar de campanhas nacionalistas(...) Todavia, se esta estratégia governamental de mobilização e controle da população era facilmente e realizável em períodos de autoritarismo, os mesmo não aconteceu em uma fase de predomínio da democracia formal. Desde a Campanha pelo Petróleo, a mobilização popular foi ganhando autonomia gradativa e estratégia de controle autoritária-paternalista do populismo foi sendo minada”.NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo*. TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas do populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 60.

⁶⁶ IANNI, Octávio. Op. cit., p. 208.

⁶⁷ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 189.

⁶⁸ BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia: hegemonia e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 74.

intelectuais de esquerda e o empresariado brasileiro. No entanto, ela não perdurou além do final dos anos 50, caminhando a intelectualidade, por meio de órgãos de governo, publicações, institutos como o ISEB, o CPC da UNE para a ‘radicalização’ nacionalista e populista; enquanto a burguesia optava pela aliança com setores autoritários e antipopulistas e mesmo com o capital externo⁶⁹. De outro lado, Michel Debrun enfatiza que não haveria sintonia entre o discurso nacional e as pretensões acadêmicas de estudo desse discurso, mas sim mera estratégia de poder, resultando numa ideologia nacional⁷⁰.

Podemos dizer que, entre 1945 e 1950, o conservadorismo autoritário deixou de ser o pensamento hegemônico entre os intelectuais, e o discurso da revolução social passou a ter uma ascendência até atingir o ponto de culminância nos anos 60. Entre essa passagem do nacionalismo de direita para o de esquerda, percebemos a migração de antigos defensores de esquemas tendentes ao autoritarismo, alguns deles vinculados diretamente ao próprio integralismo para formulações mais progressistas, muitos deles indo atuar dentro do próprio ISEB⁷¹.

No entanto, a elite industrial, desde o início dos anos 50, entendendo necessitar de investimentos externos para alavancar seu crescimento econômico, década começou a dar sinais de insatisfação com a participação popular e a defesa do nacional que se mesclava ao populismo. Sobre tal posicionamento é esclarecedor o estudo de Luciano Martins das negociações de que participaram membros das elites industriais para criar o BNDE no início dos anos 50; o argumento delas junto aos EUA era a necessidade de criação do banco para “defesa contra o comunismo internacional” que estaria ameaçando o Brasil⁷². Tal tipo de argumento não condizia com o pensamento do PCB, que raciocinava pela lógica da união de classes em prol de um desenvolvimento autônomo no Brasil; todavia, em tempos de Guerra Fria⁷³ e *macartismo*⁷⁴, seu significado não pode ser desprezado.

⁶⁹ Segundo Renato Raul Boschi tal entendimento derivava da dependência econômica de investimentos externos e do represamento, ao ver da burguesia, que as políticas populistas traziam para a demanda. id.

⁷⁰ DEBRUN, Michel. A identidade nacional. **Estudos avançados**. São Paulo, v.4, p. 41. s.d..

⁷¹ PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 17. Nesse mesmo sentido vide MOTA, Carlos Guilherme. Op. cit. p., 156.

⁷² BOSCHI, Renato Raul. Op. cit., p. 85.

⁷³ Segundo Eric Hobsbawm, “a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda, mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe ainda não chegara de modo alguma o fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado. (...) se Washington previa ‘os grandes problemas do pós-guerra’ que minavam a estabilidade - social e econômica - no mundo’ (Dean Acheson, citado em

De outro lado, governantes brasileiros de diversos matizes também utilizavam o nacionalismo como instituto de *barganha política*; tal como Getúlio fizera durante a Segunda Guerra Mundial, vacilando entre o Eixo e os Aliados; transparecia no período subsequente que o nacionalismo poderia ser um instrumento de barganha no âmbito externo com a principal potência mundial – os Estados Unidos –, que se deparava agora com a Guerra Fria. A par disso havia a barganha interna que tratava de contentar os partidos e amplos setores da sociedade nacional⁷⁵.

Se tomarmos as discussões dos fóruns da indústria entre 1955 e 1964 como um elemento delimitador das transformações do nacionalismo na burguesia brasileira, poderemos destacar, segundo Renato Raul BOSCHI, que

... uma fase estende-se até 1959, quando os problemas de intervenção estatal e do capital estrangeiro cedem lugar à discussão de segurança nacional, legislação social e do papel das classes trabalhadoras no sistema político. Sob a extrema polarização e clivagem em torno da questão das reformas de base, os empresários afastam-se dos tipos mais radicais de nacionalismo, alinhando-se com os militares e finalmente apoiando o golpe” [assim não parece exagero dizer que] como principal fonte de unificação durante o regime populista, o nacionalismo começou a perder seu vigor por volta do fim da década de 1950 e inícios da de 1960, não mais exercendo apelo aos empresários industriais porque estimulava a mobilização das massas, inclusive a classe operária e o campesinato. Os empresários industriais só haviam favorecido o rótulo do nacionalismo ‘progressista’ até o ponto em que prevalecia o interesse por conquistar um espaço na comunidade internacional, desta forma atraindo os investimentos estrangeiros. Assim, retiraram seu apoio à aliança populista, alinhando-se com os militares, cuja noção de nacionalismo equacionado à segurança nacional acabaria por favorecer um projeto de crescimento econômico a todo custo⁷⁶.

Por sua vez, na cultura de esquerda a posição era pelo antiimperialismo e as estratégias para enfrentá-lo nos países do Terceiro Mundo. Muito se debatia sobre a necessidade de uma revolução burguesa que precedesse a revolução socialista⁷⁷ ou se

Kolko, 1969, p. 485), era porque no fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tornado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas econômicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo iriam ser salvos” HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995. p. 228.

⁷⁴ “o inimigo é o próprio sistema comunista – implacável, insaciável, incessante em sua corrida para a dominação mundial [...] não é a luta por supremacia de armas apenas. É também uma luta pela supremacia entre duas ideologias conflitantes: a liberdade sob Deus versus a tirania brutal e atéia” WALKER, Martin, apud HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p. 229.

⁷⁵ “É nesse quadro que Vargas procura implementar uma barganha nacionalista, apoiando os EUA no plano político-estratégico da Guerra Fria em troca da ajuda ao desenvolvimento econômico brasileiro. Esta política, ao mesmo tempo, fortalecia a posição interna do governo, granjeando-lhe apoio de diferentes forças. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente**”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 195-213. P. 203.

⁷⁶ BOSCHI, Renato Raul. Op. cit., p. 89 e 99.

⁷⁷ No verbete: marxismo e o Terceiro Mundo encontramos a seguinte colocação: “A consciência do marxismo surgiu, na maior parte dos países do Terceiro Mundo, em grande medida através dos laços coloniais e certamente em estreita relação com a luta antiimperialista. O imperialismo definiu as questões principais nesse contexto e imprimiu sua marca distintiva ao

haveria a possibilidade da fase do capitalismo poder ser saltada. As discussões sobre esse tema marcaram o período que antecedeu o golpe e se estendeu depois dele até o final da década de 1960

Para o PCB, um dos mais expressivos partidos políticos de esquerda de então, a construção dessa ideologia nacionalista se traduziu, em linhas gerais, na articulação de uma "frente única", isto é, na organização de uma unidade política a partir de segmentos sociais distintos com o intuito de realizar no país uma revolução baseada nos princípios do antifeudalismo e do antiimperialismo, com ênfase no caráter nacional e democrático⁷⁸.

A essas estratégias antiimperialistas aliavam-se as idéias de terceiro-mundismo muitas vezes percebido como um caminho alternativo ao capitalismo e ao comunismo, segundo Marcelo RIDENTI: “as lutas de emancipação nacional e o distanciamento do socialismo soviético pareciam abrir alternativas libertadoras, terceiro-mundistas, para a humanidade – diferentes da polarização da Guerra Fria, entre os aliados dos Estados Unidos e os alinhados à União Soviética”⁷⁹.

Quanto à política de partidos e do Estado, a questão do nacionalismo implicava uma multiplicidade de interpretações do desenvolvimento nacional, no entanto, pelo que nos interessa particularmente, podemos reduzir a dois pólos, os nacionalistas terceiro-mundistas e antiimperialistas, que propugnavam um desenvolvimento nacional autônomo; e, de outro lado, aqueles que optaram pelo desenvolvimento associado, muitas vezes denominados entreguistas. Convém destacar que o acirramento da Guerra Fria, a revolução cubana e a questão dos mísseis polarizaram as propostas nacionalistas e liberais⁸⁰.

Os nacionalistas, geralmente inspirados pela CEPAL e pelo ISEB, procuravam estabelecer certa autonomia diante dos EUA, com o intuito de impulsionar

pensamento e à prática marxistas no e sobre o Terceiro Mundo. (...) a referência ao imperialismo substituiu, então, as referências anteriores ao capitalismo em geral (...) os rascunhos das teses de Lênin sobre as questões nacional e colonial, perguntavam o que os partidos comunistas deveriam fazer em relação aos movimentos anticoloniais e democrático-burgueses (e antifeudais) no mundo colonizado. A proposta de Lênin era que o movimento comunista buscasse as `mais estreitas alianças` com as burguesias desses países e que os partido do proletariado deviam `apoiar` (Lênin não disse `liderar`) os movimentos de libertação nacional”. MARXISMO E O TERCEIRO MUNDO. In: **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 241).

⁷⁸ GARCIA, Miliandre. Op. cit., p. 138.

⁷⁹ “Esse tipo de avaliação ganhou termo a partir do fim dos anos 70, quando alguns intelectuais procuraram fazer um acerto de contas com a experiência de engajamento imediatamente e passada, praticamente descartando o nacional-popular como mero populismo: exageraram seus limites, talvez sem avaliar a fundo seus alcances, supondo consciente ou inconscientemente que a intelectualidade de esquerda dos anos 80 tivesse alcançado um patamar superior – suposição hoje muito discutível” RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 34-35.

⁸⁰ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 195-213. p. 197. Vide também PÉCAUT, Daniel. Op. cit., p. 101-102.

o projeto de desenvolvimento da indústria nacional, aliada à idéia de uma reforma social. De outro lado, os ‘entreguistas’ que tinham sua ideologização extraída do IPES e da ESG e fundada no liberalismo econômico, apresentavam as vantagens comparativas da agricultura e uma agenda de segurança capitaneada pelos EUA no contexto de Guerra Fria.

A ESG foi moldada sob a influência direta da norte-americana *National War College*. Tratou de difundir um tratamento ideológico entre as elites em que a concepção dos problemas pertinentes ao desenvolvimento econômico, instituições políticas internas e internacionais para o Brasil era “combinada com a Doutrina de Segurança Nacional, [a fim de] promovem uma integração e aglutinação, a nível ideológico, dos interesses maiores dos diversos setores das classes dominantes, respaldadas pelo braço armado do Estado (FFAA)”.⁸¹ O IPES teve sua a fundação saudada “pelas entidades de classes empresariais, pelos políticos e intelectuais de orientação liberal-conservadora, por autoridades eclesiásticas e pelo conjunto da mídia brasileira. Ao contrário do ISEB, o IPES, desde o início, desenvolveu uma dupla vida política; uma face pública e uma clandestina”⁸².

Podemos dizer, brevemente, que a CEPAL compreendia a modernização como sinônimo de industrialização, argumentava que bastaria promover o desenvolvimento industrial, superar os obstáculos externos ao desenvolvimento da indústria interna, para que a sociedade prosperasse. Lúcia Lippi de OLIVEIRA sintetiza as idéias de Raul Prebisch, presidente da CEPAL, mencionando que se tratava da

... visão de que o desenvolvimento latino-americano era limitado por fatores externos, especialmente pelos “termos de troca” que tendiam a favorecer os produtos industriais em detrimento dos bens primários- a famosa deterioração dos termos de troca. Sua receita incluía o estímulo à industrialização pela substituição das importações, a proteção do mercado interno da competição estrangeira e uma ativa participação do Estado na organização da economia⁸³.

Outro instituto que marcou a posição de diversos intelectuais de esquerda

81 BORGES FILHO, N. **Sobre o sagrado e o profano**. Civil e militares na política brasileira. Florianópolis: Letras contemporâneas, s.d. p. 52-53.

82 TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964**. In: _____(org.) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.137-164. p.145.

83 OLIVEIRA, Lucia Lippi. **As ciências sociais no Rio de Janeiro**. In: MICELI, Sérgio (coord.) **História das ciências sociais no Brasil** (volume 2). São Paulo: Sumaré, 1995. p. 294.

neste debate político foi o ISEB, fundado em 1955, sob o governo Café Filho⁸⁴. Sua concepção implicava a idéia de formação de uma consciência nacional, sendo visto por alguns como antípoda da ESG⁸⁵. Segundo Caio Navarro de Toledo, o caráter do ISEB estaria em confronto direto com o IPES, sendo ambos institutos de caráter eminentemente ideológico⁸⁶. De todo modo, seus trabalhos podem ser divididos em três fases:

O ISEB começou pelo nacional-desenvolvimentismo, desejando ser, ainda no dizer de Hélio Jaguaribe, “uma intelligentsia contestatária do Brasil primário-exportador e representativo de uma coligação de setores progressistas orientados para o desenvolvimento econômico-social e a afirmação autonomizante do nacionalismo” (...). Continuou com o nacionalismo populista e terminou no nacionalismo marxista. Seus próprios animadores evoluíram em direções diferentes: Hélio Jaguaribe criticou um certo nacionalismo, enquanto Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto aproximaram-se da linha nacionalista-marxista ... porém o traço distintivo do ISEB foi a sua insistência na importância da criação ideológica ... a ideologia é justamente a formulação dessa racionalidade. “quanto a Álvaro Viera Pinto, afirma que a ideologia é a tradução do “sentimento do povo”⁸⁷.

Para um grupo de isebianos, “a superação colonialista só pode ser pensada quando associada aos movimentos nacionalistas concretos aos quais os teóricos políticos estão vinculados organicamente”⁸⁸ ponto que se conecta à necessidade de autenticidade do colonizado e de consciência para superar a dupla exploração – econômica e cultural - que sofre. Apesar de os analistas do ISEB ressaltarem sua heterodoxia, podemos dizer que os trabalhos de autores como Roland Corbisier, Álvaro Vieira Pinto e Alberto Guerreiro Ramos eram

... profundamente marcados pela filosofia existencial e que o conjunto de influências teóricas recebidas por esses autores deram lugar a uma interpretação de caráter especulativo à investigação da realidade brasileira. Desde o início esta tentativa especulativa foi objeto de inúmeras críticas, como a inconsistência teórica, ecletismo, relativismo nacionalista. Entretanto esta tentativa histórica de elaborar uma ideologia nacional – desenvolvimentista a partir deste instrumental teórico representou um dos momentos mais polêmicos e

⁸⁴ De certa forma o ISEB sucede ao IBESP que tivera origem no chamado Grupo de Itatiaia, movimento de breve duração e que buscava reunir pensadores paulistas e cariocas tentando superar antigas divergências existentes entre ambos. “sua localização na capital federal e seus objetivos teóricos determinaram sua vulnerabilidade em relação as mudanças políticas ocorridas no período” COSTA NETO, Pedro Leão. ISEB: projeto nacional-desenvolvimentista e filosofia existencial. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Anais da XXI Reunião. Rio de Janeiro 2001. p. 441.

⁸⁵ A Escola Superior de Guerra, ESG ou Sorbonne como muitos a denominavam, acabou formando diversos dos principais envolvidos no golpe de 1964, como o futuro presidente Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva, Ernesto Geisel.

⁸⁶ “O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais foi uma das instituições civis que se destacaram no combate às teses difundidas pelo ISEB. Embora os estatutos e programas oficiais do ISEB e do IPES declarassem que seus objetivos imediatos eram o estudo, a pesquisa e a reflexão sobre os problemas da sociedade brasileira, estas duas entidades tiveram uma intensa atuação na conjuntura política do país nos anos 1960” TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964**. In: _____ (org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 137.

⁸⁷ PÉCAUT, Daniel, op.cit., p. 104 e 146.

⁸⁸ ORTIZ, Renato. Op. cit., p. 54.

também mais importantes da História das Idéias no Brasil e que exerceu uma significativa influência histórica no período⁸⁹.

Segundo Toledo, o ISEB constituía um dos vértices da ideologia nacional-desenvolvimentista, fundando-a numa 'indestrutível' aliança de classes, oposta apenas pelo imperialismo e pelos setores decadentes ou retrógrados. Sua fraqueza seria tomar tais aspectos como pressupostos ao invés de analisá-los empiricamente. Ainda assim, para o mesmo autor, o ISEB não se constituiu em um simples porta-voz das ideologias desenvolvimentistas governamentais, apesar de ter sido criado para tanto. Também o instituto não atuou, conscientemente, como veículo de difusão da ideologia das classes dominantes, mas na prática

... realizado o quinquênio desenvolvimentista, o que se verificou foi a exata negação de pressupostos e aspirações das ideologias nacional-desenvolvimentistas: ao invés de autonomia ou desalienação nacional, tem-se o estreitamento dos vínculos de dependência metropolitana; ao contrário do crescimento equilibrado e harmonioso, verifica-se o desenvolvimento acentuando as disparidades regionais e determinando 'satelitizações' internas (cf. C. Mendes); em lugar de beneficiamento de todas as classe, constata-se o aprofundamento das disparidades entre as classes sociais. Mas, ainda assim, os projetos de desenvolvimento forjados pela instituição – ao não darem conta das oposições e distinções ao nível da esfera ideológica, bem como dos antagonismos de classes continuavam, substancialmente, a serem os mesmos, como se pode verificar em algumas formulações pós-desenvolvimentistas. Também neste sentido, não se conseguiam superar os limites da consciência ideológica de frações das camadas dominantes⁹⁰.

Como vimos, a discussão entre nacionalistas e entreguistas vinculava-se a diferentes concepções sobre o desenvolvimento nacional, o chamado desenvolvimentismo, que é outro fenômeno-chave para a compreensão da cultura de esquerda num momento em que

... o crescimento econômico surgia então como uma panacéia que acabaria eliminando as desigualdades sociais e a repressão política. Nos termos dessa avaliação quantitativa e economicista do desenvolvimento, praticamente todas as dimensões e aspectos não econômicos da realidade social, tais como ideologia e cultura, eram desconsiderados como irrelevantes, como se fosse possível abstrair a economia do tecido complexo de uma dada sociedade nacional⁹¹.

Como mencionado, o campo da esquerda nacionalista dos anos 50 e 60 encontrava e produzia sua visão de desenvolvimento nacional pautado nas idéias,

⁸⁹ COSTA NETO, Pedro Leão. ISEB: projeto nacional-desenvolvimentista e filosofia existencial. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Anais da XXI Reunião. Rio de Janeiro 2001. p. 444.

⁹⁰ Id.

⁹¹ MICELI, Sérgio. A fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In MICELI, Sérgio (coord.) **História das ciências sociais no Brasil** (volume 2). São Paulo: Sumaré, 1995, p. 341-396. p. 344.

principalmente, de dois institutos: a CEPAL, o ISEB. Esses institutos foram espaços de atuação de parcela da intelectualidade na sociedade e se constituíam plataformas em que nacionalismo, desenvolvimentismo, antiimperialismo eram estudados e convertidos em valores da esquerda.

Delimitado brevemente o contexto do pré-golpe militar, cabe-nos investigar qual foi a dinâmica que surgiu sobre essa cultura no pós-golpe e como seus elementos foram reagrupados na publicação da RCB.

2 A EMERGÊNCIA DA REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

A poesia é a arma do povo contra a tirania.
Faixa estendida em frente Livraria da Civilização Brasileira
em maio de 1964.

Neste segundo capítulo tentaremos problematizar as tensões e a dinâmica da cultura de esquerda, noutras palavras a configuração social em que se deu o surgimento da Revista Civilização Brasileira. Nossa problemática restringe-se a inventariar como os integrantes da esquerda que vieram a escrever na RCB orientavam suas condutas em face do golpe. Para tanto, investigaremos o significado das alterações que o regime implementado em 1964 operou nas esferas da cultura e da política nacionais, bem como situaremos o reagrupamento de forças que se desenvolveu em torno da Editora Civilização Brasileira e do seu principal artífice: Ênio Silveira.

2.1 O GOLPE DE 1964 E A “REVANCHE DA PROVÍNCIA”⁹²

O golpe de 1964 trouxe conseqüências graves sobre a articulação da cultura e política brasileiras. De um lado, desalojou políticos, intelectuais e pensadores de esquerda de seus espaços de atuação, rearranjou as forças sociais e se fundou nos

⁹² O termo ‘revanche da província’ é de Roberto Schwarz em SCHWARZ, Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: _____, **Pai de família e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

reclamos daquela parcela da população brasileira que via com maus olhos a política desenvolvida pelo presidente João Goulart. Porém, simultaneamente, legitimou os agentes sociais ligados aos valores da esquerda da época⁹³ que imputavam a pecha de antidemocráticos e de golpistas aos opositores de Goulart. Num tempo de maniqueísmos, de Guerra Fria e de enfrentamentos, era evidente que aqueles desalojados pelo golpe não iriam baixar as suas armas, em síntese, podemos dizer que a pena lutaria, novamente, contra a espada.

O golpe civil-militar validou a opção autoritária à direita em detrimento às propostas esquerdizantes e o modelo transformação social sugerido por grupos de esquerda que defendiam uma *revolução brasileira* via reformas de base⁹⁴ e outras políticas. Para Rodrigo CZAJKA, o

... esquerdismo do governo de Goulart refletia, em toda a sua extensão, a influência do partido de esquerda mais presente naquele momento, apesar de ilegal: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aliás, as próprias reformas de base que serviram de carro-chefe em seus últimos comícios eram propostas retiradas da *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro* e promoveram, de forma direta, a ascensão do movimento de massas durante o governo de Goulart⁹⁵.

O golpe foi a resposta a uma tensão da sociedade brasileira, a reação de camadas conservadoras contra uma forma de mobilização social fundada em valores da esquerda. Foi o epílogo da *república populista* que, segundo Octávio IANNI, vivia uma crise encontrando desafios na estagnação econômica, inflação e pressão por recomposição salarial⁹⁶.

A atuação dos militares se deu dentro de uma lógica comum na América Latina e no Brasil onde as forças armadas exerciam uma espécie de força moderadora

⁹³ Segundo Rodrigo CZAJKA, “com a instauração do regime militar a cultura paulatinamente adquire legitimidade política e um caráter reestruturador das ideologias desagregadas pelo novo regime (...) ainda que produções artístico-culturais estivessem sujeitas aos arautos da censura durante o regime militar, as condições de sua realização eram favorecidas pelo contexto no qual o problema da cultura era compreendido como um problema político” CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência: intelectuais e cultura** na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 14 e 17.

⁹⁴ Daniel Aarão Reis Filho resume as reformas de base da seguinte forma “... a reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais” REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002. p. 24.

⁹⁵ CZAJKA, Rodrigo. *Páginas de resistência*. Op. Cit., p. 29.

⁹⁶ IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 220.

sobre a política civil, intervindo quando necessário. O diferencial é que usualmente o poder era entregue aos civis. No entanto, o golpe brasileiro rompeu com essa tradição e instaurou novo padrão de atuação militar. Alfred Stepan destaca que os militares insatisfeitos com a atuação dos políticos civis resolveram atuar e não mais devolver-lhes o poder, pois acreditavam que possuíam legitimidade e competência para exercê-lo de forma permanente⁹⁷. Carlos FICO comenta a posição de Stepan mencionando

...até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis caracterizável como “moderador”, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar. A singularidade da crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal “padrão, pois além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também se sentiram diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-los mais.⁹⁸

Tal assertiva deve ser vista com cautela, pois Adriano Nervo Codato destaca o caráter reativo do golpe salientando que o movimento militar não tinha um projeto pronto e acabado para o Brasil, mas simplesmente uma vaga afirmação de seus discursos anticomunista, antipopulista, defesa dos valores cristãos, além da oposição à corrupção⁹⁹.

Não é pertinente neste trabalho investigar a propriedade de uma ou outra proposta historiográfica deste aspecto do golpe militar. Compete-nos constatar que temos um persistente discurso, seguido de práticas, por parte dos que se instauram no poder de franca hostilidade a uma intelectualidade nacionalista de esquerda. Tratou-se, segundo os militares, de salvar a democracia do Brasil da tentativa do governo subversivo de João Goulart para instaurar uma “república sindical”, restaurar a ordem

⁹⁷ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 140.

⁹⁸ FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 31. A análise de Stepan recebeu críticas como a de João Quartim de MORAES, para quem sua análise é uma analogia equivocada da função política exercida pelo imperador e que teria sido assumida pelos militares ao término do regime monárquico, para esse autor “a doutrina do poder moderador serve, neste sentido, para justificar a permanência da presença das Forças Armadas na política não mais, com a função dirigente que assumiram em 1964, mas como último recurso da ordem burguesa e portanto como solução de força para as situações de crise de hegemonia”. MORAES, João C. K. Quartim de. **Liberalismo e ditadura no cone sul**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 108.

⁹⁹ CODATO, Adriano Nervo O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História Questões e Debates**. Curitiba-PR, v. 40, p. 7-30, 2004 O trabalho de Maria Celina D’ARAÚJO confirma tal entendimento na coleta de depoimentos de militares tal como o do tenente-coronel Leônidas Pires Gonçalves, que é elucidativo “quando o general Castelo aceitou participar é que nós praticamente desencadeamos o movimento. Mas nesse momento a revolução não tinha nem ideário”. D’ARAÚJO, Maria Celina de *et alii* (orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964 Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 129.

que estaria sendo ameaçada pela agitação populista.

Os militares golpistas faziam parte de um grupo de direita mais extenso que vinha buscando construir um ambiente favorável à difusão de suas idéias, numa tentativa de criar uma espécie de legitimidade¹⁰⁰. Para a construção dessa “legitimidade do poder”, vários setores organizados da sociedade como o IPES, o IBAD e a ESG mobilizaram-se. Segundo René DREIFUSS,

... as ações ideológicas e Sociais combinadas da elite orgânica consistiam em doutrinação geral e doutrinação específica (...). a doutrinação geral através da mídia era realizada pela ação encoberta e ostensiva, de forma defensiva e deensivo-ofensiva. Constituía-se basicamente numa medida neutralizadora. Visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista (...) através da doutrinação específica, a elite orgânica tencionava moldar a consciência e organização dos setores dominantes e envolvê-los na ação como uma “classe para si”, enquanto consolidava a liderança política das facções multinacionais e associadas dentro da classe dominante.¹⁰¹

A fração de apoio que os militares conseguiram junto à população brasileira não pode ser desprezada, destacando-se que as associações de advogados, médicos e engenheiros anuíram com as ações golpistas, exceto quando se tratou da defesa de seus membros. Mesmo nas universidades foram muitos os atos de apoio aos militares¹⁰². Na mídia, os golpistas receberam amplo apoio de grandes jornais como *O Globo*, *Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã*, que exigia um “basta” na agitação populista.

O quadro do pós-golpe foi a aparente vitória dos segmentos militares, apoio dos setores médios da sociedade, da mídia e dos Estados Unidos. A repressão que sucedeu ao golpe se mostrou eficiente sobre os movimentos estudantis, camponeses, operários, políticos e intelectuais com amplos expurgos de lideranças que se opuseram ao golpe.

Com o sucesso da empreitada golpista, os militares editaram o primeiro Ato Institucional, em 09 de abril de 1964, ressaltando que o poder legislativo do Congresso

¹⁰⁰ Podemos definir *legitimidade* como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por essa razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão LEGITIMIDADE. In: **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. v.2. p. 675.

¹⁰¹ DREIFUSS, Richard. A. **1964: A conquista do Estado**. Ação, política, poder e golpe de classe. 2 ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 162, 231-232, 362 e 369.

¹⁰² PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990. p. 199.

Nacional derivaria do Ato Institucional e não da Constituição¹⁰³. Portanto, o entendimento dos militares era de que construíam com sua legitimidade absoluta uma nova ordem, revolucionária, constituinte e assim deveriam permanecer dentro da sociedade. Segundo Maria José de REZENDE,

o regime político que irrompeu a partir de 1964 se debateu, desde seus primeiros momentos, para atestar a legitimidade de seu poder de mando e decisão. Para isso, ele lidou com dois desafios. O primeiro foi construir os elementos que viessem a certificar, de imediato, que aquele movimento era legítimo. O segundo se caracterizou pelo empenho do grupo de poder em dar continuidade ao processo de construção da legitimidade no transcorrer dos governos ditatoriais (...) o regime lutava para construir um sistema de valores e idéias visando sedimentar na sociedade como um todo a crença de que o movimento de 1964 somente se legitimava porque ele expressava sob todo os aspectos os interesses do povo brasileiro¹⁰⁴.

A cultura nacional, em especial a cultura de esquerda, sofreu uma forte pressão após a tomada de poder pelos militares. Dentre as primeiras providências dos militares, ou seja, as ações no “calor da hora”, encontramos uma série de expurgos no Congresso, nas universidades, nos setores militares, nos sindicatos, no movimento estudantil. No dizer de Roberto SCHWARZ:

... o Golpe apresentou-se como uma gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc. Para conceber o tamanho desta regressão, lembre-se que no tempo de Goulart o debate público estivera centrado na reforma agrária, imperialismo, salário mínimo ou voto do analfabeto, e mal ou bem resumira, não a experiência média do cidadão, mas a experiência organizada dos sindicatos, operários rurais, das associações patronais ou estudantis, da pequena burguesia mobilizada etc. Por confuso e turvado que fosse, referia-se a questões reais e fazia-se nos termos que o processo nacional sugeria, de momento a momento aos principais contendores. Depois de 64 o quadro é outro. Ressurgem as velhas fórmulas rituais, anteriores ao populismo, em que os setores marginalizados e mais antiquados da burguesia escondem a sua falta de contato com o que se passa no mundo: a célula da nação é a família, o Brasil é altivo, nossas tradições cristãs, frases que não mais refletem realidade alguma, embora sirvam de *pass-partout* para a afetividade e de caução policial-ideológica a quem fala.¹⁰⁵

Heloísa HOLLANDA destaca que não foi o movimento progressista que

¹⁰³ BRASIL, Ato Institucional, de 09 de abril de 1964. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 3193, 11.04.1964.

¹⁰⁴ REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001. p. 32-33. Numa análise que precedeu o trabalho de Maria de Rezende, KLEIN e FIGUEIREDO mencionam que “na ausência de um quadro normativo institucionalizado, transfere-se para o órgão no qual se concentra o poder, no caso o Executivo, grande parte da atribuição de regulamentar a esfera jurídica através de um processo pragmático. As normas só são formuladas quando a situação requer e sua validade tende a se restringir à solução da questão para a qual foi criada”. KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus F. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.p. 27.

¹⁰⁵ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: _____, **Pai de família e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. P. 71

triunfou, mas o zelo moralista se incomodou com os padres comunistas e professores ateus, "a vigilância com o indecoroso comportamento “moderno” que, certamente incentivado pelos comunistas, corrompia a família; o ufanismo patriótico...”¹⁰⁶.

Inobstante a “revanche da província” no que tange aos valores culturais do novo governo, implementou-se uma forma de desenvolvimento industrial no país mediante a associação com as nações imperialistas; foi, então, a opção pela *modernização conservadora*¹⁰⁷. Octávio Ianni aponta a opção pelo “desenvolvimento associado” em detrimento da proposta socialista que se apresentava em face da impossibilidade de manutenção da política de substituição de importações¹⁰⁸.

A implementação desse pensamento se deu por meio do chamado Estado *burocrático-autoritário*¹⁰⁹, como salienta Helenice RODRIGUES DA SILVA

... instaurado no Brasil após o golpe militar de 1964, o regime burocrático autoritário reivindicava sua legitimidade a partir de uma concepção forjada, por ele próprio, da função histórica do Estado. Subjacente à estrutura da autoridade política encontra-se, portanto, a idéia segundo a qual o Estado – único agente capaz de operar mudanças – deveria assegurar, contra a ameaça comunista, a consolidação e o sucesso de um modelo de desenvolvimento capitalista, tendo como objetivo último a modernização da economia brasileira. Essa modernização econômica supunha a implantação de uma política de intervenção do Estado, pelo viés da internacionalização da economia e da concentração da produção nas mãos de uma oligarquia tecnocrática (...) Num contexto onde a representação dos interesses é estruturada de maneira pouco sólida e onde a ausência de democracia é

¹⁰⁶ HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos. A. **Cultura e participação nos anos 60**. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 13. Sobre o tema ainda: O professor de filosofia acredita em Deus? O senhor sabe a letra completa do hino nacional? As meninas na Faculdade são virgens? O padre é comunista?, questões “relevantíssimas” sobre a moral burguesa ocidental que banalizavam a política e serviam de pano de fundo para movimentos como a CAMDE, a fatídica Marcha da Família com Deus em Defesa da Liberdade. SCHWARZ, Roberto. op. cit., p. 70.

¹⁰⁷.... uma vez que ele se deu ‘pelo alto’, ou seja, impulsionado pelo Estado, contando com a contribuição apenas marginal de uma burguesia que não tinha como implementar o capitalismo industrial no país com suas próprias forças. (...) a burguesia não assumiu a posição de classe politicamente hegemônica, pelo contrário, o poder político coube aos setores dissidentes da oligarquia agrária que haviam rompido com sua solidariedade com oligarquia cafeeira agroexportadora, dos quais provinha o próprio gaúcho Getúlio Vargas. AGGIO, Alberto. et al. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 46.

¹⁰⁸ IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 12.

¹⁰⁹ Estudo primeiramente destinado a analisar o caso do regime militar argentino Guillermo O’Donnell estabelece sete características principais do Estado burocrático-autoritário que podem ser assim sintetizadas: 1) a sociedade global é subordinada às frações superiores de uma burguesia altamente oligopolista e transnacionalizada; 2) no campo institucional procede-se à *normalização* da economia com a re-subordinação dos setores populares; 3) é um sistema de exclusão política que visa impor uma ordem que permita as supramencionadas normalizações e transnacionalizações; 4) a exclusão acarreta a supressão da cidadania e da democracia política especialmente por meio da supressão das posições institucionais e canais de acesso ao governo da democracia política que orienta-se no sentido de eliminar papéis e organizações (partidos), suprimisse a cidadania e o popular; 5) é um sistema de exclusão econômica do setor popular, pois promove um forte sistema de acumulação de capital em benefício das grandes unidades oligopolistas de capital privado e de algumas instituições estatais que aumentam as desigualdades preexistentes; 6) desde as suas instituições são levadas a cabo as políticas sistemáticas de “despolitizar” o tratamento de questões sociais, com a sua submissão àquilo que se qualifica como critérios neutros e objetivos de racionalidade técnica e 7) reflete o fechamento de canais democráticos de acesso ao governo e, junto com eles, dos critérios de representação popular ou de classe ficando limitados aos ocupantes de grandes organizações, especialmente as forças armadas e as grandes empresas públicas e privadas. O’DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990. p. 61-62.

regra, isso vale a atribuir ao Estado e à tecnocracia o papel de demiurgos da mudança.¹¹⁰

Ainda assim, convém observar que a política e a cultura de esquerda também se reorganizaram em face do golpe e seus espaços não desapareceriam por decreto, nem de súbito. Dentro desse quadro e em volta da editora Civilização Brasileira, de propriedade de Ênio Silveira, organizou-se um grupo que viria a editar a *Revista Civilização Brasileira*.

2.2 A “OPORTUNIDADE” EDITORIAL NO INÍCIO DO REGIME MILITAR

Entre 1964 e 1965 o regime militar recém-instaurado promoveu uma série de rupturas nos laços da sociedade civil organizada. Houve intervenções nos sindicatos, nas universidades, nos partidos políticos, na imprensa, na UNE, nos CPCs e em institutos de pesquisa como o ISEB¹¹¹.

Os agentes das esferas cultural, política e intelectual sofreram profundas alterações em seus espaços de atuação, seja na sua tarefa de fazer críticas, seja na orientação de políticas do Estado. A partir desse momento passaram a ser vistos pelo Estado com desconfiança, senão como adversários políticos a serem anulados. A intelectualidade passou no pós-golpe do papel de conselheira e orientadora do Estado à inimiga política¹¹². A guinada à direita desenvolvida pelos militares procurou despolitizar o meio social, valorizando técnicos e burocratas que passaram a ocupar espaços que pertenciam a uma espécie de *intelligentsia* nacional. No entanto, essa cisão entre o Estado autoritário e o papel que antes exerciam nele os intelectuais ultrapassa a mera adoção de um ideário diferenciado (técnicos e burocratas x intelectuais de esquerda), afinal, os partidários do novo regime situam essa intelectualidade como inimiga política, e tal termo, ao invés de adversária, não é exagerado, pois pela lógica militar que permeava muitos dos integrantes do governo

¹¹⁰ RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Resistência civil contra regimes autoritários: o exemplo da imprensa alternativa no Brasil. In: SZESZ, C. M. **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia**. São Paulo: Edusc, 2003. p. 92-93.

¹¹¹ PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. p. 200.

¹¹² Segundo Rodrigo Czajka, “somente no mês de maio de 1964, por exemplo, o jornal carioca Correio da Manhã publicou dezoito textos (entre artigos, matérias, notas e editoriais) enfocando a resistência dos intelectuais às práticas do governo instaurado em abril daquele ano” CZAJKA, Rodrigo. Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 49.

que ascendeu ao poder não via adversários, mas inimigos, que deviam ser eliminados até mesmo fisicamente.

Nas universidades vários professores foram afastados¹¹³, os alunos policiados, a União Nacional dos Estudantes - UNE - e as entidades de representação estudantil estaduais colocadas na ilegalidade¹¹⁴. A politização que florescia no seu interior foi vigiada e cerceada mediante políticas diversas, tais como os expurgos

esse processo obedecia à lógica própria de todo expurgo. Em primeiro lugar, o que está basicamente em questão é a existência de idéias. Trata-se de afastar e punir portadores de idéias consideradas marxistas ou subversivas, duas qualificações notoriamente elásticas e imprecisas, o que torna o julgamento obrigatoriamente subjetivo.¹¹⁵

Muitas vezes o modelo de intervenção serviu de motivo para a resolução de pendências mesquinhas, delações entre desafetos e vendetas por questões pessoais¹¹⁶. Porém, no quadro geral a repressão dentro da universidade acabou resultando num efeito inverso ao pretendido. Muitos dos professores que apoiaram o golpe chegaram a se sentir constrangidos pelos excessos dos militares, e o processo acabou por colocá-los na defensiva perante o corpo de alunos, chegando muitos deles a mudar de posição.¹¹⁷

A esquerda ficou perplexa com a facilidade da tomada de poder pelos militares e pela continuidade do regime, rompendo o modelo de intervenção militar no Brasil. Passado o espanto inicial, foram promovidas contra-ofensivas por parte da esquerda, ou seja, foram mobilizados inúmeros instrumentos de resistência e oposição

¹¹³ "... o Ministro da Educação era a mesma figura que há poucos anos expurgara a biblioteca da Universidade do Paraná, de que então era Reitor; naquela ocasião mandara arrancar as páginas imorais dos romances de Eça de Queiroz. Na Faculdade de Medicina, um grupo inteiro de professores foi expulso por outro, menos competente, que aproveitava a marola policial para juste de rancores antigos" SCHWARZ, Roberto. Op. cit., p. 70-71. e GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p, 224.

¹¹⁴ Em junho de 1964 Castelo extinguiu a UNE por meio da Lei n. 4464/64. Em 1967, o Decreto-lei n. 288 extingue as entidades estudantis estaduais e pelo Decreto n. 477 de 28.2.69 estipulam-se sanções disciplinares contra a militância política de alunos e professores. FAVER, Maria Victória L. **A Une em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 66-67.

¹¹⁵ ASSOCIAÇÃO de Docentes da Universidade de São Paulo, **O livro negro da Usp: o controle ideológico da universidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹¹⁶ Em discurso de 1965 Florestan Fernandes denunciaria a questão afirmando: "... quando numa Universidade se compõe uma comissão de expurgo e nela se encontram professores sequiosos por essa missão; quando as congregações de escolas que reúnem a nata de nossa intelectualidade aceitam sem repulsa a tutela dos IPMs, quando professores e alunos lúcidos se coligam para delatar, condenar e destruir, sem maior exame de consciência e sem nenhuma consideração de ordem moral, quando, enfim, os círculos letrados se mantêm neutros e indiferentes diante de tais desdobramentos - há matéria para meditação, para funda meditação, e até para expiação e purificação". FERNANDES, Florestan. A "Revolução Brasileira" e os intelectuais. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 02, p. 326, maio.1965. Ver também SCHWARZ, Roberto. Op. cit., p.71.

¹¹⁷ "A esse refluxo dos liberais correspondia, quase sempre um avanço dos aproveitadores da extrema direita, o que haveria de funcionar como um ciclo perverso. Mais avançava o oportunismo, mas retraíam-se os liberais, mais radicalizavam-se os estudantes e policiava-se a universidade, fazendo avançar o obscurantismo, e assim por diante". GASPARI, Elio A ditadura envergonhada. op. cit., p. 224.

ao regime, nesse sentido Marcos NAPOLITANO alerta que "o regime militar não impediu, de imediato, a criação artística e a expressão de idéias de esquerda, mas cortou os elos do artista/intelectual desse segmento ideológico com a maior da população - o 'povo'"¹¹⁸. O movimento de resistência se deu em vários flancos como o teatro, a música, o cinema, as artes plásticas, a poesia, a literatura, o debate acadêmico, sindical, estudantil e universitário. Os valores e práticas da *cultura de esquerda* passaram a gozar de outra legitimidade ao se insurgir contra um adversário e autoritário¹¹⁹.

Falamos em outra legitimidade porque o momento de ruptura política deu novo significado às ações e à politização já existentes. Com o golpe, elementos como a truculência da direita, o entreguismo, seu viés marcadamente autoritário tornaram-se evidentes. Claro que não foi o regime militar o criador às avessas da cultura de esquerda, mas ele serviu como um dos responsáveis pela sua catalisação e legitimação da politização cultural, ou seja, a denúncia dos conflitos de interesses e de setores arcaicos da sociedade aparecia com vigor pelas ações dos militares. Assim, se entendermos que "quanto mais intimamente integrados forem os competentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau de sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira"¹²⁰ teremos que, dada a complexa integração existente entre os agentes sociais – os intelectuais -, o regime autoritário, os sindicatos e os diferentes partidos políticos não poderiam ser desvinculados do desenvolvimento da ação da esquerda intelectual contra o Estado. Em verdade, tais grupos agiam interdependentemente, ou seja, em forma de configuração que, para Norbert ELIAS, implica “uma estrutura de jogo que pode ter uma hierarquia de várias relações de “eu” e “ele”, “nós” ou “eles”. Torna-se evidente que dois grupos de adversários formam uma configuração singular. Só podemos compreender o fluxo

¹¹⁸ NAPOLITANO, Marcos. "**Seguindo a canção**": engajamento político e industrial cultural na MPB (1959-1969). São Paulo : Annablume : Fapesp, 2001. p. 58.

¹¹⁹ “Essas questões e problemas abriram novas possibilidades de intervenção por parte de intelectuais e artistas. A necessidade de compreender, discutir e reformular a nova conjuntura nacional que emergia durante os primeiros anos da década de 1960 – períodos de conturbações sociais, políticas, econômicas e culturais também operadas num plano internacional – revelou-se no sintomático processo de transformação ocorrido no interior dos grupos de esquerda, assim como em seus respectivos projetos de formação de uma consciência nacional e construção de uma identidade nacional e popular”. CZAJKA, Rodrigo. Páginas de resistência. Op. cit., p. 29.

¹²⁰ ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, s.d. p. 78.

constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante”¹²¹. Dessa forma a politização da cultura e os fechamentos de espaços culturais e políticos alimentaram, parcialmente, as ações de agentes sociais engajados ou não na sua contestação.

Com as respostas aos fechamentos, deram-se inúmeras medidas para resistir à ordem ditatorial com vias de contestação da sua legitimidade e tentativas de tomar o poder. As reações variaram ao longo do regime desde o simples repúdio até a luta armada, passando pelas mais diversas manifestações culturais. Nesse aspecto anuímos com o pensamento de Marcelo RIDENTI para quem “a luta de classes, de que as organizações de esquerda foram uma das expressões, não podem ser explicadas pela ação repressiva do regime civil-militar, nem pelas falhas nas instituições desse regime, ou das anteriores ao golpe de 64, senão teríamos subjacente a idéia de que, se não houvesse falhas nas instituições, não haveria luta de classes”¹²².

Desse modo, podemos concluir que o conjunto de ações do regime autoritário teve uma série de implicações, dentre as quais desalojar artistas, professores, intelectuais, jornalistas, sindicalistas e líderes políticos de suas esferas de atuação, impelindo-os a adotar posições e legitimando ações destes contra o regime autoritário. De outro lado, legitimou as falas e ações da esquerda que antecederam ao golpe denunciando as manobras da direita e criou um clima favorável à valorização da cultura de esquerda.

No pós-golpe a resistência se deu em diversos flancos, e num momento de engajamento político cada grupo social procurou redefinir seu papel na nova configuração social. Nesse sentido, pode-se dizer que os indivíduos de uma dada sociedade, bem como os intelectuais, em questão, não são totalmente independentes ou condicionados. Atuam numa relação de *interdependência* com os fatores configuracionais de um dado grupo em face de outros grupos. Desse modo, a ação dos intelectuais e dos artistas, da cultura de um modo geral, em face dos fechamentos do regime militar só pode ser percebida satisfatoriamente se co-relacionada com a percepção da ascensão das classes populares, do papel que os artistas e intelectuais

¹²¹ Ibid, p. 144.

¹²² RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**: São Paulo: Edusp, 1993. p. 62.

buscavam para si, bem como a sua relação de tensão de forças na configuração em que se encontravam diante dos militares.

Para a compreensão do que mencionamos anteriormente, basta observarmos os vestígios do período: em maio de 1964 foi estendida em frente à livraria uma faixa com os seguintes dizeres “a poesia é a arma do povo contra a tirania”. Meses depois a Editora Civilização Brasileira publicou o livro de Moacyr Felix *Canto para as transformações do homem*, libelo em defesa das liberdades democráticas; também saíram da sua linha editorial os primeiros trabalhos que avaliavam o golpe, tais como: *O Golpe começou em Washington*, de Edmar Morel; *O Brasil no espelho do mundo*, de Otto Maria Carpeaux, e *O Golpe de Abril*, de Edmundo Moniz Bandeira.

Nessa complexa relação configuracional, percebemos que diversos autores que não possuíam uma posição marcadamente de esquerda passaram a se insurgir contra o regime. Um caso para refletirmos é o de Carlos Heitor Cony¹²³, cujas crônicas na *Correio da Manhã* incitavam artistas e intelectuais na luta contra o regime

interessante, porém, é que a posição do próprio Cony em relação às esquerdas era - e numa certa medida sempre foi - distanciada e confirmada por variadas críticas de seus contemporâneos. O escritor fazia questão de afirmar em sua coluna semanal, *Da arte de falar mal*, um certo desprezo por aquilo que se convencionou mencionar de “esquerda festiva”, além de assumir claramente sua posição liberal no trato com as questões políticas¹²⁴.

Ou seja, o autor que difundia a antiga estratégia da direita de desqualificar intelectuais de esquerda se somava agora, paradoxalmente, aos críticos do golpe de Estado. A posição de Cony foi objeto de censura de diversos âmbitos inclusive de colegas seus da RCB, como veremos adiante. De todo modo, cabe destacar que Cony foi autor do livro *O Ato e o fato*¹²⁵, texto voltado contra o regime ditatorial e que o consagrara com ampla repercussão na imprensa e junto ao público, que lhe esgotava

¹²³ Carlos Heitor Cony “após responder a oito processos, três IPMs e ser preso seis vezes por “delito de opinião”, deixou o país. Um dos processos a que foi submetido teve como autor o então ministro da Guerra, general Costa e Silva, que se utilizou deste fato para provar a existência de uma imprensa livre no país, dizendo que exista “[...] um cronista que me ataca diariamente e, está em liberdade”. Depois deste período de auto-exílio, retornou, em 1970, trabalhando na editoria de revistas. Perguntado acerca de suas posições políticas, se autodefiniu como “inteligente o bastante para não ser de direita, mas muito rebelde para ser de esquerda” KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas – a travessia de Cony, e a censura do Partidão*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 225.

¹²⁴ CZAJKA, Rodrigo. *Páginas de resistência...* Op. cit., p. 50.

¹²⁵ “... lançamos, sucessivamente, quatro ou cinco edições; Cony passou a ser um “herói nacional, transformando-se numa espécie de “messias”. Lançamos duas edições depois de 1964; ainda nesse ano, mais duas edições de O estado militarista, e começamos a lançar as memórias de um escritor soviético que acompanhou, desde o começo, a revolução russa; tratava-se de um livro sobre a história da revolução – os militares engoliram isto” SILVEIRA, Ênio. *A resistência no plano da cultura*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas do populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 157.

sucessivas edições.

A escala das ações impedem uma leitura fina dessas áreas, por isso delimitamos o quadro de análise apenas sobre a RCB e algumas questões pontuais para servir de amostra da ação da cultura de esquerda no período. A RCB foi um dos veículos que expressou o comportamento da cultura de esquerda em face do regime. Ao procedermos à sua análise, devemos situar, de plano, dois aspectos importantes: seu surgimento no início do regime militar e o contexto cultural favorável à publicação de oposição ao regime na cultura de esquerda.

Para investigação da problemática sobre quais teriam sido as mudanças na cultura de esquerda no pós-golpe; partimos da hipótese de que o surgimento da RCB tem como característica a pronta resposta dos seus escritores e artistas ao regime implantado. A revista foi criada como uma alternativa, como um espaço de debates contra os militares estabelecidos. O chamado clima favorável à publicação tem dois vieses de análise. Em primeiro lugar, pode-se dizer que conglomera os opositores ao regime, ou seja, aqueles que se opunham aos militares tinham um inimigo comum, o que facilitava o trato da esquerda ainda magoada com a fácil derrota, como explica Ênio SILVEIRA, editor da revista

...fica mais fácil tomar posição quando se tem um inimigo poderoso, ativo e muito presente, como a ditadura militar emanada do golpe de 64. Era realmente insuportável para a *intelligentsia* brasileira porque ela invadia sua capacidade de criação como escritor, jornalista, pintor, teatrólogo, radialista; controlava tudo isso, você passava a ser suspeito de atitude subversiva se fosse do contra. Não nos esqueçamos que os militares iam às redações e às direções de jornais, e davam ordem a seus diretores para demitir uma lista de comunistas ou suspeitos de serem comunistas¹²⁶.

Em segundo lugar, essa “facilidade” deve ser relativizada porque a união das esquerdas sempre foi algo difícil, e a resposta que cada um deu como a oposição aos militares foi bastante variável. Marcelo RIDENTI dedicou-se a estudá-la e menciona que

... depois do golpe, muitos artistas e intelectuais defensores da cultura nacional e popular encastelaram-se numa posição defensiva em relação à modernização industrial e tecnológica que o regime militar veio impor, mantendo as propostas estéticas anteriores ao golpe e ressaltando o apego às tradições populares pré-capitalistas (seriam expoentes: Geraldo Vandré na música popular, Antonio Callado de Quarup e Ferreira Gullar na literatura). Muitos outros que haviam compartilhado em maior ou menor escala do projeto nacional e popular foram, aos poucos, abandonando aquela postura diante da nova realidade e aderindo às posições que

¹²⁶ FELIX, Moacyr. Ênio Silveira: Arquiteto de Liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 60.

preconizavam a incorporação à indústria cultural, para subvertê-la por dentro como José Celso no Teatro Oficina, Glauber Rocha e outros cineastas no Cinema Novo após 1964, Gil na música popular etc.¹²⁷.

Devemos considerar também que tal “união de forças” foi desestimulada pelos militares por meio de diversos mecanismos como ameaças, prisões, torturas etc. Mesmo assim, pensadores e artistas que tinham um histórico de atuação contra o regime buscaram, depois de desalojados de seus espaços de atuação, reagrupar-se e continuar suas ações como conselheiros políticos e guias da sociedade. Oportunidade que foi capitaneada por um editor radicado no Rio de Janeiro chamado Ênio Silveira que, segundo Leandro KONDER, teve participação direta no surgimento da RCB;... o surgimento da Revista Civilização Brasileira, por exemplo, em 1965, deveu-se diretamente à atuação de Ênio Silveira, que figura como seu “diretor-responsável” (...), mas não é apenas um veículo dos intelectuais insatisfeitos com o golpe ou os rumos da ditadura trata-se, sobretudo, de uma interferência pessoal de Ênio Silveira, que se apresentava como intelectual capaz de posicionar-se à frente de uma iniciativa dessa natureza¹²⁸.

2.3 A ATIVIDADE EDITORIAL DE ÊNIO SILVEIRA E A RCB

Para analisarmos os processos de transformação na cultura de esquerda durante o pós-golpe, especialmente ao abordar a RCB, faz-se necessário investigar o principal expoente que arquitetou seu surgimento: Ênio Silveira. Não pretendemos dizer que a revista é fruto da ação única e exclusiva dele, tampouco cair na armadilha da história tradicional de enaltecer grandes homens e grandes feitos, mas precisamos analisar a participação e as escolhas dos agentes, percebendo as suas trajetórias nas configurações sociais para que possamos interpretar os rumos e as estratégias do grupo que publicou na RCB. Desse modo, como exige a *história intelectual*, é premente que façamos um cruzamento entre o contexto que precede a revista e a trajetória do seu principal articulador.

De início, precisamos delimitar o contexto de surgimento da revista, afinal, apesar do fôlego da publicação, a estratégia da RCB não era inédita no Brasil, pois desde a fundação dos primeiros movimentos operários anarquistas, passando pelo surgimento do Partido Comunista Brasileiro, constatamos crescente atividade editorial. Para sermos mais precisos, podemos dizer que nos anos 50 e 60 a atividade editorial

¹²⁷ RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução... Op. Cit., p. 78-79.

¹²⁸ VIEIRA, Luis Renato. R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998. op. cit., p. 74.

no Brasil apontava caminhos para o desenvolvimento de projetos nacionais. Nesse sentido, Rodrigo CZAJKA enumera

... é nesse período que muitas revistas, jornais e publicações alternativas surgem como estruturas elementares dessa esfera pública, entre elas a Folha da Semana (dirigida por Arthur Poerner), o Reunião (editado por Ênio Silveira e dirigido por Paulo Francis), o Pif-paf (dirigido por Millor Fernandes), os Cadernos do povo brasileiro (dirigidos por Moacyr Felix), a Revista Brasiliense (dirigida por Caio Prado Junior e Elias Chaves Neto), a Revista Tempo Brasileiro (dirigida por Eduardo Portella), Cadernos Brasileiros (dirigido por Afrânio Coutinho), a revista Paz e Terra (editada por Ênio Silveira e dirigida por Moacyr Felix), a revista Dados (dirigida por Cândido Mendes), a Revista Política Externa Independente (editada por Ênio Silveira), além da mais importante entre muitas outras publicações, a Revista Civilização Brasileira¹²⁹.

Logo, é dentro dessa seara de publicações que se localizaram a RCB e seu arquiteto. Evidente que a trajetória de Ênio Silveira como editor não pode ser resumida neste breve tópico do capítulo, ele foi proprietário e editor da Editora Civilização Brasileira atuando com importância no campo editorial brasileiro durante décadas, lançando centenas de autores e livros. Sobre a sua figura foram escritos dois livros *Ênio Silveira o arquiteto de liberdades*¹³⁰, de Moacyr Felix, e *Editando o Editor*¹³¹, organizado por Jerusa Pires Ferreira, além de uma série de entrevistas e reportagens publicadas que foram utilizados para a realização desta breve incursão em sua trajetória. Nosso estudo se destina apenas e tão-somente a caracterizar a figura de Ênio em face de seu trabalho com a Revista Civilização Brasileira, por isso foram omitidos dados que, por mais pertinentes que fossem, não estivessem ligados a esse recorte específico.

Ênio nasceu em 1925 e provinha de família que cultivava de forma ampla a esfera intelectual. O autor, na construção de sua auto-imagem, destacou sua formação:

... é evidente que eu sou produto de minha geração grei. Desde a minha mais tenra idade eu vivi num ambiente altamente cultural. Meu avô, Valdomiro Silveira, era escritor. Meu pai, advogado, era também contista. Meu tio Miruel era contista. Meu tio Agenor era poeta, meu tio-avô, enciclopedista e pesquisador. Então eu, desde menino, vivi num ambiente altamente culto, no qual o livro era a entidade máxima, à qual todos voltavam um respeito quase religioso. Assim, quando eu cheguei à idade da leitura, quando comecei a ler, meus presentes de aniversário eram livros. Quando eu cresci um pouco e comecei a estudar outras

¹²⁹ CZAJKA, Rodrigo. Redesenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. **História: questões & debates**. Curitiba, n. 40, p. 37-57, jan.-jun. 2004. p. 53. Sobre o tema, convém observar ainda RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, J. Q de (org). **História do marxismo no Brasil**. Volume III, teorias e interpretações. Campinas: Unicamp. 1998.

¹³⁰ FELIX, Moacyr. **Ênio Silveira: Arquiteto de Liberdades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

¹³¹ FERREIRA, Jerusa P. (org.). **Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2003. (editando o editor, v.3).

línguas, meu avô me deu a assinatura de um jornal e de uma revista francesa. Em casa, nossas discussões eram sempre voltadas para a coisa cultural. Eu sou um produto da minha família¹³².

Não podemos tomar como absolutas as palavras do editor, mas do seu relato já despontam valores que norteavam sua conduta: uma ligação muito forte com a cultura do livro, da leitura e da sua difusão. Noutra correspondência, agora uma carta aberta ao Marechal Castelo Branco, o editor afirmou sua origem ligada a “duas famílias paulistas, tradicionais, de recursos materiais discretos, mas romanticamente orgulhosas do fato de poderem traçar suas origens até os primeiros dias da colonização portuguesa”¹³³. Logo, podemos dizer que o editor via a sua atuação como uma missão.

Em 1944 se deu o início da atividade laboral de Ênio no âmbito cultural, quando foi apresentado por sua amiga Leonor Aguiar a Monteiro Lobato¹³⁴. Entre ambos desenvolveu-se uma relação de simpatia, e o futuro editor recebeu indicação para que procurasse Octalles Marcondes Ferreira, com quem Lobato fundara a Companhia Editora Nacional¹³⁵.

Podemos aventar que a convivência de Ênio Silveira com Monteiro Lobato possa tê-lo inspirado, em certa medida, para a idealização da Revista Civilização Brasileira, afinal, Lobato publicara entre 1916 e 1925 a *Revista do Brasil*, que buscou atuar como porta-voz das tendências intelectuais brasileira que vislumbravam o resgate da nacionalidade brasileira, contrapondo-se à influência da cultura estrangeira¹³⁶.

Ênio Silveira iniciou seu trabalho na Companhia Editora Nacional e em dois anos rapidamente ascendeu a uma das diretorias. Casou-se com Cléo, filha de Octalles e foi enviado para Nova York em 1946, ocasião em que abandonou o curso superior que cursava na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. Em Nova York fez contatos com empresários e editores, estagiou na editora Alfred Knopf no curso de extensão em sociologia e antropologia da Universidade de Columbia. Nos Estados Unidos travou contatos com o Partido Comunista norte-americano, fator importante na

¹³² VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998. p. 75-6.

¹³³ SILVEIRA, Ênio. Primeira epístola ao Marechal. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 24-5, jul. 1965. p. 5.

¹³⁴ FERREIRA, Jerusa Pires (org.). Ênio Silveira. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2003. (editando o editor, v.3). p. 21.

¹³⁵ AGGIO, Alberto.; et. atl. **Política e sociedade no Brasil** (1930-1964). São Paulo: Annablume, 2002. p 23.

¹³⁶ Id.

sua formação política¹³⁷ e de trocas culturais. Daí se pode inferir uma relação de sociabilidade e de transferências que permite a gênese precoce da atividade editorial de Ênio, pois ainda muito jovem fazia parte de um ambiente intelectual diversificado e convivia com editores e suas práticas, compartilhando por certo do raciocínio interno de grupo, até mesmo porque “o meio intelectual não é simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior. É afinal o que dá a sua especificidade à ‘alta intelligentsia’: dela participam os que possuem, a um ou outro título, poder de ressonância”¹³⁸.

Nesse quadro, percebemos que Ênio Silveira teve à disposição diversas ferramentas culturais que o influenciaram, tais como os canais de expressão, sua família, sua formação universitária – ainda que inconclusa – e o próprio ambiente de trabalho, bem como as trocas com as editoras e com o partido comunista norte-americanos¹³⁹.

Quando Ênio Silveira retornou ao Brasil, observou o mercado editorial de outra forma, estabeleceu outras estratégias de tratamento com a editora e os autores, procurando conferir caráter próprio aos empreendimentos editoriais. A pedido de seu sogro mudou-se para o Rio e passou a ser o responsável pela Editora Civilização Brasileira¹⁴⁰, então uma mera subsidiária da Companhia Editora Nacional que estava com problemas financeiros.

Baseado em sua experiência nos Estados Unidos, Ênio Silveira investiu em alterações no âmbito interno da editora e buscou apartá-la da mera condição de

¹³⁷ Ênio Silveira dirá em entrevista que “minha práxis política foi muito “treinada” no Partido Comunista norte-americano, graças aos dois escritores Richard Wright e Howard Fast. Depois eles abandonaram o partido” In: FERREIRA, Jerusa Pires. op. cit., p. 40.

¹³⁸ SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa:Estampa, 1998. p. 259-279. p. 265.

¹³⁹ Nesse sentido é o trabalho de Ann Swidler, para quem o agente elabora sua própria cultura a partir da sua necessidade material. Tal como se a cultura fosse uma caixa com inúmeras ferramentas da qual o indivíduo faz uma seleção em conformidade com sua necessidade material. “*First, while such cultures provide a tool kit of resources from which people can construct diverse strategies of action, to construct such strategy means selecting certain culture elements (both such tacit culture as attitudes and styles and, sometimes, such explicit culture materials as ritual and beliefs) and investing then with particular meanings in concrete life circumstances*”. SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**. 51: 273-86. 1986. p.281.

¹⁴⁰ “... a Civilização Brasileira foi fundada no Rio de Janeiro em 1932, pelo poeta Ribeiro Couto, pelo escritor integralista Gustavo Barroso e por um cidadão chamado ... – agora não me lembro o nome Se era Manuel, ou não sei que lá, Costa – esqueci o nome, um que era livreiro no Rio de Janeiro”. Depoimento de Ênio Silveira in: FERREIRA, Jerusa Pires. op. cit., p. 47.

apêndice que publicava o refugio da Companhia Editora Nacional. Fez investimento na formação de um plantel de jovens intelectuais engajados¹⁴¹, concomitantemente explorava o rendoso filão dos livros didáticos e de autores clássicos. Ênio trouxe novas técnicas de publicação dos Estados Unidos, modificando as forma de apresentação das capas dos livros para torná-los mais atraentes ao seu público, bem como imprimindo-os em brochura aparada, sem necessidade de abrí-los com espátula¹⁴².

Porém, as mudanças administrativas não foram as únicas transformações ocorridas, percebe-se que suas posições políticas contribuíram para o rompimento comercial entre ele e seu sogro. Nesse aspecto é necessário retornarmos ao conceito de *cultura política*, e, segundo Serge BERSTEIN, temos que “uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz”¹⁴³. Assim, compreender-se-ia o comportamento de Ênio Silveira que resolveu publicar, junto com um grupo do ISEB, os *Cadernos do Povo, Violão de Rua*, coleções editadas em 1964, que visavam explicar à população alguns conceitos de política, tais como povo, imperialismo etc. Dessas divergências administrativas e dos problemas advindos de concepções de culturas políticas distintas resultou o rompimento comercial, porém não de amizade entre eles. Luis Renato VIEIRA diz que o rompimento comercial se deu em virtude da publicação dos *Cadernos do Povo*¹⁴⁴, por sua vez, Ênio Silveira, em depoimento, menciona que o motivo do rompimento foi a pressão das organizações educacionais da Igreja Católica que adotavam os livros didáticos publicados pela Companhia Editora Nacional, cuja distribuição no mercado carioca estava sob sua responsabilidade¹⁴⁵.

Ênio comprou a Editora Civilização Brasileira de Octalles, segundo suas próprias palavras, em um negócio de “pai para filho”, fazendo parte do acordo também que a Editora Civilização Brasileira retirar-se-ia do mercado dos livros didáticos, que representavam 40% do faturamento da empresa no momento¹⁴⁶.

O período da atuação de Ênio na editora ficou marcado pelo recrudescimento da oposição entre forças conservadoras e progressistas. A editora Civilização Brasileira

¹⁴¹ VIEIRA, Luis Renato. op. cit., p. 80.

¹⁴² FERREIRA, Jerusa Pires. op. cit., p. 154 e VIEIRA, Luis Renato op. cit., p. 127.

¹⁴³ BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 359.

¹⁴⁴ VIEIRA, Luis Renato. Op. cit., p.84-86.

¹⁴⁵ FERREIRA, Jerusa Pires. Op. cit., p. 67-68.

¹⁴⁶ FERREIRA, Jerusa Pires. Op. cit., p. 68 e VIEIRA, Luis Renato. Op. cit., p. 85.

marcou sua posição e publicou um livro novo a cada dia entre 1961 e 1964. Em 1963, Ênio e diversos intelectuais participaram, com a aprovação do PCB, da criação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais – CTI – cujas finalidades foram enumeradas num editorial publicado no jornal *Correio da Manhã* de 13 de outubro de 1963:

- a) congregar trabalhadores intelectuais, na sua mais ampla e autêntica conceituação;
- b) apoiar as reivindicações específicas de cada setor da cultura brasileira, fortalecendo-as dentro de uma ação geral, efetiva e solidária;
- c) participar da formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com as demais forças populares, arregimentadas na marcha por uma estrutura melhor na sociedade brasileira¹⁴⁷.

Em síntese, podemos dizer que, estabelecido apenas cinco meses antes do golpe, a natureza do CTI “era por princípio jurídica e visava estabelecer a representação política de seus agregados junto a outras entidades assim como junto ao Estado”¹⁴⁸ e visava discutir questões que envolvessem o intelectual, a cultura brasileira e a democracia.¹⁴⁹

O Golpe militar e a implantação gradual do regime burocrático autoritário¹⁵⁰ implicou um clima de fechamentos cerrando-se as portas do ISEB, colocando-se sob investigação seus membros, a *História Nova*¹⁵¹ e o próprio Ênio Silveira, que foi alvo de sete IPMs¹⁵² durante o regime militar e foi preso quatro vezes.

A Editora Civilização Brasileira contava também com uma livraria onde aconteciam muitos encontros informais entre membros de um grupo intelectual. Ali era fomentada uma rede de sociabilidade envolvendo os intelectuais que conviveram com Ênio e se opunham às forças do regime estabelecido, nesse ambiente a legitimação dos intelectuais se dava com a intransigente oposição ao regime militar¹⁵³.

Nesse contexto a editora passou a ser o principal ponto de encontro da oposição ao Regime militar no Rio de Janeiro, agregou uma série de ações de uma

¹⁴⁷ COMANDO dos trabalhadores intelectuais. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 13.10.1963.

¹⁴⁸ CZAJKA, Rodrigo. Páginas de resistência ... Op. cit., p. 35.

¹⁴⁹ *Ibid*, p. 47.

¹⁵⁰ RODRIGUES DA SILVA, H. Resistência civil contra regimes autoritários: o exemplo da imprensa alternativa no Brasil. In: Szesz, C. M. Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia. São Paulo: Edusc, 2003. p. 92-93.

¹⁵¹ A *História Nova* foi uma série de livros didáticos produzidos pelo ISEB nos anos 60. Sofreu forte contestação pelos militares inclusive com apreensão do material impresso e instauração de IPMs sobre o assunto com a prisão de vários de seus editores. Sobre o assunto vide GIORDANO, Cláudio (ed.). *História Nova do Brasil 1963-1993*. São Paulo: Loyola, 1993.

¹⁵² Os IPMs (inquérito policial militar) eram mecanismos de investigação realizados pela ditadura militar e sua mera convocação era mecanismo de pressão exercido sobre os intelectuais, uma vez que tal inquérito era procedido sem a inspeção judicial, ficavam a encargo de militares, que inquiriam ao seu gosto as testemunhas, por vezes recusando-se a mencionar os métodos, assuntos e paradesiros até mesmo para seus superiores hierárquicos.

¹⁵³ VIEIRA, Luis Renato. Op. cit., p. 44.

cultura política de intervenção daqueles agentes que escolherem a via de combate com o regime militar¹⁵⁴.

Nesse aspecto, pode-se lançar a hipótese de que a precoce formação de Ênio, sua convivência com o Partido Comunista Americano e sua posição de editor - não de escritor - facilitava os contatos e a abertura que ele iria conferir aos seus empreendimentos editoriais. Sobre o assunto, Leandro KONDER comenta em entrevista que “...outro aspecto importante é que também entram muito as relações pessoais aí. O Ênio era uma pessoa que se dava com muitos intelectuais. Muitos intelectuais brigados uns com os outros tinham em comum a relação com Ênio e ele cultivava essas relações, como editor e como político. E ele próprio, não sendo escritor, não tinha aquelas rivalidades literárias”¹⁵⁵.

No entanto, apesar do destaque conferido à figura de Ênio Silveira, não pretendemos dizer que a RCB é fruto exclusivamente de seu trabalho, pelo contrário a

... RCB é resultado de um processo de reflexão deste grupo antes desarticulado que começa com os Cadernos do povo brasileiro, passa pelo Violão de Rua, pelo Comando dos Trabalhadores Intelectuais, pelas discussões sobre o terrorismo cultural nas páginas do jornal Correio da Manhã e culmina com a edição da revista em março de 1965¹⁵⁶.

A série de publicações, que culmina na RCB, pode ser compreendida dentro de um processo de embate entre um conjunto de valores de esquerda que defendiam o desenvolvimento nacional autônomo marcado pela idéia de *revolução brasileira*, em confronto com a direita que, com o golpe materializado pelos militares, via o desenvolvimento das relações sociais marcadas por um forte sentimento conservador, apegado à família, à tradição, à igreja, além de um anticomunismo e um anti-populismo que entendia ser necessária uma ligação com os EUA em tempos de Guerra Fria. É contra esse conjunto de pensamentos que lutou a RCB, que analisaremos nos próximos dois capítulos.

¹⁵⁴ Segundo Rodrigo CZAJKA, “é nesse contexto que as primeiras reuniões sobre a criação da Revista Civilização Brasileira (RCB) são realizadas. Nota-se que o projeto da revista não nasce meramente de uma investida de Ênio Silveira no mercado das revistas acadêmicas e culturais, mas de um processo de desenvolvimento que dependeu primeiro da aglutinação de um grupo de intelectuais em torno da Editora Civilização Brasileira, do amadurecimento das discussões em torno da cultura e da formação de um grupo articulado política e ideologicamente em torno de projetos comuns. Em outras palavras, a RCB é resultado de um processo de reflexão deste grupo antes desarticulado que começa com os Cadernos do povo brasileiro, passa pelo Violão de Rua, pelo Comando dos Trabalhadores Intelectuais, pelas discussões sobre o terrorismo cultural nas páginas do jornal Correio da Manhã e culmina com a edição da revista em março de 1965”. CZAJKA, Rodrigo. Páginas de resistência ... Op. cit., p. 61.

¹⁵⁵ KONDER, Leandro. em entrevista In: VIEIRA, Luis Renato op. cit., p. 74.

¹⁵⁶ CZAJKA, Rodrigo. Páginas de resistência ... Op. cit., p. 61.

3 O ENGAJAMENTO E OS PROPÓSITOS DA RCB

... a marca do governo é exatamente essa ojeriza ao pensamento escrito, essa pirraça com os pensadores, o que, decerto, não é imotivado: a verdade é que, em todos os tempos, os intelectuais foram contra a tirania, contra a ditadura, contra a opressão. Válida a recíproca: nenhuma tirania admira ou sequer admite a inteligência¹⁵⁷.

Neste terceiro capítulo trataremos de caracterizar a revista, sua constituição inicial e a sua primeira metade, que dividimos em duas fases. Focalizaremos os primeiros embates contra o regime que recém fora instalado e a guinada estratégica da revista para continuar agindo num momento intensificação da repressão e em face dos AI-2 e AI-3.

3.1 O PROJETO E A DIMENSÃO DA RCB

A RCB foi produto da esquerda brasileira no pós-golpe; suas pretensões orientavam-se para a discussão teórica e prática de problemas brasileiros e mundiais. Sua experiência não teve um caráter inovador e exclusivo, pois existiam publicações co-relatas contemporâneas ou mesmo anteriores, no Brasil e no exterior¹⁵⁸. O que torna a RCB de particular interesse para nossa pesquisa são sua temporalidade, sua forma e sua extensão de seus enfrentamentos na dinâmica da cultura de esquerda.

O período foi marcado por discussões que movimentavam diversos segmentos de pensadores; exemplo disso foi a *Revista Tempo Brasileiro*, publicada no mesmo período e objeto de uma análise comparativa em face da RCB por Luis Eduardo Pereira da MOTA, para quem

¹⁵⁷ PROENÇA, Manoel Cavalcanti. A disseminância de abril. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 3-15, maio 1966. p. 4.

¹⁵⁸ Dentre os nacionais, pode-se fazer menção às mais antigas como Boletim Ariel, Espírito Novo, Progresso, Revista Proletária. RUBIM, Antônio Albino Canelas. op. cit., p. 316. Entre as mais recentes Revista Brasiliense, Revista Paz e Terra, Revista Tempo Brasileiro etc. Dentre as publicações internacionais semelhantes à RCB e seu caráter pode-se mencionar no pós-guerra a famosa *Les Temps Modernes* de Jean-Paul Sartre e *Il Politécnico* editada por Elio Vittorini na Itália – BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquiria Domingues Leão. A moralidade do compromisso. In: _____. **Intelectuais e política**. Campinas: Olho d'água. 1999. p. 13.

... enquanto a RCB preocupava-se em vincular as idéias no confronto político, enquanto um instrumento de transformação histórico-social, a RTB concebia o pensamento crítico e reflexivo separado das lutas sociais, sendo axiologicamente neutro. Ao definir-se como uma revista paulista e antidogmática, a RTB veio a tornar-se um espaço de divulgação de novas tendências teóricas, como o estruturalismo francês, que sofriam imensa oposição dos intelectuais vinculados a RCB¹⁵⁹.

Com o intuito de discutir questões internacionais foi lançada em 1965 pela Editora Civilização Brasileira, a revista *Política Externa Independente*¹⁶⁰ ela também era dirigida por Ênio Silveira e teve curta duração, com a edição de apenas três exemplares semestrais. A editora distribuía ainda a revista *Paz e Terra*, da Brasiliense, que pertencera a Ênio Silveira e era dirigida por Moacyr Felix, com enfoque na esquerda ‘católica’. Pelo conjunto de publicações existentes à época podemos dizer que os agentes da cultura de esquerda, tão fustigados pelo regime militar de 1964, procuravam apoiar-se em publicações locais e nacionais para alcançar um público letrado e exercer o seu papel de conselheiros políticos. Se tomarmos a lição de Marcelo BAQUERO sobre *cultura política*, teremos que

a cultura política ocupa um lugar central no cotidiano dos indivíduos, podendo servir tanto para regular a transmissão de valores políticos, quanto para legitimar o funcionamento das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada a como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade.¹⁶¹

Portanto, obstados os caminhos ‘institucionais’ conhecidos pelos intelectuais cabia a eles retomarem esses espaços por meio de outros instrumentos. A RCB tomou para si tal tarefa de defesa de valores da cultura de esquerda e de recuperar o espaço de artistas, homens de letras, professores universitários e intelectuais, afastados do centro de decisões, e mais, o fez numa dimensão dificilmente encontrada antes do golpe de 1964.

O primeiro exemplar foi publicado em março de 1965 e o último em dezembro de 1968 quando o AI-5 implementou nova dinâmica ao regime militar.

¹⁵⁹ MOTA, Luis Eduardo Pereira da. **A época de ouro dos intelectuais vermelhos** (uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira 1962-1968). Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 141.

¹⁶⁰ O diretor era Ênio Silveira, tendo como Secretário Geral Jayme Azevedo Rodrigues. No conselho diretivo constavam Antônio Houaiss, Jayme Azevedo Rodrigues, Otto Maria Carpeaux, Renato Archer, Valério Konder. E no Conselho consultivo Barbosa Lima Sobrinho, Celso Furtado, Hermano Alvez, Márcio Moreira Alvez, Maria Yeda Linhares, Newton Carlos, Paulo Francis.

¹⁶¹ BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo Perspectiva**, out.-dez. 2001, vol.15, n.4, p.98-104.

Durante esse período foram produzidas 22 revistas regulares e três volumes especiais; sinteticamente, podemos dizer que pautou sua atuação em questões atinentes à política interna e externa, economia, artes, cultura no sentido amplo, com debates no campo literário, musical, teatral, cinematográfico etc. Atuou ainda como memória que registrou vários 'incidentes' da vida pública brasileira. Ao longo da sua existência, ocorreram várias mudanças como a troca do diretor responsável; do secretário geral; a supressão do conselho de redação, bem como dos aspectos gráficos, a apresentação de textos por seções, mudanças nas capas, ocorreram atrasos diversas vezes, editaram-se volumes duplos e especiais, dentre tantas outras. Partiremos da premissa que tais mudanças têm co-relação direta com a dinâmica do regime, logo, nossa tarefa nestes dois últimos capítulos será buscar investigar de que forma essas co-relações se estabeleceram e quais estratégias percebemos na dinâmica da cultura de esquerda do período.

Dada a magnitude do objeto investigado e em face da existência de outros trabalhos que já a abordaram, realizamos um recorte para restringir nossa investigação a dois aspectos da RCB: a) a divisão da revista em fases tendo como critério de separação as mudanças estruturais percebidas ao longo da publicação e, b) a forma pela qual apareceram e foram tratados temas como a política nacional (nacionalismo, desenvolvimentismo e populismo) e internacional em tempos de antiimperialismo, terceiro-mundismo, além da questão comportamental.

Para apresentarmos a dimensão da publicação, convém ressaltar que ao longo dela foram trazidos mais de quinhentos (500) textos, em quase seis mil e quinhentas páginas (6500) e mais de duzentos e sessenta autores (260); vários autores escreveram sob pseudônimos, tal como Marco Antônio Coelho¹⁶², que assinava seus artigos como Assis Tavares¹⁶³, e o católico Alceu Amoroso Lima¹⁶⁴, que escrevia como Tristão de Athayde.

Como produto, a publicação teve ampla repercussão junto ao público ligado a

¹⁶² Marco Antônio Coelho era jornalista filiado ao PCB, foi eleito deputado federal em 1962 e teve seu mandato cassado em 1964 com o golpe militar. Após ser condenado pela Justiça Militar viveu 11 anos na clandestinidade vindo a ser preso em 1975 e torturado. Atualmente é diretor da revista Estudos avançados da USP.

¹⁶³ VIEIRA, Luis Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998. p. 62.

¹⁶⁴ Alceu Amoroso Lima (1893-1983), era crítico literário e polígrafo, engajou-se no movimento modernista de 1922. Era ligado ao catolicismo e era membro da Academia Brasileira de Letras tendo sido eleito para ela no ano de 1935. Usava o pseudônimo de Tristão de Athayde. VIEIRA, Luis Renato. op. cit., 117.

cultura de esquerda, seu alcance excedeu ao âmbito nacional e Ênio SILVEIRA a descreve com certo exagero dizendo que, em 1965,

lançamos a Revista Civilização Brasileira, em formato e grossura de livro, com artigos longos. Era uma revista de estudos brasileiros e internacionais, políticos, econômicos, sociológicos e literários feitos por pessoas de alto nível intelectual, brasileiras e estrangeiras. Naquele período em que a vida cultural era controlada pela ditadura, pela censura, pelas repressões de toda natureza, havia tanta vontade e tanto desejo de comunicação e de abertura de horizontes, que a revista, apesar de séria e até ‘pesada’, teve uma tiragem inicial de 20 mil exemplares. Durante anos ela foi a maior revista cultural do mundo. Jean Paul Sartre, um dia, disse-me que a revista da qual era diretor *Temps Modernes*, publicada numa língua universal, o francês, tinha uma tiragem menor que a Revista Civilização Brasileira. Foi um feito verdadeiramente raro. Não há universidade no mundo que não tenha a coleção completa, e continuo recebendo freqüentes pedidos de números da revista para completar a coleção¹⁶⁵.

Todavia, apesar da importância e do seu alcance, há que reconhecer que seu público era restrito a uma pequena parcela da população. Roberto SCHWARZ publicou um texto na época em que discutia a cultura de esquerda e suas palavras nos servem como uma ressalva ao otimismo de Ênio Silveira: “...falamos longamente da cultura brasileira. Entretanto, com regularidade e amplitude, ela não atingirá 50.000 pessoas, num país de 90 milhões”¹⁶⁶. Infelizmente não possuímos dados suficientes para elucidar a recepção da revista como produto editorial em face de seu público leitor; afinal não havia nela correspondências de leitores, tampouco registros precisos quanto à sua tiragem, o que nos limita aos dados lançados na própria publicação e de entrevistas. Dessa maneira, devemos inferir que alcançava de modo preponderante as camadas de universitários, partidários de esquerda, artistas e intelectuais, e muitas vezes o subliminar, o subentendido entre intelectuais e seus leitores compunha uma estratégia de comunicação reciprocamente partilhada, ou seja, era a *cultura política* desse grupo que permitia essa particular forma de trocas.

Quanto à sua extensão, há na própria RCB, no segundo volume, nota de agradecimento em que indicava a venda de 10.000 exemplares em 25 dias¹⁶⁷, no volume 5-6 comemora-se a tiragem de vendas de 20 mil exemplares¹⁶⁸. Luis Renato Vieira, ao analisar a publicação em sua tese de doutorado, afirma que ela alcançava 40

¹⁶⁵ SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas do populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 158.

¹⁶⁶ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969 : alguns esquemas. In SCHWARZ, Roberto. **Pai de família e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p.92.

¹⁶⁷ LOTT analisa a situação do país. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 02, p. 03-04, maio.65. p.4.

¹⁶⁸ Duas notas da direção. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 05-06, p. 03, mar.1966 p.5.

mil exemplares¹⁶⁹. Visto desse modo podemos dizer que a revista como produto era um sucesso editorial, parte dele pode ser explicada pela maciça campanha publicitária em vários jornais realizada a partir do final de 1964; “certamente a RCB não teria a mesma resposta do público se fosse publicada em 1963 ou 1964, pois ainda não havia sido formado um conjunto de interesses tanto pelo CTI (que era presidido por Ênio) como pelo próprio Ênio no comando da Civilização desde 1958”¹⁷⁰.

Dada a extensão da publicação e o conjunto de autores que nela produziu, é comum que trabalhos historiográficos tomem como pressuposto a importância e repercussão nacional da publicação. Concordamos com tal raciocínio, mas se o tornarmos absoluto podem ser obscurecidos alguns pontos relevantes. Por exemplo, é lugar comum nas interpretações sobre a RCB que “nem o regime censurou a revista por suas atitudes tidas como subversivas nem o partido conseguiu determinar sua linha editorial (ainda que Ênio Silveira fosse filiado ao PCB no ano de 1965)”¹⁷¹. Tal posicionamento nos levou às seguintes inquietações: por que a revista sofreu tantas alterações estruturais e temáticas se contra ela não houve restrições por parte da censura? Como poderia a repressão alcançar os atores¹⁷², mas não o veículo?

A partir da análise da RCB, concluímos que não houve censura à publicação em si, no sentido próprio do termo, porém, pelas transformações que a publicação sofreu, podemos inferir que houve a necessidade de constantes mudanças estratégicas na forma e nos temas publicados para que a RCB mantivesse seus objetivos. Ou seja, tal como no teatro e na música foram buscadas metáforas e alegorias para ludibriar os aparelhos repressores¹⁷³, a RCB precisou construir formas de agir típicas para o cenário político hostil. Nestes dois últimos capítulos procuraremos delinear uma divisão da RCB na qual sejam justificadas tais conclusões. Para tanto, trabalharemos com os

¹⁶⁹ SILVEIRA, Ênio. **A resistência no plano...** op. cit., p. 158 e VIEIRA, Luis Renato. op. cit. p.104.

¹⁷⁰ CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 80.

¹⁷¹ CZAJKA, Rodrigo. Páginas da resistência ... Op. cit. p.84. AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira: 1965-1968** – Produção cultural em revista. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (mestrado em Letras). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 94.

¹⁷² São fartas as notícias de prisões de integrantes da cultura de esquerda do período, inclusive integrantes do próprio corpo editorial da RCB como Ênio Silveira INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 03, p. 356-358, jul.65; ameaças a Nelson Werneck Sodré, vide SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 40-50, jul.1965.

¹⁷³ Sobre o tema vide NAPOLITANO, Marcos. **"Seguindo a canção": engajamento político e industrial cultural na MPB (1959-1969)**. São Paulo : Annablume : Fapesp, 2001. e RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

seguintes argumentos: a) o núcleo projeto da revista não foi alterado ao longo da publicação como veículo plural de análise da ordem social vigente no país e na ordem internacional; b) há uma evidente alteração estrutural e temática ao longo da publicação e somente a lógica que co-relacione textos e contexto e, que compreenda o grupo através do conceito de *configuração* cumulada com o conceito de *cultura política* pode identificá-la e c) há três fases que representam mudanças externas na RCB, esta divisão diz respeito apenas as estratégias e só pode ser entendida se conjugada com os demais pressupostos mencionados nas letras a e b.

Assim, tal como a cultura de esquerda, a RCB era composta por uma diversidade de autores e de áreas temáticas. Tal como a cultura de esquerda, a revista se deparou com a necessidade de modificar suas práticas e estratégias de ação ao longo dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva até o AI-5, sem negar os seus valores. Sua compreensão exige que reconheçamos que “o ato político, fenômeno complexo (...) se explica, na maioria das vezes, pela referência a um sistema de representações compartilhado por um grupo bastante amplo no seio da sociedade”¹⁷⁴. Ou seja, buscamos tratar das mudanças estruturais e temáticas existentes na publicação como um indício que pode nos guiar pelas estratégias que os integrantes do grupo da RCB usaram para insistir no seu projeto editorial, precisamente como o Tancredi teria dito ao príncipe Salina no clássico *O leopardo*, de Giuseppe de LAMPEDUSA, “se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”¹⁷⁵.

3.2 OS EMBATES DIRETOS: A PRIMEIRA FASE DA RCB

Para analisar a complexa RCB precisamos estabelecer recortes e divisões. Delimitamos as seguintes temáticas como foco privilegiado de nossa investigação: política nacional, política internacional e questões comportamentais. Tal escolha decorre da possibilidade que tais temas nos oferecem para tentar compreender a dinâmica da cultura de esquerda no Brasil no período recortado. O que pretendemos é investigar como era expressa sua visão sobre as questões internas e seu papel perante o

¹⁷⁴ BERSTEIN, Serge. Les cultures... Op. cit., p. 13.

¹⁷⁵ LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. *O leopardo*. Porto Alegre: L&PM, 1983. p. 35.

regime militar, ou seja, diante de um ambiente político desfavorável. Compreendemos que a RCB compõe uma unidade quanto à harmonia do seu projeto político e editorial, porém, se analisada a estrutura da publicação percebemos que a revista tem configurações e estratégias distintas formando três fases.

A primeira fase teve início em março de 1965 e foi encerrada no quarto volume em setembro do mesmo ano. Ênio Silveira era o diretor responsável¹⁷⁶, sua figura era emblemática no período, como mostramos no item anterior. Ele sofreu quatro prisões ao longo do regime, sendo a primeira delas em março de 1964, a segunda em maio de 1965, apenas dois meses depois de lançada a RCB¹⁷⁷. O secretário geral era Roland Corbisier¹⁷⁸, sua ligação anterior com Plínio Salgado e o integralismo nos conferem um dos principais exemplos de guinada de um pensador da direita para a esquerda na defesa do nacionalismo. Corbisier ingressou no PTB em 1960 e seguiu carreira como deputado estadual e federal, era intelectual membro fundador e presidente do ISEB, tendo sido preso logo após o golpe de 1964. Convém destacarmos também que sua ligação com o ISEB demonstrava – juntamente com a presença de outros membros no conselho editorial – que a revista procurava respaldá-lo provocando um debate com os membros da ESG, então no poder.

O perfil da dupla de responsáveis pela revista demonstra que a publicação demarcara claramente sua posição de enfrentamento diante do regime e que não via as prisões pretéritas deles, e seus direitos políticos cassados, como um óbice à suas manifestações. No Conselho de Redação constavam os nomes de Alex Vianny, Álvaro Lins, Antônio Houaiss, Cid Silveira, Dias Gomes, Edison Carneiro, Ferreira Gullar, Haiti Mossatché, Manoel Cavalcanti Proença, Moacyr Felix Moacyr Werneck de Castro, Nelson Lins e Barros, Nelson Werneck Sodré Otávio Ianni, Paulo Francis e

¹⁷⁶ Ênio Silveira (1925-1997), figura analisada no capítulo anterior e cujos direitos políticos tinham sido cassados pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

¹⁷⁷ Ênio também foi aprisionado em dezembro de 1968 logo após o AI-5 e o término da publicação da RCB.

¹⁷⁸ Roland Corbisier (1914-2004) era filósofo comprometido com o engajamento político por meio da busca de uma ética social, "foi desde sempre, um homem público, antes mesmo de se eleger deputado constituinte da Guanabara, depois deputado federal Em nenhum instante dos seus 90 anos, transigiu com seus princípios em favor de qualquer vantagem material ou simbólica. A coerência ética e a honestidade intelectual inabaláveis granjearam-lhe por um lado a admiração dos muitos leitores de sua coluna semanal no Jornal do Brasil enquanto, por outro lado, causaram-lhe os dissabores da censura, cassação, prisão e perseguição pela ditadura militar". (Introdução à Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, t.I, p.40). ABREU, Alzira Alves de . et alli (Coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (DHBB). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Vol. II. p. 1591. CORBISIER, o homem-filósofo" - disponível em : www.jornaldobrasil.br/artigos (consultado em 01/11/2005).

Oswaldo Gusmão¹⁷⁹, vários deles com ligações com o CTI, com o ISEB e alguns até mesmo com o Partido Comunista Brasileiro, que permanecia na ilegalidade. Daí se depreende o caráter combativo estabelecido de antemão pela publicação; cabe ressaltar ainda que, apesar da presença de integrantes do partido, inclusive Ênio Silveira, a revista mostrou-se como um instrumento aberto a tendências alheias ao partido e avesso às suas tentativas de intervenção. Segundo Ênio SILVEIRA

... houve de fato tentativas de interferir. Vou dar um exemplo concreto. Uma das coisas das quais também me orgulho que na Revista Civilização Brasileira nós abrimos campo para inúmeros autores, filósofos e pensadores, de várias nacionalidades, tchecos, italianos e alemães, muitas vezes dissidentes nos seus países do partido comunista. Eram trotskistas ou antigos comunistas que tinham deixado de ser membros dos partidos. Isso causou muito escândalo no Partido. Inclusive o Prestes me disse: ‘Você está publicando um trotskista?’ E eu falei: ‘Seu espanto vai ser maior ainda quando souber que estou publicando o Raymond Aron, um anticomunista ferrenho, mas que tem o que dizer neste artigo’. Isso era um pouco da filosofia da revista. Se você, fosse quem fosse ideologicamente, tivesse algo oportuno e sério a dizer para incluir na crise política brasileira de então, nós publicávamos¹⁸⁰.

O Conselho de Redação era heterogêneo e tinha um valor simbólico. Nele constava a figura de Moacir Werneck de Castro¹⁸¹, jornalista do *Última Hora* e ligado a Ênio Silveira por amizade pessoal, em entrevista afirmou nunca ter participado efetivamente do grupo e reclamou que na revista havia muito ‘cristão novo’, gente que não era de esquerda e que “tinha uma pressa pequeno-burguesa, um comportamento de coragem, mas irracional (...) as provocações de Cony ‘não ajudavam muito politicamente’¹⁸².

O respaldo oferecido pelo conselho era significativo pelas figuras que reunia, mas não se pode examinar com perfeição seu papel, até mesmo porque não se tratava exatamente da situação política favorável à realização de reuniões formais com diversas pessoas cujos direitos políticos estavam cassados. Segundo Luis Renato Vieira, só foi possível localizar na história da Editora uma única reunião cujo objetivo específico se restringia à discussão de questões ligadas à RCB; tal reunião ocorreu em 1966 quando Ênio Silveira resolveu substituir o Conselho de Redação por uma

¹⁷⁹ *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, mar.1965.

¹⁸⁰ VIEIRA, Luis Renato. Op. cit., p. 164., SILVEIRA, A resistência no plano... op. cit., p. 156. Nesse mesmo sentido, ver Rodrigo Czajka p. 93 e CHRISTOFORO, Paulo Rubens Paterno. **Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação (mestrado em História). Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 11.

¹⁸¹ Moacir Werneck de Castro nascido em 1915 é jornalista e tinha ligações com o PCB até a década de 50 quando rompeu em face da denúncia dos crimes de Stalin; constava do Conselho de Redação nos dois primeiros volumes da revista, deixando de aparecer do n° 03.

¹⁸² VIEIRA, Luis Renato. Op. cit., p. 178.

diretoria centralizada¹⁸³.

A RCB estruturava as discussões que desenvolvia em seções temáticas¹⁸⁴. Ao longo da primeira fase da publicação, constaram de todos os exemplares matérias atinentes às seguintes seções: a) editorial; b) política nacional; c) política internacional; d) economia; e) literatura; f) cinema; g) teatro; h) artes plásticas. As seções de música, documentário e problemas culturais e filosóficos estiveram presentes em três dos quatro volumes e as seções de direito e cultura popular surgiram apenas no volume 4 (apêndice 1). Tal divisão sugere que a revista procurava publicar textos em diversas áreas de interesse nas quais poderia ou não haver contato com a denúncia de práticas da ditadura brasileira. A revista não se resumiu a um veículo de combate ao regime militar, ela também o foi, mas trouxe diversas contribuições para o debate nacional e internacional, inclusive desenvolvendo uma possibilidade para a autocrítica da esquerda. O engajamento com discussões de vanguarda no mundo todo se percebe quando vemos que a revista trouxe também a publicação de uma série de autores novos para o público brasileiro¹⁸⁵, a revista enriquecia suas páginas com a politização de áreas como a música, as artes plásticas, o teatro, o cinema, dentre outras para um público extenso de leitores. Nesse sentido, a RCB constituía de um produto editorial de qualidade cercado por um ambiente hostil em face da repressão militar, mas com um campo de leitores ávidos pelo debate¹⁸⁶. Lembremos que o golpe fora dado contra a agitação populista e a ameaça que o comunismo trariam aos valores cristãos, da família, da tradição e da propriedade.

Apesar da divisão que apresentamos acima reproduzindo o quadro de seções da revista em seu primeiro ano de edição, temos de realizar uma ressalva: as seções temáticas não podem ser tomadas como referenciais absolutos, ou seja, não podemos compreender a seção de política nacional como a única parte da publicação em que se

¹⁸³ Ibid., p. 180.

¹⁸⁴ Para compreender a temática que foi privilegiada na publicação durante a sua primeira fase, realizamos um quadro das matérias de cada seção da revista que consta como Apêndice 1.

¹⁸⁵ ‘a editora Civilização Brasileira, lançou ainda, as Obras Escolhidas de Lênin, traduzidas do russo por Álvaro Vieira Pinto, ex-presidente do ISEB e professor universitário, à época desempregado por ação da ditadura. A ECB público apenas 03 dos 04 volumes das obras de Lênin previstos e estes foram apreendidos na gráfica causando um enorme prejuízo. Antônio Gramsci, Lucien Goldman, Theodor Adorno, Gyorgy Lukács, Herbert Marcuse, Bertold Brecht, ainda não publicados em língua portuguesa, foram traduzidos e editados pela ECB’ AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. Op. cit., p.54.

¹⁸⁶ Sobre a abordagem da revista como um produto editorial dentro da esfera pública vide CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência:** intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

pretendia tratar dessa vasta área. Evidentemente, encontramos uma mescla de temas dentro de outras seções e o engajamento não era só contra o regime militar.

A censura a obras e autores, as práticas do regime militar são objeto de denúncia em várias áreas da revista, exemplo disso é o texto *O berço do herói* de Dias Gomes¹⁸⁷ publicado na seção de teatro, nele se descreveu o *modus operandi* dos censores sobre uma peça de teatro sua que foi liberada pelo censor e proibida depois do ensaio sem maiores explicações¹⁸⁸. Desse modo, temos como premissa que as investidas da publicação contra o regime não se limitavam àquelas áreas intituladas de 'política nacional' ou 'política internacional', porém nosso recorte sobre elas se justifica pela simbologia de suas nomenclaturas e também em função da extensa lista de mais de quinhentos textos da publicação. Dito isto, esperamos de antemão nos redimir dos equívocos e das incompletudes na interpretação da RCB.

Apenas esquematicamente, vale quantificar alguns elementos: nessa primeira fase foram publicados dezenove (19) textos dentro da seção política nacional, doze (12) na seção de política internacional, sendo publicados editoriais em todas as quatro revistas (4); a seção de economia teve o total de dez (10) textos e os documentários, presentes nos três primeiros exemplares, somaram nove (9) textos, sendo no último número, substituídos pela seção direito, que teve uma característica bem similar à dos documentários anteriores e trouxe dois (2) textos. Somados todos esses textos a primeira fase totalizou 56 textos. Para abordá-los, optamos pelo seguinte recorte que norteará também a leitura das demais fases propósitos da revista; embate no contexto político e econômico interno; o contexto internacional em tempos de antiimperialismo e terceiro-mundismo e questões comportamentais.

No que tange aos propósitos da revista e ao papel dos intelectuais, percebemos que a primeira fase é bastante rica em textos explicitando o confronto com o regime. Neste aspecto, é importante destacar que a publicação foi materializada um ano após a edição do golpe militar de 1964, momento em que ainda se vivia um rearranjo das forças no Brasil. Esse surgimento durante a primeira fase do regime

¹⁸⁷ Dias Gomes (1922-1999) teatrólogo nascido em Salvador. De renome internacional, teve ligação com o PCB, durante o período da RCB e foi descrito na RCB como "autor de o Pagador de Promessas, A invasão, A revolução dos Beatos, o Santo Inquerito e Berço do Herói, esta última proibida pela Censura" em GOMES, Dias. O engajamento é uma prática de liberdade. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, E02, p. 7-17, jul. 1968.

¹⁸⁸ GOMES, Dias. O Berço do Herói e as Armas do Carlos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 257-268, set.1965.

ditatorial constitui sua forma de atuação e objetivos pretendidos pelo grupo que a edita¹⁸⁹, como lemos no editorial de *Princípios e Propósitos* da revista

... o povo brasileiro está agora diante de um grande e sério desafio: será capaz de, superando falhas e contradições, superar também as forças que se opõem ao desenvolvimento do País numa linha democrática e independente? Será capaz de abandonar formulações meramente especulativas e, através de estudo objetivo de todas as componentes da realidade nacional, equacionar e depois resolver seus graves problemas? Terá capacidade para destruir os mitos e clichês que dificultam ou impedem aprofundamento maior desse estudo? Cremos que sim. Cremos, também, que esta tarefa, nessa quadra, caberá principalmente aos intelectuais. Em seus variados campos de atuação e de pesquisas, serão eles os que, acima de injunções ou posições partidárias poderão estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira¹⁹⁰.

Nesse editorial percebemos o interesse da publicação em discutir questões atinentes ao desenvolvimento nacional livre e autônomo, ou seja, mantinha a esfera de discussões sobre os valores que haviam norteado a década anterior no âmbito do desenvolvimentismo e nacionalismo. Buscava apresentar-se como um veículo para um amplo fórum de debates e com colaboradores permanentes e ocasionais com o intuito de apresentar estudos e pesquisas como alternativas ao regime ditatorial. Tal conduta condiz com os tempos em que a revista foi produzida, a *cultura política* da esquerda naquele momento era de embates diretos.

Em tempos de ditadura, a união de forças parecia fundamental. A RCB trabalhava nesta lógica, mencionando que não seria orientada por qualquer partido ou concepção sectária¹⁹¹ legitimando o seu debate acadêmico na pluralidade de opositores ao regime. Mesmo assim, a direção da revista deixara explícito que ela não seria ecumênica, delimitando com a clareza possível no momento, que

Não se deve inferir dessa atitude, porém, que a Revista será ecumênica ao ponto de abranger todas as correntes de pensamento. É preciso deixar bem claro que não somente repudiará, como abertamente combaterá tudo aquilo que admitir como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil ou entender como inevitável ou necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem¹⁹².

¹⁸⁹ Segundo Nilson Borges, há um certo consenso entre os analistas políticos de que o período pós-1964 pode ser dividido em três fases. A primeira se inicia com o golpe militar e vai até a publicação do Ato Institucional de número 5 (...) a segunda fase compreende o período que vai do AI-5 até a liberalização política, iniciada no governo Geisel, com a revogação deste Ato (...) a terceira tem início com o processo de liberalização política iniciado por Geisel, e levado adiante por Joao Figueiredo. BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. FERREIRA, Jorge. (org.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42. (O Brasil republicano; v. 4.) p. 22. Apesar da forma arbitrária na divisão e do questionamento quanto a grandes marcos divisórios na história, apenas para mapear a pesquisa tais elementos apresentam uma validade pertinente.

¹⁹⁰ PRINCÍPIOS e propósitos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 03-04, mar.1965.

¹⁹¹ Id.

¹⁹² Id.

Os intelectuais, afastados de certa forma do seu espaço próximo ao centro de decisões, ou ao menos do papel de conselheiros do Estado que haviam exercido nas últimas décadas, procuravam dar o troco ao regime militar que embrutecera as relações com a sociedade. Buscavam ocupar um espaço de publicação e criar repercussão junto a um público, mantendo seu espaço como guias da sociedade¹⁹³. A par disso, a revista se propunha ainda a contestar os valores e procedimentos adotados pelo regime militar. O periódico é denominado *Revista Civilização Brasileira*, ou seja, delimitou-se um espaço, tal como quem diz: “nós que aqui publicamos somos a autêntica *Civilização Brasileira*, somos o campo aberto ao debate franco e nacional, para desenvolvimento autônomo e válido para o Brasil, somos representantes da autonomia brasileira em face do imperialismo”; do outro ‘lado’ estariam os ditatoriais, os conservadores autoritários, os entreguistas opositores da verdadeira nação brasileira¹⁹⁴.

Essa proposta de crítica fica bastante clara em diversos textos da primeira fase da publicação, em que o objetivo de debater e criticar as ações concretas do governo Castelo Branco afluía com vigor. Nesse sentido temos o texto *Condições e perspectivas da política brasileira*, publicado no primeiro volume da RCB, em que se relatava a necessidade de tomada de uma “nova posição”, mas que

desejam caracterizar-se como intelectuais. Compondo-se na ampla frente que tem em comum aquele objetivo, nem por isso perdem de vista os seus objetivos específicos: não os impõem à frente, mas não abdicam deles pois constituem a própria razão de ser, são específicos da condição do intelectual. Esses objetivos específicos constituem a **razão do aparecimento desta revista** e nela encontrarão tratamento continuado nos seus aspectos gerais como nos particulares¹⁹⁵.

Depois do golpe figuras importantes da intelectualidade foram presas e desalojadas de seus cargos em instituições públicas. Álvaro Vieira Pinto foi exemplo

¹⁹³ Renato Ortiz define os intelectuais como mediadores simbólicos da nação, responsáveis pela re-significação simbólica dos valores na construção de uma identidade nacional. cf. ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 139.

¹⁹⁴ Nesse sentido, a vertente dos isebianos presentes na RCB compreendia a questão como “a superação colonialista [que] só pode ser pensada quando associada aos movimentos nacionalistas concretos aos quais os teóricos políticos estão vinculados organicamente (...) a ênfase na autenticidade revela a necessidade visceral de se construir uma identidade que se contraponha ao pólo de dominação (...) os intelectuais do mundo periférico têm uma preocupação constante com o sujeito colonizado em relação ao colonizador”. ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional* ... op. cit., p. 54 e 56. Ou seja, implicava num repúdio à dominação externa ou ligada a elementos externos, bem como à dominação cultural que afetaria à sua “essência”.

¹⁹⁵ CONDIÇÕES e perspectivas da Política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 09-21, mar.1965. p. 20.

disso, ex-diretor do ISEB, perdeu seu cargo com o fechamento do instituto, bem como seu cargo no Ministério da Saúde¹⁹⁶; centenas de militares também foram postos na reserva e outros simplesmente excluídos. A denúncia a tal tipo de atividades foi encontrada em vários textos trazidos pela revista, inclusive pelo emblemático texto *Terrorismo cultural* de Alceu Amoroso Lima em que destacava a ação dos militares sobre intelectuais, sobre os professores universitários, os estudantes e os artistas, mencionando

no campo estritamente cultural implantou-se o Terror. Reitores são substituídos por ordem de militares. Professores são destituídos de suas cátedras e presos. O pânico generalizou-se por todas as classes e por todas as cidades (...) não houve universidade brasileira fora do alcance da fúria terrorista; não houve faculdade que escapasse. Mas não houve também nenhuma instituição cultural imune: nem mesmo as de pesquisa científica mais altamente especializada. O propósito, ao que parece, era arrasar a cultura brasileira, destruí-la¹⁹⁷

A prisão de Ênio Silveira mereceu do presidente Castelo BRANCO um bilhete confidencial encaminhado ao General Ernesto Geisel, no qual questionava:

Por que a prisão de Ênio? Só para depor? A repercussão é contrária a nós, em grande escala. O resultado está sendo absolutamente negativo. [...] Há como que uma preocupação de mostrar ‘que se pode prender’. Isso nos rebaixa. [...] Apreensão de livros. Nunca se fez isso no Brasil. Só de alguns (alguns!) livros imorais. O resultados são os piores possíveis contra nós. É mesmo um terror cultural¹⁹⁸.

O ‘termo terror’ cultural não fora aplicado livremente por Castelo, pois era uma referência ao texto de Alceu Amoroso Lima.

O comportamento dos conservadores para impedirem o avanço da esquerda intelectual, e em especial a *Revista Civilização Brasileira*, implicava estratégias extralegais, como as já mencionadas prisões de intelectuais, intimidações com sucessivas convocações para ‘depor’ em IPMs.

A convocação para depor em IPMs era mecanismo de pressão sobre toda sociedade, inclusive os intelectuais, uma vez que tal inquérito era procedido sem a inspeção judicial, e ficavam a encargo de militares, que inquiriam ao seu gosto as testemunhas, por vezes recusando-se a mencionar os métodos, assuntos e paradeiros até mesmo para seus superiores hierárquicos. Havia sido montada uma máquina repressiva dentro do próprio Estado ditatorial que ele não conseguia controlar, apesar

¹⁹⁶ FERREIRA, Jerusa P. (org.). **Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2003. (editando o editor, v.3). p. 69.

¹⁹⁷ TERRORISMO cultural. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 239-299, mar.1965. p. 248 e 278

¹⁹⁸ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 231.

de servir-se dele. O terror e a intimidação se davam também pelas notícias de torturas que usualmente aconteciam ao longo desses inquéritos e do desrespeito às garantias de integridade à vida, ao corpo e aos demais direitos fundamentais. Nelson Werneck SODRÉ chegou a manifestar suas preocupações nas próprias páginas da Revista, ao destacar

... a mim, há um mês ameaçam, pelo DIP dos IPMs, de prisão. Todos os dias, pela imprensa, pelo rádio, pela televisão, majores e coronéis afirmam que está iminente a minha prisão. Depois que um major decidiu fazer de público alusões grosseiras a um marechal (...) a disciplina e a hierarquia não foram subvertidas apenas pelos marinheiros do Sindicato dos Marinheiros¹⁹⁹.

Esse tipo de denúncia fora reclamada no *Correio da manhã* por Carlos Heitor Cony²⁰⁰ e reproduzida na seção de documentário da RCB num texto de Alceu Amoroso LIMA, que escrevia sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, “os intelectuais brasileiros precisam, urgente e inadiavelmente, mostrar um pouco mais de coragem e de vergonha. Se os intelectuais não se dispuserem a lutar agora – talvez muito em breve não tenham mais o que defender”²⁰¹.

Tal tarefa desde o início uniu intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo²⁰², como discurso de paraninfo de Florestan FERNANDES, proferido em 23.3.65, intitulado *A ‘revolução brasileira’ e os intelectuais*, em que o sociólogo uspiano sintetiza:

a questão não está só em 'ficar em paz com a consciência' ou em 'não fazer o jogo do adversário'. Há algo mais, essencial, que consiste na capacidade de perceber e de tentar pôr em prática aquilo que precisa ser feito para que o estilo democrático de vida não se corrompa, transformando-se no seu oposto, a sujeição consentida de uma maioria fraca e uma minoria prepotente²⁰³.

¹⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 40, jul.1965. Nelson Werneck Sodré (1911-1998) estudou desde a infância em Colégios Militares. Seguiu a carreira militar. Exerceu a função de docente na Escola de Comando e Estado Maior, de 1947 a 1950, e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de 1955 a 1964. Foi historiador, crítico literário, pensador social e jornalista. Apoiando-se na perspectiva nacionalista de desenvolvimento, o que lhe acarretou a perseguição em 1964, em suas obras sempre ficou bastante clara a apresentação da realidade de dependência existente em nosso país, que limitava o desenvolvimento. Se declarava um marxista, caráter que ficou bastante claro em suas obras. Teve os direitos políticos cassados em 1964 durante o regime militar por não apoiar o golpe e manter suas posições em defesa do marxismo.

²⁰⁰ Carlos Heitor Cony nascido em 1926 é jornalista carioca sem filiação partidária definida. Era considerado por muitos um cristão-novo, ou seja, um notívago nos debates da política. Alcançou sucesso em especial com a publicação dos livros *Travessia e O ato e o fato* sobre o golpe militar.

²⁰¹ TERRORISMO cultural. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 239-299, mar.1965. p. 248.

²⁰² Divergimos portanto de Daniel Pécaut que ao analisar a RCB separa paulistas e cariocas mencionando que estes apenas voltavam-se para o debate político enquanto aqueles permaneciam na discussão acadêmica. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. p. 213-216.

²⁰³ FERNANDES, Florestan. A ‘Revolução Brasileira’ e os intelectuais. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 02, p. 326, maio.1965 p. 326. Florestan Fernandes (1920-1995) de origem pobre, vendedor de produtos farmacêuticos, aos dezoito anos, ingressou na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo e traçou a carreira acadêmica até a cátedra na USP. Devido ao seu posicionamento na Universidade, foi perseguido pela ditadura militar e foi cassado com base no

Essa tarefa de debate e ação restavam claras na revista porque o golpe mostrara incompletudes e incorreções no posicionamento da própria esquerda, e a RCB deixa isso claro ao expor:

verificamos, com surpresa, que conhecemos menos a realidade brasileira do que supúnhamos. Assim, embora pareça isso afirmar o óbvio, é preciso concluir que a realidade brasileira é complexa. O que leva, conseqüentemente, a uma posição humilde, que impõe a pesquisa, o estudo, a análise tão rigorosa quanto possível dessa realidade para nos colocarmos, por aproximações mais sucessivas de suas linhas essenciais²⁰⁴.

Para dar a devida dimensão a tal texto convém destacar que a sociedade brasileira ainda não tinha plena convicção de que o destino da ordem política era a implementação de uma ditadura que perduraria por décadas. Noutras palavras, a revista surgiu apenas um ano após a edição do golpe e percebemos nos primeiros textos dela que a expectativa dos autores era de que a situação não estava consolidada em prol dos militares golpistas. Acreditava-se, ou buscava-se, uma reviravolta para breve ou para pelo menos nas próximas eleições presidenciais, que deveriam ocorrer em outubro de 1965.

O governo composto por Castelo Branco ainda dava indícios de que, ao menos formalmente, dera o golpe em favor da ordem democrática, portanto, a primeira fase da publicação trabalhava o tempo todo com a dúvida acerca da permanência dos militares no poder. Na época existiam diversas intervenções de militares seguidas da entrega do poder aos civis, logo era plausível pensar que poderia haver um lapso de tempo curto para o retorno a uma 'espécie' de normalidade. Dentro dessa perspectiva, a publicação procurava trazer textos de diferentes segmentos da sociedade²⁰⁵ cortejando a burguesia²⁰⁶ e os militares²⁰⁷.

Ato Institucional de nº 5, pediu exílio, em 1969, para o Canadá, onde assumiu um lugar de professor de Sociologia na Universidade de Toronto.

²⁰⁴ CONDIÇÕES e perspectivas da Política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 09-21, mar.1965. p. 5.

²⁰⁵ O texto de Alceu Amoroso Lima 'terrorismo cultural' publicado no volume 1 como documentário ilustra a denúncia da publicação de que "o golpe militar de abril, que instaurou o terror no país, teve a adesão de componentes muito variados: a fascista foi apenas uma delas. No seu desenvolvimento, verificou-se, a partir dos primeiros dias, muito cedo, portanto, que a maioria das forças que o apoiaram não estava de acordo com os rumos tomados pelo componente que se apoderou da direção e impôs as suas características. Os exemplos sucederam-se, rapidamente, e seria longo enumerá-los. O primeiro deles surgiu, nos dias iniciais, quando o *Correio da Manhã*, ainda sob a noite do terror desvairado, assumiu a posição destacada que inscreverá esse jornal como baluarte das liberdades democráticas num momento grave da vida brasileira" **TERRORISMO Cultural**. Op. cit., p. 244.

²⁰⁶ "a burguesia nacional, por exemplo, cujo engajamento contra Goulart foi decisivo, teria pensado duas vezes se soubesse que Campos seria o ideólogo econômico do novo Governo" FRANCIS, P. 1º aniversário do golpe quem deu quem levou relações possíveis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 63, maio.1965. p. 64.

Como exemplo da conduta combativa e provocativa que a revista pretendia conferir ao papel dos seus intelectuais, podemos transcrever um trecho da *1ª epístola ao marechal* denominada *Sobre o delito de opinião* escrita por Ênio Silveira. Trata-se de uma carta aberta ao marechal Castelo Branco inspirada na correspondência que Norman Mailer teria enviado ao presidente John Kennedy, sob a premissa de que o exercício do mandato presidencial usualmente aliena da realidade do dia-a-dia em face das suas questões protocolares. Nela Ênio utiliza do sarcasmo para tratar das questões internas, reconhecendo inicialmente que era um dos 486 brasileiros que o governo considera indesejáveis para o trato com a coisa pública, em referência aos seus direitos políticos cassados. Apontava para sua autobiografia e dizia ter o direito de expressar sua compreensão da ordem interna, pois para ele, o Brasil só teria duas saídas: subordinação e 'segurança' dos esquemas dos EUA ou busca da emancipação. Assim, para promover tal emancipação, entendia que seu papel era lançar livros, "estudos, ensaios e pesquisas sobre o complexo drama brasileiro"²⁰⁸. Tudo inspirado no art. 141, parágrafo 5 da Constituição Federal que dizia: "a publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém tolerada a propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem pública e social, ou de preconceitos de raça ou de classe"²⁰⁹.

Ênio satirizava ainda o regime militar destacando que fora vítima da sua perda de direitos políticos sem direito a defesa, a submissão, até então a cinco (5) IPMs, a sua prisão de nove (9) dias e a apreensão de livros em vários pontos do território nacional. Conclui com um trecho do inquérito que sintetiza os IPMs depois de mencionar que mantém a ECB com seus recursos próprios dentro de um sistema capitalista

Dou-lhe apenas, numa frase, a síntese de várias delas: "A Editora Civilização Brasileira é subvencionada pelo ouro de Moscou?" Pois não parece ser outra a preocupação de vários oficiais de seu Exército, Sr. marechal. E o que nos mostra tal preocupação? Que esses oficiais são dominados, como quase todo o seu governo, por um preconceito geopolítico:

²⁰⁷ Foi publicado texto de Sodré em que ele ressaltava "acontece que sou militar e conheço a minha gente: os soldados do Brasil, os autênticos, estão tão envergonhados disso tudo quanto o nosso povo. Foi preso nos últimos dias de maio/64 por 50 dias sem saber o motivo. Saiu e foi responder IPM pelo ISEB, onde viu pareceres contra o ISEB, seu crime: escrever livros de História. Entre os livros mais apreendidos estavam H Nova e Quem matou Kennedy (dele), punição honrosa". SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 40, jul.1965.

²⁰⁸ SILVEIRA, Ênio. Primeira epístola ao Marechal: sobre o delito de opinião. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 03-13, jul.1965. p. 22.

²⁰⁹ BRASIL, Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1, 19.09.1946. art. 141.

qualquer pessoa que, na defesa de posições nacionalistas, fira direta ou indiretamente os interesses americanos está a serviço dos interesses soviéticos. É, evidentemente, uma conclusão falsa e tendenciosa, muito útil e elástica. O senhor irá encontrar, nas páginas deste número da Revista Civilização Brasileira, algumas tentativas de lhe demonstrar como é perigoso para o futuro nacional esse preconceito tão mesquinho e primário.²¹⁰

Essa primeira epístola pode ser tomada como amostra desse papel que os autores e a RCB queriam defender para si ante o regime. Ênio fez referência ao seu passado demonstrando a longa tradição de sua família, ligada a escritores e pessoas de cultura, apresentava-se como forma de mostrar à ditadura que os intelectuais tinham uma trajetória histórica no país e que não podiam ser deixados de ouvir. Ênio jogava com os fatos do momento, dizendo que mesmo que se 'entenda' a repressão logo após o golpe, não haveria sentido algum para mantê-la um ano e quatro meses depois, quando houve a brutal apreensão dos livros da *História Nova*.

No volume seguinte, de setembro de 1965, Ênio SILVEIRA voltou a carga publicando a *Segunda Epístola ao Marechal Sob a vara de Marmelo* em que conclui “que seria errado acusar as Forças Armadas de terem agido conscientemente a serviço de interesses internacionais”²¹¹. Visto que a ignorância de muitos militares e sua visão anacrônica e deformada de comunismo e dos problemas nacionais seriam regra na corporação. Disse que a maioria era composta por gente alienada da política e limitada pelos conceitos de ordem e respeito hierárquico, motivadas pelas tradições cristãs, ocidentais e democráticas²¹². Desse comentário de Ênio Silveira percebemos claramente um discurso de saber de sua parte, e figurativamente dos próprios intelectuais, que ressaltava implicitamente o seu papel de mediador simbólico da nação. Figura apta a dizer uma determinada realidade àqueles que *não sabem*, ou seja, a maioria dos militares e da população. Mais do que isso, percebemos que a RCB se propunha a um enfrentamento direto no jogo político.

Nesse sentido, a censura foi tema do texto *1º aniversário do golpe quem deu quem levou relações possíveis*, em que Paulo FRANCIS analisou a liberdade de imprensa denunciando que

²¹⁰ Id.

²¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 28, jul.1965.

²¹² SILVEIRA, Ênio. Segunda epístola ao Marechal: sobre a vara de marmelo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 8, set.1965.

... a imprensa, o Governo gaba-se de mantê-la livre, meia verdade aplicável, com ressalvas, a centros urbanos como Rio e São Paulo, onde os métodos de cangaço para perseguir os inimigos políticos, usados e abusados pelo situacionismo no interior, repercutiram mal no estrangeiro. Trata-se de liberdade formal, inconcretizável em termos econômicos. (...) O Marechal "mantém os ritos da democracia enquanto estes não interferem com os objetivos do Governo. Quando encontra obstáculos, apela para a conveniente ficção da 'linha dura', parte e parcela do seu dispositivo, ou para a persuasão dos cofres federais"²¹³.

A revista tinha espaço para denunciar a censura que ocorria no momento, sob o simulacro da democracia formal. Nesse vazío a RCB ressaltava a difícil situação das publicações que tentavam manter uma posição crítica, uma vez que os anunciantes, muitos vinculados à ideologia e às ameaças do regime militar impediam a efetiva liberdade de imprensa.

Ainda com liberdade de atuação a RCB defendia a defesa da ordem democrática contestando aqueles que sugeriam a omissão ou voto em branco nas eleições de 1965 “a atitude correta seria examinar cada caso concreto e assumir atitudes realistas. Supor que as forças dominantes admitissem pleito livre, democrático, que derrocara, é ingenuidade: as conquistas serão progressivas e, de início, lentas. A liberdade jamais foi concedida: sempre foi conquistada”²¹⁴. Dentro do comando militar existiam diversas posições quanto às eleições, assim como a forma de conduta da ‘revolução’ em si²¹⁵. Os grupos mais radicais pressionavam para que elas não fossem realizadas, porém, prevaleceu uma linha mais moderada que optou por cercar as forças oposicionistas mediante uma lei de inegibilidades, editada em 1965; com ela os principais candidatos oposicionistas foram afastados e procedeu-se a uma campanha extremamente cerceada.

²¹³ FRANCIS, Paulo. 1º aniversário do golpe quem deu quem levou relações possíveis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 63, maio.1965. Paulo Francis (1930-1997) jornalista de humor ácido de orientação trotskista nos anos 60 e que rumou para a direita no decorrer de sua carreira abraçando o neoliberalismo nos anos 90. Depois de sua participação na RCB participou da imprensa alternativa sendo um dos fundadores do Pasquim. Em 1971 exilou-se nos Estados Unidos.

²¹⁴ Condições e perspectivas da Política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 09-33, set.1965. p. 31.

²¹⁵ Considerável parte da historiografia mais tradicional, como Thomas Skidmore, aponta a existência de dois grupos o castelista e a linha dura. No entanto, estudos mais recentes como os de João Roberto Martins Filho refutam esse quadro dual no pós-64, João Roberto Martins Filho destacando a existência de quatro grupos os castelistas ligados a Castelo Branco e a Escola Superior de Guerra; o segundo seria a linha dura, da qual teria se valido Costa e Silva para ‘emparedar’ Castelo na eleição de 1966, mas que eram compostos por militares de menor patente, coronéis etc. que tinham uma certa dificuldade de organizar-se hierarquicamente; o terceiro o grupo albuquerqueista ligados ao gen. Afonso de Albuquerque Lima portadores de um nacionalismo militar mais articulado, e, por fim, o grupo em torno do comandante do exército Costa e Silva. Para Martins Filho, os militares que encontravam divergências na forma de atuar e compreender os rumos da implementação da revolução tinham alguns aspectos concordantes que aparecem em alguns casos com a união militar contra os políticos profissionais, o comunismo e o populismo. MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Paulo: EDUFSCar, 1995 p. 114.

A política do pré-golpe também gerou reflexos e polêmicas na RCB, elementos como o populismo do período anterior são tratados de forma diversa desde o texto de Francisco Weffort que analisa *Raízes sociais do populismo em São Paulo*²¹⁶ até um discurso de Celso FURTADO, para quem

... os militares aparecem como árbitros da situação, mas são mera burocracia, que poderá ter que se apoiar no populismo das massas. O que se deve suprimir é a desconfiança com o povo, como se ele sempre fosse colocar no poder populistas e tivesse que ser tutelado ou castigado por isso, deve-se confiar no povo, no seu caráter nacional e que a escolha de populistas é ‘o reverso da intransigência da oligarquia dominante’.²¹⁷

Dentro dos valores do antiimperialismo e numa certa proximidade com as discussões do pré-golpe, a Revista Civilização Brasileira, sobretudo nos primeiros volumes, revelou essa tensão entre setores dispostos a questionar profundamente as estratégias políticas fundadas num certo entendimento sobre as massas no Brasil (e a suposta conveniência de uma ampla política de alianças com setores burgueses nacionais) e intelectuais ainda vinculados à perspectiva nacional-desenvolvimentista, que procuram identificar os benefícios do desenvolvimento “acima dos interesses de classe”²¹⁸. Nesse sentido, foi publicada a polêmica entre Luciano Martins²¹⁹, Octávio Ianni²²⁰ e Fausto Guedes em que os dois primeiros ressaltavam a divergência entre interesse da burguesia industrial e o operariado, enquanto Fausto Guedes entendia que a burguesia real conseguiu avanços com a criação de grandes empresas na siderurgia e petróleo, bem como ampliou o mercado interno, numa visão pró-superação dos interesses de classes. Fausto GUEDES mencionava ainda que “o compromisso dinâmico e instável se estabelece na medida em que nenhuma das forças está em

²¹⁶ WEFORT, Francisco. *Raízes do populismo em São Paulo*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-60, maio.1965.

²¹⁷ FURTADO, Celso. *Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico do Brasil*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 39-60, mar.1965. p. 49. Celso Furtado nasceu em 1920, em 1943 formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito. Membro integrante da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas que se transformará na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo. Em 1957 foi nomeado Diretor da Divisão de Desenvolvimento, e até 1957 cumpre missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica, e visita universidades norte-americanas onde então se inicia o debate sobre os aspectos teóricos do desenvolvimento. Em 1957 assume a diretoria do BNDE. O Ato Institucional nº 1 cassou seus direitos políticos e então partiu para o exílio.

²¹⁸ GUEDES, Fausto. *Revolução Brasileira: Nova fase de um debate antigo*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.03, p. 13-26, jul.65. p. 19.

²¹⁹ Luciano Martins nasceu em 1934, foi jornalista e cientista político, com atuação na crítica política nacional desde os anos sessenta. É idealizador, fundador e colaborador constante do "Fórum Nacional" (Associação fundada em 1988 por diversos intelectuais brasileiros com o propósito de discutir políticas de modernização para o país) e do Instituto Nacional de Altos Estudos, fundado em 1991.

²²⁰ Octávio Ianni (1927-2004) Otavio Ianni é uma referência da sociologia e das ciências sociais, com uma obra que abarca uma multiplicidade de aspectos da realidade, abrangendo da questão racial às análises sobre o Estado e a Sociedade, das questões da cultura àquelas voltadas ao problema da escravidão e, por fim, aos estudos sobre globalização.

condições de decidir sozinha sobre a divisão do bolo e a atribuição das parcelas, tendo que reconhecer certos direitos ao adversário”²²¹. E, a seu ver, o golpe de abril não teria mostrado o fracasso da frente única, mas sim as debilidades da corrente nacional e democrática e a necessidade de levar às últimas conseqüências o processo de transformação progressista de nossa estrutura econômica, política e social.

Outros textos denunciavam o perigo a economia nacional em face da política econômica entreguista o Mal. LOTT publicou: "não compreendo, também as inúmeras medidas que vêm sendo tomadas em detrimento do País e em favor do capital estrangeiro como, por exemplo, as modificações na Lei de Remessa de Lucros, a concessão de um porto ao grupo Hanna, o caso da Panair e - acima de tudo - o acordo de seguros de investimentos, que considero altamente lesivo ao Brasil e atentatório à soberania nacional"²²².

Na seção de política internacional, percebemos como o contexto da Guerra Fria, do antiimperialismo e do terceiro-mundismo marcavam de modo efetivo a leitura que a RCB tinha da ordem mundial. No primeiro volume é trazido o texto *Política externa independente um balanço*²²³ em que se fez uma retrospectiva dessa ação internacional no Brasil; tentava-se superar a vontade de Washington, e isso não teria sido atingido em face do constante titubear do presidente Joao Goulart. Noutro sentido foi o texto *A unidade do mundo subdesenvolvido e o conflito norte sul*, que enaltecia a convocação da Conferência Das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento - CNUCD – destacando

... a projeção ‘independente’ da política exterior brasileira que permitiu ao Brasil contribuir positivamente para a formação da frente única latino-americana e a unidade do mundo subdesenvolvido. Esforço que estaria sendo perdido em face da conduta de “mordomia diplomática” adotada pelo Itamarati. Ela exige ânimo combativo e uma perspectiva nacionalista do interesse brasileiro integrada nas ásperas condicionantes do conflito Norte-sul²²⁴.

²²¹ GUEDES, Fausto. Revolução Brasileira: Nova fase de um debate antigo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.03, p. 13-26, jul.65. p. 24. Não foi possível localizar referências de Fausto Guedes, exceto a de um poeta português nascido em 1871 e falecido em 1940, provavelmente foi pseudônimo de algum integrante do PCB.

²²² LOTT analisa a situação do país. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 02, p. 03-04, maio.65. p.4. Mal. Henrique Batista Duffles Lott (1894-1984) foi candidato a presidência da república pelo PTB nas eleições de 1959, dera o golpe preventivo para a posse de Juscelino KUBISTCHEK em 1955. Político ligado ao trabalhismo, uma espécie de esquerda moderada.

²²³ POLÍTICA externa independente: um balanço. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 59-84, mar.1965.

²²⁴ RODRIGUES, Jayme Azevedo A unidade do mundo subdesenvolvido e o conflito norte-sul. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 59-84, mar.1965. p.113.

O segundo volume da RCB trouxe o texto *Revolução em liberdade* em que se encontra um elogio ao exercício democrático no Chile e repúdio ao descaso que Castelo dedica à integração latino-americana

... o Chile empunha sozinho a bandeira da integração num continente que tem tudo para se integrar econômica e politicamente, desde a proximidade geográfica até os vínculos históricos e culturais, sem falar na luta comum contra a depreciação dos produtos primários, contra a localização no exterior dos centros de decisão, contra o subdesenvolvimento(...) o Chile se prepara para a realidade da paz. O Brasil se empenha quixotesicamente, nos preparativos para a hipótese de uma guerra, cujas possibilidades de concretização o impasse nuclear reduziu ao mínimo. E que, além do mais, não seria a nossa, pois a grande guerra dos povos da América Latina²²⁵.

Nesse mesmo sentido foram publicados outros textos como *O povo fardado da Argélia*, que retratava a diferença entre o militar brasileiro, educado para ser elite, e o militar argelino “onde o currículo é o próprio dia-a-dia da luta desierarquizada e anticonvencional da guerrilha”²²⁶. O texto *O panorama visto de Havana*, que abordava as dificuldades da transição de um regime capitalista para um regime socialista, discutia a falta de técnicos e a necessidade de superar-se as dificuldades²²⁷. Trazia dados sobre os avanços na agricultura, na educação, o respeito a Fidel, proximidade dele com o povo mesmo contra a burocracia “muitos dos velhos problemas de Cuba persistem e novos surgem a cada dia. Ineficiência, ignorância, falta de técnica necessária, má administração e erros continuarão a prejudicar a economia cubana; mas uma sociedade que estava preparada para morrer por uma boa causa como estava, na crise de outubro de 1962, é uma boa sociedade e acredito que “trunfará necessariamente”²²⁸. O volume 4 apontava dados de um jornal inglês sobre o aparelho repressivo do governo Salazar e um manifesto reclamando uma organização de protesto para os dias 15 e 16 de outubro contra a intervenção norte-americana no Vietnã e na República Dominicana. No volume 3 havia sido publicado um *Manifesto de professores norte-americanos sobre a política dos Estados Unidos em relação à América latina* em que relatava-se:

²²⁵ POERNER, Arthur José. *Revolução em liberdade*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 85-92, maio 1965. p.91.

²²⁶ POERNER, Arthur José. *O povo fardado da Argélia*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 117-122, set. 1965. p. 117.

²²⁷ “bons revolucionários são encontrados as dúzias, mas bons engenheiros, bons administradores e bons planejadores ainda fazem falta” HUBERMAN, Leo. *Panorama Visto de Havana* **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 123-132, set. 1965. p. 132.

²²⁸ LEAL, A. G. *A Repressão Cultural e a Censura no Govêrno Salazar* **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 133-142, set. 1965. p. 133.

... a intervenção militar é o mais perigoso aspecto da política latino-americana da atual administração. A frequência e variedade das situações revolucionárias na América Latina demandam que os Estados Unidos não adotem um reflexo militar impensado toda vez que desordens internas ocorrem no hemisfério. Os que aconselham tal reflexo não compreendem a importância excepcional que os latino-americanos dão ao princípio da não-intervenção como base prática e emocional das relações interamericanas. A política de intervenção deve ser abandonada antes que se possa encontrar qualquer solução aceitável para os problemas da América Latina. A intervenção militar é tão imoral quanto indefensável²²⁹.

Podemos concluir na análise dessa primeira fase que a revista foi constituída por um grupo de pensadores e artistas que procurava externar de forma sistematizada a sua insatisfação com os rumos da política nacional e com as decisões do âmbito econômico. Vários deles pertenceram a institutos como o IBESP, ISEB, o CPC sendo outros jornalistas, artistas e professores universitários. Pelo contexto geral do procedimento dos militares, percebemos que tais agentes tiveram seus espaços de intervenção junto à sociedade interrompidos pela ditadura militar. O ISEB foi fechado, a UNE foi colocada na ilegalidade, políticos foram caçados, o PCB perseguido etc. A RCB serviu como um instrumento de combate, de resistência a partir de uma longa tradição de intervenção na área política pelos intelectuais no Brasil. Como já mencionamos, o início da publicação podia intuir, pois não havia ingenuidade nela, que a ditadura se estenderia, mas eles atuavam dentro do quadro coevo que implicava o golpe recém-realizado, ou seja, lutavam pela manutenção dos seus espaços, contra a ditadura recém-implantada e pelo restabelecimento democrático. Dessa configuração social específica percebemos que tanto os militares golpistas quanto essa parcela da cultura de esquerda não podiam prever com precisão quais os resultados da soma de seus esforços. Assim, esses elementos da cultura de esquerda abriram suas manifestações, na primeira fase da RCB, com uma estrutura organizada a partir da visão democrática, ou seja, com textos assinados, com listagem de interlocutores de referência nacional no conselho de redação, com seções claramente dispostas tudo com as armas nas mãos e o peito aberto para o enfrentamento. Tal estratégia dentro do contexto do período trouxe vantagens e desvantagens. A RCB tirou proveito do respaldo que seriam os nomes de pensadores e artistas reconhecidos nacionalmente

²²⁹ MANIFESTO de professores americanos sobre o caso São Domingos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 77-81, mar.1966. p. 79.

engajados na luta contra ao regime militar, uma espécie de conjunção de forças que a legitimavam. As desvantagens foram evidentes, a prisão, a convocação para depor em IPMs, ameaças, tentativas de seqüestro tão bem noticiadas no documentário terrorismo cultural.

3.3 MUDAR A FORMA PARA MANTER O CONTEÚDO: A SEGUNDA FASE DOS COMBATES

Após quatro volumes de publicação, a RCB consolidara sua imagem perante o público como um veículo de combate²³⁰ e diante do regime militar como um instrumento de resistência política e cultural, mas a RCB não era só isso, tratava-se também de um produto cultural a ser 'consumido' por significativo número de leitores e formadores de opinião que construía e consolidavam, através dela, uma visão de mundo plural fundada na cultura e nos valores da esquerda. O contexto político dava sinais de que o restabelecimento da ordem democrática antes plausível – apesar de pouco provável – tornava-se cada vez mais remoto. As eleições de 1965 trouxeram alguns recados para o regime e seus opositores. A oposição às eleições por setores militares ficou clara, assim como os mais 'moderados' as tolerariam apenas como um instrumento de legitimação e com seriíssimas restrições aos candidatos de esquerda. Como o resultado eleitoral não corroborou a intenção dos moderados, foram adotadas medidas restritivas. Às forças golpistas, a eleição de 1965 tornou evidente o risco de perda do poder em processos eleitorais, livres ou cerceados. Nem mesmo a nova lei de inelegibilidades e uma série de vetos a candidatos 'subversivos' conseguiu evitar a derrota dos candidatos pró-regime na Guanabara e em Minas Gerais. Poucas semanas depois da eleição e um mês depois de o volume 4 da RCB ser editado, foi publicado o Ato Institucional n. 2, em 27.10.65, modificando o sistema eleitoral para tornar a escolha do próximo presidente indireta a partir de uma lista nominal pelo Congresso Nacional. Podemos ler no preâmbulo do AI-2 que

Não se disse que a revolução foi, mas que é e continuará. Assim o seu Poder Constituinte não se exauriu, tanto é ele próprio do processo revolucionário, que tem de ser dinâmico para atingir os seus objetivos. (...) A autolimitação que a revolução se impôs no Ato institucional, de 9 de abril

²³⁰ DUAS notas da direção. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 05-06, p. 03, mar.1966.

de 1964 não significa, portanto, que tendo poderes para limitar-se, se tenha negado a si mesma por essa limitação, ou se tenha despojado da carga de poder que lhe é inerente como movimento. Por isso se declarou, textualmente, que "os processos constitucionais não funcionaram para destituir o Governo que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País", mas se acrescentou, desde logo, que "destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo Governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do poder no exclusivo interesse do País".

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.²³¹

Tal medida mudava o jogo político não deixando dúvidas sobre a intenção de os militares valerem-se, sempre que necessário, de novas edições de atos institucionais, afinal a “revolução não foi, é e continuara sendo”, bem como que seu poder não se exauriu, nem procuraria se limitar. Na relação interdependente entre as forças governistas e opositores o pêndulo foi em direção ao reforço dos grupos mais autoritários. O campo em que a revista semeava suas pretensões de debate nacional aberto e democrático parecia ser árido demais para elas naquele instante. O AI-2 também fez constar que passariam para o foro da justiça militar todos os delitos contra a segurança nacional ou instituições militares²³², demonstrando a pretensão de institucionalização do regime de exceção, afinal, mantinham as instituições mas o faziam mediante reformas de acordo com seus interesses, como no caso do Supremo Tribunal Federal que foi aumentado de 11 para 16 ministros, o jurista Cláudio Heleno FRAGOSO, que defendia a ECB “sempre foi muito mais fácil aos tiranos perseguir os inimigos políticos, não mudando as leis, mas sim os juízes que deveriam julgá-los”²³³. Na política, o AI-2 extinguiu os partidos da época e estabeleceu uma reforma eleitoral trilhando o caminho do bipartidarismo, dela surgiram a ARENA e MDB. Durante a

²³¹ BRASIL, Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 11017, 27.10.1965. Preâmbulo.

²³² BRASIL, Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 11017, 27.10.1965, artigo 8º.

²³³ FRAGOSO, Cláudio Heleno. Apud GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. Op. cit., p. 255.

crise que se seguiu a eleição de 1965 a posição de Costa e Silva foi decisiva consolidando sua candidatura à sucessão presidencial.

A RCB sofreu o primeiro atraso; deixou de ser publicada em novembro de 1965, como deveria pela sua previsão bimestral, tampouco houve edição em janeiro de 1966. Os militares voltaram à carga em fevereiro com o Ato Institucional nº. 3, que tornava as eleições de governadores e do presidente definitivamente indiretas e lhes fixava as datas²³⁴. Com esse conjunto de medidas 'legislativas' estendeu-se também o mandato de Castelo Branco, inicialmente previsto para terminar em 31.1.66 e prolongado até 25.3.67.

Somente em março veio a público o novo exemplar da RCB, agora duplo (volume 5-6), mas com o número de páginas equivalente a de um volume. O cenário político estava muito diferente daquele em que os quatro primeiros tinham sido publicados.

No ano de 1966 ocorreu uma crise financeira na Editora Civilização Brasileira o que a levou a certa desestruturação. A empresa precisou pedir concordata nesse ano²³⁵, o que também contribui para os seguidos atrasos que passaram a ocorrer a partir dos exemplares 5-6 e das edições duplas (5-6 e 9-10).

Esse contexto permite-nos compreender em parte a configuração política em que a publicação passou a atuar e as razões de tantas alterações estruturais nessa que consideramos a segunda fase da publicação. Tal etapa, estendeu-se do volume 5-6 da RCB de março de 1966 até o volume 9-10 de set.-novembro de 1966. Os volumes subseqüentes foram publicados a partir de março de 1967 (volume 11-12 de dez-66, marco-67) já sob égide do AI-4, da nova lei de segurança nacional, da nova constituição e novo presidente: o General Costa e Silva o que, somado a mudanças, demonstra o surgimento da terceira fase da revista.

Apesar das transformações que apontaremos nesta segunda fase da publicação, entendemos não ter ocorrido mudança no projeto editorial da RCB. Tratou-se apenas e tão-somente de alterações nas táticas para manter o foco em seus

²³⁴ BRASIL, Ato Institucional n. 3, de 05 de fevereiro de 1966. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1435, 05.2.66, artigo 5º.

²³⁵ VIEIRA, Luis Renato. Op. cit, p.182-3.

objetivos; nesse sentido é elucidativo o texto *Duas notas da direção* que abre a segunda fase da revista

... pretendendo manter-se em postura crítica diante de fatos, personalidades, correntes de pensamento e passageiras configurações política, é compreensível que tenha sido obrigada a suportar as incompreensões e violências com que esse legítimo direito democrático costuma ser enfrentado, em todos os quadrantes por autoridades que se julguem detentoras de verdade única e inquestionável (...) lamentamos a quebra involuntária de periodicidade, mas esclarecemos que o atraso na publicação deste número, que se deve à soma de circunstâncias política que tem mantido em sobressalto a Nação e nos obrigaram a diversas modificações estruturais e administrativas, não significa qualquer alteração em nossa linha de conduta. Continuaremos independentes, como sempre fiéis ao nosso propósito inicial de 'combater tudo aquilo que admita como válida ou moralmente correta a presente estrutura sócio-econômica do Brasil ou entender como inevitável e até mesmo necessária a submissão dos interesses nacionais aos das grandes potências, sejam elas quais forem.²³⁶

Veja-se que, apesar das modificações noticiadas pelo próprio editorial, e que analisaremos abaixo, permanecia o caráter combativo e de enfrentamento direto ao regime. As mudanças estruturais noticiadas implicaram que os números 05-06, 07 e 08 fossem publicados sob a direção de Manoel Cavalcanti Proença²³⁷ e secretariadas por Moacyr Felix²³⁸; o último volume dessa fase (9-10) teve a direção de Moacyr Felix e foi secretariado por Dias Gomes, porém a sua realização foi de Manoel Cavalcanti Proença, que falecera antes da circulação da revista²³⁹. Ocorreu ainda a supressão do conselho de redação a partir do quinto volume e conseqüentemente da frase “a matéria não assinada é de responsabilidade do Conselho de Redação” que viera nos quatro volumes anteriores (anexos 2 e 4).

A substituição dos primeiros dirigentes da RCB por Manoel Cavalcanti Proença e Moacyr Felix se deveu à tática da Editora Civilização Brasileira em afastar Ênio Silveira, seu proprietário, assim como outras figuras excessivamente visadas da direção formal das publicações. Não é por acaso que no mesmo mês em que se deu a troca de Ênio Silveira por Manoel Cavalcanti Proença na RCB tenha ocorrido também

²³⁶ DUAS notas da direção. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 05-06, p. 03, mar.1966. p. 5.

²³⁷ Manoel Cavalcanti Proença era coronel do exército e crítico literário, sempre lecionou durante o uso da farda, faleceu em 1966 de ataque do coração. Sua principal obra de crítica literária é *Roteiro de Macunáima*, de 1950.

²³⁸ Moacyr Felix (1926-2005) era formado em Direito e Pós-Graduado em Estudos de Filosofia e Letras Na Universidade de Letras de Paris, dedicou boa parte de sua vida e obra à poesia, seja como escritor, seja como editor e fomentador de uma maior atuação do escritor junto aos problemas sociais de seu país. Foi idealizador e membro atuante do CPC, além de secretário, foi diretor da Editora e da Revista Civilização Brasileira bem como da Editora Paz e Terra. Foi preso algumas vezes pela Ditadura Militar.

²³⁹ M Cavalcanti Proença faleceu antes da publicação do volume 9-10 da revista e foi definido nas páginas da própria RCB por Drumond como sendo “engajado sem sectarismo; brilhante sem vaidade; independente, mas nunca temeroso de solidarizar-se com aqueles que sabia dedicados aos grandes objetivos de humanização do homem” DUAS perdas irreparáveis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 09-10, p. 03-06, set.-nov.1966.

sua substituição por Luciano Martins na direção da sua revista *Política Externa Independente*.

Na RCB, os substitutos tinham vinculação com o exército, Proença era coronel de reconhecida carreira militar e professor, Felix era poeta e filho de coronel. Parece-nos que o movimento da publicação foi jogar poeira nos olhos dos seus adversários, tal como se dessem a impressão aos militares de que a linha editorial seria alterada.

A estratégia de poupar Ênio Silveira e Roland Corbisier foi estendida para tirar do foco da atenção dos militares também os membros do Conselho de Redação, uma vez que a partir desse volume 5-6 o nome do conselho e de seus integrantes foram suprimidos. Segundo Rodrigo CZAJKA,

... a omissão do corpo de conselheiros foi a forma não somente de ‘retirar de cena’ aqueles indiciados em IPMs como estruturar a revista a partir de uma “linha independente”. Muito embora o conselho não funcionasse na prática não se reunia e nem se decidia pela forma e conteúdo da revista – ele existia como uma entidade da própria RCB, inserida num contexto de renovação das esquerdas em torno do engajamento cultural na década de 1960, assim como envolvida no processo de consolidação da indústria cultural no Brasil²⁴⁰.

Nosso entendimento é ligeiramente distinto e detectamos que a estrutura interna da revista, com responsáveis pelas respectivas seções, sobreviveu à supressão do conselho, como podemos depreender da nota *Duas perdas irreparáveis*²⁴¹, publicado no último volume dessa fase, em que comentou o falecimento de dois colaboradores e destacou que o falecido Nelson Lins e Barros era “o responsável pela Seção de Música”²⁴².

Para investigar a nossa hipótese de que o projeto da RCB não se alterou entre a primeira e a segunda fase, fizemos uma comparação entre ambos e percebemos que se somarmos os textos dos editoriais aos da seção de política nacional, teremos na primeira fase vinte e três (23) textos, enquanto a segunda fase contaria com apenas onze (11) (apêndice 2). No entanto, vários textos que poderiam estar na seção de política nacional foram publicados numa nova seção, criada no volume 5-6 intitulada

²⁴⁰ CZAJKA, Rodrigo. Páginas da resistência ... Op. cit., p. 92.

²⁴¹ DUAS perdas irreparáveis. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 09-10, p. 03-06, set.-nov.1966.

²⁴² Id. Nelson Lins e Barros (1920-1966) nascido no Recife, mudou-se para o Rio de Janeiro ainda na infância e estudou na Queen's University, em Kingston (Canadá) e na Universidade da Califórnia em Berkeley (EUA). Trabalhou no Consulado do Brasil, na Califórnia. De volta ao Brasil, atuou, como cientista, membro do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e músico.

Problemas Sociais e Políticos dentre eles *Imigração e relações raciais*²⁴³, *Perspectivas do Plano Nacional da Habitação*²⁴⁴ e *A “revolução brasileira” de Caio Prado Júnior*²⁴⁵.

Se somarmos as seções de editorial, política nacional, política internacional, economia, documentário e direito, teremos na segunda fase cinquenta e dois (52) textos, enquanto a primeira totalizou cinquenta e seis (56). No entanto, se somarmos a seção de *Problemas Sociais e Políticos*, teremos sessenta (60) textos para a segunda etapa. O que demonstra similitude entre ambas, fato somente alterado no último volume da segunda fase em que a soma dessas áreas totalizou apenas seis (6) textos contra o mínimo de quatorze (14) de suas antecessoras, o que já prenuncia a terceira fase da publicação.

Ao abordarmos o conteúdo da publicação notamos que não houve alteração no tom do debate. Transparecia apenas a redução quantitativa dos textos de embate direto e o incremento de textos que tratam indiretamente dele. Tal procedimento da revista demonstrava uma tática da publicação utilizando-se de seções diversificadas para manter as discussões pertinentes ao debate nacional. Neste sentido o texto de Bertold Brecht *Cinco maneiras de dizer a verdade*²⁴⁶, publicado no primeiro volume da segunda fase, refletia o pensamento da direção da revista. Ênio SILVEIRA destacou essa estratégia em entrevista em que afirmou:

Constituímos um grupo de resistência e começamos a planejar : primeiro, edição de livros usando a lição de Brecht – de que há pelo menos cinco maneiras de se dizer a verdade – lançávamos coisas que os militares, na sua belíssima e honorável ignorância não conseguiam perceber. Porque eles têm uma aversão, uma alergia total a livros, eles não tocavam em livros e, então, não liam. Como sabíamos das coisas notórias que eles não deixavam passar, conseguimos editar muita coisa²⁴⁷.

Nesse mesmo sentido, Nelson Werneck SODRÉ destacou “num clima em que determinado tira mandou anotar o nome de Emanuel Kant para posteriores averiguações de antecedentes subversivos, em que Sófocles foi tido como perigoso

²⁴³ FERNANDES, Florestan. *Imigração e relações raciais*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 75-96, jul.1966.

²⁴⁴ SERRAN, João Ricardo. *Perspectivas do Plano Nacional de Habitação*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 97-106, jul.1966.

²⁴⁵ MALTA, Cesar. *A revolução brasileira de Caio Prado*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9-10, p. 48-80, set. nov.1966.

²⁴⁶ BRECHT, Bertold. *Cinco maneiras de dizer a verdade*. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, p. 253-279, v. 05-06. mar.1966.

²⁴⁷ SILVEIRA, Ênio. *A resistência no plano ... op. cit.*, p. 154.

agente de subversão nos teatros guanabarinóis²⁴⁸; logo, fazia bastante sentido a nova forma de embate da RCB.

Assim a RCB conseguia dissimular a sua ação diante dos aparelhos repressores, que não tinham elementos culturais para detectar suas manobras. Essa prática da RCB, e de tantos outros veículos do período, escondia textos que teriam potencial ofensivo da ação dos despreparados órgãos de repressão.

Dentro dessa política editorial e visando ampliar universos de discussão teórica foi publicado, de modo pioneiro na ECB, texto de Antonio Gramsci que viria a se tornar clássico *A formação dos intelectuais*²⁴⁹. A seção escolhida foi a de Problemas Culturais e Filosóficos, a mesma em que se publicou o célebre texto de Bertold Brecht já mencionado. Ao publicar Gramsci, a RCB pretendia incitar um debate sobre o pensador italiano para quem o intelectual deve ser um persuasor permanente com ligações com a classe trabalhadora e não ficar alienado apenas nas divagações teóricas. Para Gramsci, o novo intelectual não deve valorizar a eloquência, nem só à ciência-técnica, mas deve elevar-se à técnica-ciência e à concepção humanista da história para ser dirigente. No exemplar seguinte da RCB, Otto Maria Carpeaux publicou *A vida de Gramsci*²⁵⁰. Tal escolha tinha o mérito de mesclar o vanguardismo da RCB em publicar o autor desconhecido do público brasileiro, ao tempo em que oferecia uma clara posição daquilo que seria o esperado dos intelectuais.

De outro lado, os textos de enfrentamento direto como o *Ecos da história nova*²⁵¹ continuavam a ser produzidos, mas de modo mais sutil em seus títulos, nele a questão envolve *História nova* que fora objeto de dois textos na primeira fase da publicação. Resumidamente podemos dizer que nos volumes 3 e 4, ainda da primeira fase da revista foram publicados textos de Nelson Werneck Sodré defendendo autores dos livros didáticos da *História Nova* e reclamando de um parecer contrário escrito por

²⁴⁸ SODRÉ, Nelson Wernedk. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 03, p. 38, jul.1965.

²⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 05-06, p. 249-159, mar.1966. Nesse texto Gramsci faz a discussão entre intelectuais orgânicos e tradicionais destacando que estes estariam desvinculados da realidade de seu tempo e poderiam ser apresentados como os homens de letras e filósofos eminentemente teóricos, aqueles deveria ser os organizadores práticos da sua classe social.

²⁵⁰ CARPEAUX, Otto Maria. A vida de Gramsci. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 337-347, maio 1966. Otto Maria Carpeaux (1900-1978) formou-se em Filosofia e Letras pela Universidade de Viena, em 1925. Doutorou-se em Matemática, Química e Física. Atuou como jornalista. Escreveu ensaios críticos literários sobre desde Homero a Graciliano Ramos, passando por Santa Teresa d'Ávila, Maquiavel, Benedetto Croce, Ortega y Gasset, Joseph Conrad.

²⁵¹ ECOS da História Nova. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 313-321, jul.1966.

Américo Jacobina Lacombe²⁵², membro do IHG. Este se revoltou com a posição de Sodré e exigiu a publicação de uma carta sua como direito de resposta na RCB. Somente no volume 8 tal carta veio a ser reproduzida na RCB, no entanto, foi precedida de uma nota explicativa na qual Manoel Cavalcanti Proença, então o diretor responsável, relembra toda a história já referida nas páginas da revista e fazia contundente defesa de Sodré. Tal procedimento ilustra a forma pela qual era gerida a revista. Na *configuração* de nós e eles, era clara a subordinação dos textos publicados à *cultura política* da esquerda e seus valores. O direito de resposta vindo de agente do outro lado do jogo político podia vir como parte da abertura 'democrática' da RCB, mas seria tratado como adversário.

Em entrevista, Nelson Werneck Sodré explica a situação: Lacombe emitira parecer de caráter duvidoso e tendencioso contra a *História Nova*, a partir dele foram instaurados IPMs contra os professores e decretadas as prisões de dois deles, outros tiveram que se refugiar fora do país e a sanha repressora apreendeu toda a publicação realizada pelo ISEB com financiamento do Ministério da Educação e ainda a edição privada editada um ano depois do golpe pela Brasiliense. Em face disso, a RCB noticiou o absurdo da censura nos volumes 3 e 4. Porém, quando Ênio Silveira foi preso Lacombe assinou um manifesto em favor da sua soltura e o ex-diretor entendia ser necessário atender ao seu pedido de réplica, no que foi atendido por Manoel Cavalcanti Proença com alguns volumes de atraso. A controvérsia foi, no modo de ver de Nelson Werneck Sodré, a maior crise da RCB, pois tratava de direito de resposta, o que parecia implícito dentro da política aberta da revista, no entanto, é elucidativo o comentário de SODRÉ em entrevista que demonstra a complexidade da situação:

Olha, o direito de resposta supõe igualdade de condições. Eu só escrevo na Revista Civilização porque os jornais não aceitam o que eu escrevo. Lacombe escreve em todos os jornais. Se ele quiser se defender do que digo na Revista, defenda-se nos jornais. Isso criou um impasse para o Ênio, uma situação... (...) Proença resolveu o impasse da maneira seguinte: ele era funcionário da Casa de Rui Barbosa, dirigida por Lacombe. Mas ele publicou o artigo do Lacombe e junto publicou uma esculhambação que ele passava no Lacombe. O Lacombe o demitiu na Casa da Moeda, os métodos como eram.²⁵³

²⁵² Américo Jacobina Lacombe (1909-1993) foi professor e historiador, integrante da Academia Brasileira de Letras a partir de 1974, durante o regime foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico e da Casa de Rui Barbosa.

²⁵³ AZEVEDO, Isabel. Op. cit., p 254.

Tal atitude de Manoel Cavalcanti Proença, o novo diretor responsável que substituirá Ênio Silveira, demonstra que ele também possuía espírito combativo e direto.

No editorial intitulado *Flora Mutável* Manoel Cavalcanti Proença fez uma contundente crítica aos intelectuais que transmudam suas opiniões conforme o regime de governo estabelecido. Salientou que durante o governo de João Goulart alguns se alinhavam à esquerda, mas no governo militar passaram discreta, mas diretamente, ao lado governamental, visando a criticar os esquerdistas e os comunistas, chegando inclusive a negar seu passado; a eles sua crítica foi mordaz descrevendo sua ação da seguinte forma

... todavia esperam até a próxima cheia, quando acordarão famintos, desferrando-se do período em que estiveram outonados tuvira serviria para designar os adesistas, mas honra se faça ao peixe que tem a coerência de se manter fiel à água e não tentar a vida em terra. Foi o que esperamos de alguns Rafanículos, poucos, se diga, muito poucos mesmo, para honra dos intelectuais brasileiros. Esperamos, é bom confessar, por falta de conhecimentos botânicos pois num *Raphaniculus (serodius) subtilis*, a necessidade de exhibir-se, de viver nas boas graças do governo e dos donos do ouro é um imperativo biológico, tão fatal e inegável com um caranguejo espia-maré sair na luta na hora da baixa mar²⁵⁴.

O tom desses debates demonstra que as mudanças estruturais na RCB não arrefeceram seu ímpeto combativo. Temas como o desenvolvimento das relações econômicas do Brasil e a crítica aos rumos da política adotada pelos militares continuaram em pauta na RCB. A publicação de *Inflação Brasileira e Políticas de Estabilização* de Jairo SIMÕES destacou a inflação como uma constante na história econômica do Brasil diretamente ligada às práticas monopolísticas e contra a qual a única resposta possível seria “exterminar os latifúndios e reduzir, cada vez mais intensamente, a dominação de vários setores produtivos por capitais alienígenas”²⁵⁵. A política interna foi analisada em *O problema da sucessão* que denunciava a concentração de poderes nas mãos do Presidente Castelo Branco chamando-os de majestáticos²⁵⁶. A análise do populismo também encontrava espaço na segunda fase da

²⁵⁴ PROENÇA, Manoel Cavalcanti. *Flora mutável*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 05, jul.1966.

²⁵⁵ SIMÕES, Jairo. *Inflação brasileira e políticas de estabilização*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 107-136, maio 1966. p. 134.

²⁵⁶ O texto contestava o excesso de poderes nas mãos do presidente, em face dos atos institucionais, e questionava a reforma partidária da qual emergiram apenas dois partidos dificultando as combinações políticas locais e que podia se traduzir em mera preocupação de formalismo democrático, salvo se concretizasse a tentativa dos militares em “declarar, positivamente,

RCB, como no texto *Estudo e massas no Brasil* de Francisco WEFFORT em que denuncia “um certo tipo de Estado de massas, expressão da prolongada crise agrária, da dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular”²⁵⁷.

Quando a publicação absorveu a idéia de que o regime pretendia e tinha forças para se sustentar no poder mesmo que autoritariamente, passou a privilegiar outras formas de embate na área da política interna. Daí surgiu a tática de documentar também informações legislativas dos Atos Institucionais baixados, das medidas coercitivas noticiadas e seu revés com as ações judiciais, e declarações de direitos universais e manifestos em defesa da ordem democrática como podemos perceber em diversas publicações em seções de documentário e direito (apêndices 3, 4 e 5). A revista parecia buscar a construção de uma memória da ditadura e reforçava que

... todos os brasileiros sabem que, mais dia, menos dia, hoje ou amanhã, cedo ou tarde, o país retornará à normalidade, isto é, à vigência de normas em que pelo menos, ressurgirá a clássica divisão dos poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário.²⁵⁸

Outro exemplo dessa tentativa de construção de uma memória do período ao tempo que atacava os militares foi o *Questionário proposto pela Revista Civilização Brasileira a Personalidades da Vida Pública Nacional*; nele foram inquiridas 21 personalidades como religiosos, generais, deputados, governadores de Estado e até mesmo o ex-presidente Mal. Eurico Gaspar Dutra. Desse total de 21 pessoas, apenas 11 responderam a questões como “1. considerando a vigência dos atos institucionais, caracteriza como democrático o regime vigente no Brasil? 2. Julga necessária a permanência desse regime, além do prazo previsto pelo Ato Institucional n. 2, ou é favorável à adoção de medidas que visem o retorno ao regime democrático?”²⁵⁹.

As temáticas nacionalismo e desenvolvimentismo continuavam presentes na publicação, porém passaram a conviver com outros assuntos, como se o endurecimento do regime fizesse a RCB girar suas baterias da discussão de problemas

que o povo não tem nada a ver com o poder e com a escolha de seus detentores. Isso é possível por algum tempo, - não é possível para sempre” O PROBLEMA da sucessão. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 5-9, mar. 1966. p. 5.

²⁵⁷ WEFFORT, Francisco C. *Estudo e massas no Brasil*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 137-158, maio 1966. p. 144. Francisco Correa Weffort nascido em 1937, atuou nas áreas de economia e ciência política, foi pesquisador da CEPAL, durante o governo FHC foi seu ministro da Cultura.

²⁵⁸ O PROBLEMA da sucessão. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 5-9, mar. 1966. p. 5.

²⁵⁹ QUESTIONÁRIO proposto pela Revista Civilização Brasileira a personalidades da vida pública nacional. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 15-75, maio 1966. p. 17.

nacionais para a documentação e denúncia da violação de direitos. Nesse caminho, a RCB estava aberta para atrair desafetos do regime, dentre eles, o Gen. Olympio Mourão, que se sentia desprestigiado com o movimento golpista inaugurado por ele e passava a reclamar. A RCB não se fez de rogada em colher sua fala

Enquanto tira-se do povo, de maneira injustificada, sua soberania e consagra-se como válido um processo de sucessão absolutamente antidemocrático. Espúrio, repito: porque baseado em legislativos em fim de mandato e cujos membros o eleitor não delegou poderes para eleger o Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos²⁶⁰

Eis um paradoxo! Um ano antes essas palavras poderiam estar escritas nas epístolas ao Marechal de Ênio Silveira, dois anos antes Mourão estava com armas nas mãos depondo o regime legal defendido por Ênio e seus partidários na RCB.

Para compreendermos essas práticas paradoxais da RCB a *cultura política* serve como um código de referentes plural, ela explica a tensa rede em que o desentendimento entre agentes sociais distintos é parte integrante dessa síntese dialética, “esta osmose entre culturas políticas muito afastadas na origem implica que, longe de constituir um dado fixo, sinônimo de tradição política, estejamos em presença de um fenômeno evolutivo que corresponde a um dado momento da história e de que se pode identificar o aparecimento, verificar o período de elaboração e acompanhar a evolução no tempo”²⁶¹. Desse modo, não é difícil compreender que dentro da *cultura política* do momento a RCB se valesse por vezes de opositores para legitimar o seu próprio discurso de revista plural.

No entanto, não devemos tomar a RCB apenas como um veículo de combate ao regime militar, ela pretendia aprofundar o debate de questões nacionais e internacionais e, para tanto, atuou tanto nas vanguardas trazendo autores novos no cenário brasileiro, - como Gramsci, Walter Benjamin, Marcuse - quanto valorizando as polêmicas. Numa delas, Cesar Malta²⁶², provavelmente pseudônimo de algum

²⁶⁰ MOURÃO FILHO, Olimpio. Integra do depoimento dado à imprensa pelo general Olimpio Mourão Filho. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 431-435, maio 1966. p. 433. O General Olympio Mourão foi o responsável pelo levante na cidade de Juiz de Fora que deu origem ao movimento militar de 1964. Após o golpe desentendeu-se com Castelo Branco pois entendia que merecia um cargo de maior projeção pelo golpe que ajudara a iniciar. Ex-integrante do movimento integralista Mourão foi um dos responsáveis pela montagem do ‘plano Cohen’ que justificou o golpe de estado de Getúlio Vargas.

²⁶¹ BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 355.

²⁶² Cesar Malta foi fotógrafo e viveu entre 1864 e 1957, seu nome foi utilizado por militante do PCB que preferiu o anonimato, não foi possível identifica-lo.

integrante do PCB, rebatia a obra *Revolução Brasileira* de Caio Prado Junior²⁶³; e a seu ver

... temos, porém, a lamentar que tinha sido o último, o mais fraco trabalho sociológico e político de Caio Prado Junior. Procurando desvincular-se do pensamento dominante nas esquerdas brasileiras, tentando ser original e único a conhecer corretamente a realidade nacional, cometeu graves equívocos, mostrou-se incoerente e confuso em importantes trechos de seu longo exame dos problemas sociais e políticos, conforme procuraremos mostrar nestes breves comentários. A auto-suficiência e a posição dogmática que assume, podem ser medidas, desde logo, pela completa omissão de qualquer bibliografia nacional ou estrangeira [e conclui] o Brasil encontra-se mais próximo do que nunca de sua efetiva emancipação e muitos dos que se equivocaram em 31 de março pelas mentiras e calúnias da imprensa e do imperialismo já estão tomando posição correta. No próprio governo há inúmeros elementos empenhados em retificar suas posições e nas Forças Armadas já principiam a surgir manifestações de que o Brasil continua caminhando, através deste tremendo temporal, no rumo certo dos seus gloriosos destinos.²⁶⁴

Dentro do mesmo clima trazido pelo texto *Terrorismo Cultural* publicado no primeiro volume da RCB, tivemos, nessa segunda fase, publicado o texto *Introdução ao controle da opinião pública* de Jânio de Freitas. Nele se acresce ainda a questão externa que transparece com vigor em denúncia do imperialismo norte-americano e sua imposição de controle da opinião pública através da mídia. O texto relata que isso interfere na própria política do país onde

... o processo se inicia por eliminar a concorrência dos jornais incorruptíveis, veja-se que há aqueles que aceitam se submeter, numa passividade envergonhada, às restrições onde os funcionários sérios são afastados para cargos subalternos ou sobrevivem precariamente ou afastados. Método aplicado especialmente aos jornais, pois as revistas nunca tiveram grandes participações na política. Há ainda a sedução por postos e salários ou pelas verbas destinadas à compra de profissionais ‘e assim, como se nunca tivesse escrito uma só palavra em contrário, a imprensa brasileira defendeu a entrega de um porto à Hanna, a compra da Amforp, da Telefônica, e por ai afora’²⁶⁵.

²⁶³ Caio Prado Junior (1907-1920) formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1928. Em 1942, lançou sua obra mais importante – Formação do Brasil Contemporâneo – um clássico da historiografia brasileira. Sob influência do pensamento marxista publicou em 1966 um texto em que realizava uma crítica a posturas dogmáticas e etapistas da revolução brasileira, essa obra gerou muitas polêmicas e discussões. A RCB não ficou alheia a ela e o autor veio a responder seus detratores no exemplar 14 da revista na terceira fase da publicação que analisaremos no próximo capítulo. Para ele “a revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta (...) é nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogma, enquadramento na revolução histórica dentro de esquemas abstratos prestabelecidos” PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.p. 19.

²⁶⁴ MALTA, Cesar. A ‘revolução brasileira’ de Caio Prado Junior. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 9-10. 75-84, set.-nov. 1966. p. 76 e 84. Sobre o tema vide CHRISTOFORO, Paulo Rubens Paterno. *Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira*. Dissertação (mestrado em História). Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

²⁶⁵ FREITAS, Jânio. Introdução ao controle da opinião pública. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 19-26, mar. 1966. p. 24. Jânio Sérgio de Freitas Cunha nascido em 1932, era jornalista e atuou em diversos periódicos como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã. Atualmente é colunista da Folha de São Paulo.

A segunda fase da publicação manteve o mesmo tom quanto à política internacional. Os discursos antiimperialista e terceiro-mundista podem ser percebidos em vários textos dessa fase da publicação, inclusive com a denúncia de práticas corruptas e lesivas aos interesses nacionais. Em *O custo das importações para a América Latina*²⁶⁶ a RCB tratou dos problemas decorrentes da importação desproporcional de serviços que deforma o desenvolvimento da América Latina; para o autor, o fato de empresas estrangeiras decidirem as importações latino-americanas deforma as práticas econômicas internas e consagra uma ordem desigual. Octávio IANNI destacou em *Economia e sociedade na América Latina* a falta de similitude nas relações entre o campo e a cidade, aliada às práticas políticas que mesclam vários tipos de nacionalismos e populismos, implicava dificuldades para dinamizar o desenvolvimento nacional, especialmente em face de que os “segmentos mais modernos não detêm a soma de poder político necessário para encaminhar e realizar inovações”²⁶⁷, havendo inclusive um descompasso que dificulta a percepção da comunidade de interesses que permeia os países da América Latina.

A par das leituras sobre a América Latina, encontramos textos que tratam de outros países do Terceiro Mundo. Foi o caso do texto *Ho Chi Minh pede ajuda dos cientistas para a paz*²⁶⁸ em que se relatou a iniciativa de Linus Paulig e outros sete vencedores do prêmio Nobel para a discussão de negociações para solução pacífica para o caso do Vietnã. Nesse mesmo exemplar da RCB, o 5-6, foi publicado texto intitulado *Não se trata do Vietnã* em que Otto Maria CARPEAUX denunciava que “os objetivos dos contentores são um pouco maiores que o desgraçado país indochinês [mencionando as estratégias chinesa e norte-americana para controlar a região] o Vietnã é pois subdesenvolvido. Esse subdesenvolvimento é a origem de todos os sofrimentos e revoltas”²⁶⁹.

Por fim, resta analisarmos a questão comportamental na segunda fase da RCB. Antes, no entanto, cabe um esclarecimento. Escolhemos os textos pertinentes à

²⁶⁶ FRANK, Andrew. G. O custo das importações para a América Latina. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 49-58, mar. 1966.

²⁶⁷ IANNI, Octávio. Economia e sociedade na América Latina. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9-10, p. 93-112., set.-nov. 1966. p. 109.

²⁶⁸ HO CHI MINH pede ajuda dos cientistas para a paz. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 35-39, mar. 1966.

²⁶⁹ CARPEAUX, Otto Maria. Não se trata do Vietnã. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 27-34, mar. 1966. p. 28.

questão comportamental como um critério de análise das fases da revista, porém não destacamos tal discussão sobre a primeira fase, por quê? Simplesmente porque tal discussão não encontrou a mesma ressonância na publicação durante os primeiros quatro volumes. Somente a partir da segunda fase, e principalmente na terceira fase, é que encontramos uma variedade de temas que tratam do comportamento e da rebelião comportamental como foco de análise. Portanto, de pronto temos que a segunda fase se distingue da primeira por trazer tal questão.

O artigo póstumo de Manoel Cavalcanti Proença, *As duas pontas da hierarquia*, trouxe diferentes discussões, mas nos interessa particularmente a questão comportamental da juventude, o autor apontou para o cerceamento que os militares estavam desferindo contra os estudantes secundaristas e universitários. Os militares, segundo Proença, desqualificavam os jovens rebeldes impondo-lhes rótulos como teleguiados do mundo comunista de Havana, Pequim e Moscou. Para a ideologia militar, “aos estudantes caberá estudar (podem também dançar iê-iê-iê, tomar pileque), desrespeitar o sexto e novo mandamentos e engolir bolinhas”²⁷⁰, e, após satirizar a tentativa de despolitização dos estudantes, o autor conclui seu texto com a seguinte assertiva:

... aliás, não só do governo a mocidade brasileira vem recebendo humilhações e injustiças. Tornou-se moda, em certos círculos, quando falta assunto, ou quando todos sentem, intimamente os próprios fracassos, atacar os moços, rotulá-los a todos, com adjetivos pejorativos: transviados, incultos, fúteis, malucos, inúteis. Ninguém lê os inquéritos sociais promovidos por instituições especializadas e diretamente interessadas no comportamento da juventude; ninguém fala no resultado das estatísticas, provando, sem margem de engano, que não chega a 2% a percentagem de moços que, sem capacidade para uma reação mais inteligente, protestam deixando crescer os cabelos, dançando iê-iê-iê, não tomando banho ou tomando ‘bolinhas’.²⁷¹

Marialice FORACHI publicou o texto *A juventude e a realidade nacional* em que fez uma classificação e uma crítica aos comportamentos sociais, seu foco era a denúncia da rebeldia como contraponto alienado e banal do engajamento. Para a autora

... a contrapartida da renúncia é a rebeldia e, como aquela, mais um resultado do que uma condição. O comportamento de rebeldia decorre também de um conjunto de pressões exercidas ao nível do sistema. O que significa rebelar-se, pura e simplesmente? Equivale a aderir à causa dos que não têm causa, ou mais precisamente, a negar o sistema naquilo que ele apresenta de menos essencial. É aceitá-lo naquela que ele impõe como determinante. A

²⁷⁰ PROENÇA, M. Cavalcanti. As duas pontas da hierarquia. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 9-10, p. 7-16, set.-nov. 1966. p. 9.

²⁷¹ *Ibid.* p. 16.

rebeldia ‘sem causa’ do playboy, do transviado traduz passividade, negação que subordina, protesto que aliena. E o faz na medida em que é um tipo de protesto ‘instituído’ *pelo* sistema e *para* o sistema. Não coloca em xeque os valores básicos da sociedade capitalista, mas representa, apenas uma forma ‘transviada’ de realizá-los. O jovem substituí o conformismo abúlico da apatia pelo conformismo dilacerante da rebeldia.²⁷²

Tais análises demonstram uma peculiar visão sobre a ordem comportamental, o jovem era tido como incapaz de mudanças, levado pela maré da oposição, mas sem consciência crítica ou engajada suficientemente para a ação. De outro lado, a compreensão sobre a rebeldia era vista com maus olhos, sinal de alienação. Tal análise será alterada nos textos da terceira fase da revista, como veremos no próximo capítulo.

Para concluir a análise da segunda fase, precisamos pontuar alguns aspectos: do formato e principalmente do eixo temático da revista realmente transparece uma significativa alteração na forma do embate, entrelaçando crítica e meros registros do regime militar. A temática da revista não fica reduzida às seções nomeadas, vários textos são produzidos de forma a alcançar diferentes áreas sociais que não seriam detectadas pelos veículos de censura e repressão pela sua simples disposição de seção ou título, que também se tornaram menos provocativos e por vezes até curiosos como *Flora Mutável*²⁷³.

Quanto ao conteúdo dessa segunda fase, podemos concluir que: a visão que se tem do papel do intelectual não foi alterada pelas disposições formais, ao contrário, a presença do novo diretor responsável aprofundou o tom sarcástico e mordaz às críticas que a intelectualidade fazia ao regime; a visão sobre a política interna foi realizada de forma mais sutil que na primeira fase, vários textos são localizados em seções distintas da política nacional e economia, mas mantiveram a firme colocação da revista quanto às questões do desenvolvimento nacional e do quadro político. No âmbito da leitura da política externa não houve alteração entre a primeira e a segunda fase, destacando-se a existência de uma ampla liberdade para a tratativa temática, talvez pelo fato dos temas internacionais serem menos sensíveis às restrições por parte da ditadura do que a ordem da política interna. Por fim, a questão comportamental

²⁷² FORACCHI, Marialice M. A juventude e a realidade nacional. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 9-19, mar. 1966. p. 13. Marialice M. Foracchi falecida em 1972, foi precursora no estudo dos temas relacionados ao comportamento juvenil de sua época, relacionando-a à discussões sobre educação, mídia e capitalismo

²⁷³ PROENÇA, Manoel Cavalcanti. *Flora mutável*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 05, jul.1966.

trazida em face das discussões que passaram a ser travadas em torno das ações rebeldes da juventude implicou uma visão paradigmática que enaltecia o engajamento em ações políticas relegando a rebeldia à visão negativa da alienação.

Cabe-nos no último capítulo analisar a terceira e última fase da RCB em que transparecem com maior clareza as distinções temáticas e novas mudanças táticas para buscar a manutenção de discussões que o projeto da revista se dispôs.

4 A DINÂMICA EDITORIAL: TENSÃO E DESENVOLVIMENTO TEMÁTICO DA RCB

Este capítulo irá inventariar a última fase da RCB, na qual se encontram suas principais modificações estruturais e temáticas. Abordaremos brevemente o contexto de seu desenvolvimento e as medidas que o grupo da RCB utilizou ao traçar seu empenho editorial. Com o encerramento da análise sobre as fases da publicação, trataremos de oferecer nossa interpretação global da revista e, com certo afastamento dos textos pontuais, procurar detectar as principais características da dinâmica da cultura de esquerda desenvolvida pelos intelectuais nesta primeira etapa do regime militar.

4.1 MUDANÇAS INTERNAS E ESTRATÉGIAS DE PUBLICAÇÃO: A TERCEIRA FASE DA RCB

Neste último capítulo procuraremos analisar a terceira e derradeira fase da RCB; esse período foi o mais longo em termos de sua publicação e se estendeu de dezembro de 1966, com o volume 11-12, até dezembro de 1968 com o volume 21-22, nele foram lançados ainda três volumes especiais destinados a temas específicos. Para delinear a divisão desta terceira parte, conjugaremos o contexto histórico, bem como as mudanças internas na apresentação e temática da revista.

O contexto do período, ou seja, os anos de 1967 e 1968 foram palco de profundas alterações no regime militar e no comportamento dos integrantes da cultura

de esquerda, dentre elas o aceleração das discussões sobre a luta armada como alternativa de combate ao regime militar²⁷⁴.

No âmbito político-jurídico, a passagem de 1966 para 1967, foi marcada pela ascensão do grupo político-militar ligado a Costa e Silva²⁷⁵; dela resultou uma transformação no regime, especialmente porque o grupo antecessor os castelistas, produziram uma série de medidas normativas visando institucionalizando o regime²⁷⁶. Dentre elas, a edição do Ato Institucional n. 4, em 07 de dezembro de 1966, trouxe em seu bojo a convocação do Congresso Nacional (que se encontrava fechado desde 20 de outubro de 1966) para a `discussão` da nova Constituição. A Carta Política que daí emergiu, publicada em 21 de janeiro de 1967, foi objeto de lutas políticas e jurídicas entre castelistas e anticastelistas de diversos matizes²⁷⁷. Para os opositores do regime as medidas mais significativas tratavam da supressão de uma série de proteções jurídicas que constavam na Constituição de 1946, especialmente o artigo 141 antes mencionado.

O novo aparato legal tirava o respaldo que a RCB tinha na ordem jurídica para promover certos debates, com fundamento na liberdade de imprensa. Ou seja, a nova Constituição e o conjunto legislativo emanado no final do governo Castelo Branco, como a Lei de Segurança Nacional, de 13 de março de 1967 e a Lei de Imprensa, de 09 de fevereiro de 1966²⁷⁸, reduziram a margem para os opositores do regime promoverem a discussão e o debate das questões nacionais do cotidiano.

²⁷⁴ Cabe ressaltar que as ações armadas da esquerda no período entre 1964-1966 foram inferiores em sentido numérico se comparadas com as praticadas pelo regime militar. No período devemos destacar o atentado de 25 junho de 1966 ao então Ministro da Guerra e candidato a presidência Costa e Silva no aeroporto de Guararapes, no Recife em que morreu um vice-almirante, um jornalista e 15 pessoas ficaram feridas. FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 211 e GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 240-241.

²⁷⁵ Costa e Silva foi eleito em 03.10.1966 pelo Congresso e tomou posse em 15.03.1967.

²⁷⁶ João Roberto Martins Filho discute a `institucionalização castelista` e o `anticastelismo` em face do avanço da militarização do regime em sua obra. MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: EDUFSCar, 1995.

²⁷⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. O anticastelismo: a Carta de 1967. In: _____. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: EDUFSCar, 1995. Tal autor é da corrente, com a qual anuímos, em que a divisão militar não era marcada simplesmente pela dicotomia entre os castelistas e a linha dura conforme mencionamos nos capítulos anteriores.

²⁷⁸ BRASIL, Lei 5250/67 de 09 de fevereiro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1657, 10.02.1965 Constava de seu artigo 1º. É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. § 1º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.” Evidentemente que a forma era sensivelmente diferente do assegurado pela Constituição de 1946 que assegurava no artigo 141, parágrafo 5º, ao tratar dos direitos e garantias individuais: **Art.** 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...) § 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não

De outro lado, o arcabouço jurídico que institucionalizou de modo definitivo o golpe de 1964 também procurava ‘limitar’ os poderes do novo presidente. Foi o que Adriano Nervo Codato chamou de “ciclo de liberalização” de 1965, com a “adoção de uma ‘política de retorno à normalidade’ pelo Governo Castelo Branco, a fim ‘constitucionalizar’ o regime (AI-4)”²⁷⁹, e que foi seguida por um “ciclo de repressão” em 1966 e 1967, com a “consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional n. 2 em outubro de 1965”²⁸⁰.

Na análise da terceira fase da revista precisamos destacar que 1967 e 1968 foram anos de acirramento nas disputas das esquerdas entre si e em face ao regime militar. Em 1967 se deu o rompimento formal de Marighella com o PCB, a ALN iniciou suas primeiras ações visando constituir um respaldo econômico para a prática de guerrilha. Em 1968 ocorreram diversas greves como em Contagem (MG), em São Bernardo do Campo e Osasco (SP) mostrando que o operariado começava a rearticular-se e manifestava sua clara oposição às políticas de governo militar²⁸¹. Os estudantes manifestavam cada vez mais sua indignação com a intervenção nas universidades e com os cerceamentos aos direitos civis. A truculência dos militares e a morte do secundarista Edson Luis de Lima Souto, em 28 de março, no Rio de Janeiro, desembocaram numa série de protestos, culminando com a célebre passeada dos 100 mil em 26 de junho no Rio de Janeiro. Ainda em 1968 ocorreu o grande revés do movimento estudantil com a prisão de quase mil líderes, em outubro, na cidade de Ibiúna²⁸².

depenará de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe”. Ou seja, a publicação e manifestação de pensamento eram livres, não dependendo de licença do poder público, enquanto pela nova lei não seriam tolerados “de processos de subversão da ordem política e social” o que confere aos militares uma possibilidade muito mais ampla para dentro do regime institucionalizado vedar às publicações, como a RCB, o direito de livre manifestação. Sobre o tema vide MARTINS FILHO, João Roberto. O anticastelismo: a lei de imprensa. In: _____. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: EDUFSCar, 1995. p. 92-94.

²⁷⁹CODATO, Adriano Nervo O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História Questões e Debates**. Curitiba-PR, v. 40, p. 7-30, 2004. p. 14.

²⁸⁰ Id.

²⁸¹ Apesar de Adriano N. Codato descrever o período 1967-1968 como um “ciclo de liberação” que envolveria a tentativa de negociação do governo com a oposição, nos parece que o resultado final para a esquerda era o aumento da tensão com prisões e ameaças a estudantes, sindicalistas, políticos e intelectuais. Id.

²⁸² Sobre esse conjunto de acontecimentos fáticos, amplamente reconhecidos sobre o período a bibliografia é imensa desde os livros de cunho jornalístico como os de Carlos Castelo Branco, Élio Gaspari, passando pelos ligados ao regime como Luis Viana Filho, Lira Neto, pelos brasilianistas com Thomas Skidmore, os de cunho biográfico como os de Jacob Gorender, Joao Pinheiro Neto, Zuenir Ventura e até os contemporâneos que tratam do assunto como Marcelo Ridenti, Marcos Napolitano, Jorge Ferreira, João Roberto Martins Filho, Carlos Fico dentre outros.

Esse quadro de contestação, efervescência política, agressões aos estudantes, aos artistas, aos teatros e entre ataques e assaltos a bancos, foi o pano de fundo da terceira fase da RCB.

No entanto, o acirramento político que apontava para o fechamento do regime não foi objeto de reiterados editoriais e debates na RCB, ao contrário a revista passou a tangenciar as discussões, sem insistir em discutí-los abertamente, tal como o fizera nas duas fases anteriores. Os textos que traziam menção expressa ao que estava ocorrendo nas cidades e no campo no Brasil tornaram-se esporádicos. Essa mudança significativa na RCB foi objeto de investigação pela historiografia clássica da revista; Daniel Pecaute e Carlos Guilherme Mota apontam para um amadurecimento da publicação e uma superação dos modelos de interpretação do Brasil ligados ao nacional-desenvolvimentismo em prol de uma leitura mais precisa do período sem sarcasmos e insinuações contra o regime²⁸³. No entanto, tais abordagens não explicam a complexidade da publicação e especialmente suas estratégias. Precisamos aprofundar o mapeamento da temática da RCB para elucidar tal movimento na publicação. A nosso ver a modificação do grupo dominante do aparelho repressor e o novo aparato legal transformaram a cena do jogo político e a RCB teve a perspicácia de percebê-lo como ameaça ao seu projeto editorial. A tais modificações a RCB respondeu também com mudanças. Podemos enumerar as transformações realizadas pelos dirigentes da RCB na terceira e última fase, além das substituições na direção da publicação ocorreram mudanças estruturais na sua apresentação e nas escolhas temáticas.

A terceira fase da RCB foi objeto da segunda mudança da direção, o volume 11-12 trouxe pela segunda vez Moacir Felix como diretor responsável e Dias Gomes como secretário geral; tal modificação já constava do volume anterior 9-10, porém ele tinha sido organizado por Manoel Cavalcanti Proença, que veio a falecer antes do seu lançamento²⁸⁴. Para Daniel Pecaute e Carlos Guilherme Mota, a escolha dos novos dirigentes representaria um rompimento com a antiga direção e com a linha nacional-

²⁸³ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. Pontos de partida para uma revisão histórica. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 205. PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. p. 207.

²⁸⁴ DUAS perdas irreparáveis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 09-10, p. 03-06, set.-nov.1966 e VIEIRA, Luis Renato. **Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 1998. p. 104.

desenvolvimentista da RCB²⁸⁵. No entanto, tal raciocínio não se confirma, se analisarmos que ambos pertenciam ao mesmo grupo de relações e valores na cultura de esquerda.

Moacyr Felix secretariava a revista desde o início da segunda etapa (no volume 5-6) e fundara a RCB participando desde o início no seu conselho de redação. Ademais, Felix era pessoa intimamente ligada a Ênio Silveira e tinha a experiência da direção da revista Paz e Terra distribuída pela Editora Civilização Brasileira. Seus laços pessoais de amizade evidenciam-se na organização do livro *Ênio Silveira: arquiteto de liberdades*²⁸⁶ que Felix faria anos depois em sua homenagem. Desse modo, Moacyr Felix não representou qualquer afastamento de Ênio ou sua linha editorial, ao contrário sua proximidade afetiva e ideológica mostrava que o dono da Editora Civilização Brasileira continuava a exercer a função de efetivo controlador da RCB.

Dias Gomes, o novo secretário geral, também mantinha profundas ligações com o grupo e não representava distanciamento em relação ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo em prol de uma revista mais 'científica', como insistem Daniel Pecaute e Carlos Guilherme Mota. Ao contrário, ele era ligado à direção do partido comunista e sua visão de engajamento era bastante marcada nos textos que assinava na revista e fora dela²⁸⁷. Muito mais do que uma ruptura interna no grupo, como apontam Mota e Pecaute, a mudanças na direção da revista parecem ter sido uma estratégia política visando desviar o foco da figura de Ênio Silveira e Roland Corbisier, colocando Felix e Dias Gomes nos lugares de proa.

Quanto às mudanças ocorridas no projeto editorial da revista nessa terceira fase, três pontos merecem ser destacados: 1) o novo *layout* de capa; 2) a supressão das seções temáticas e 3) a inclusão de um breve currículo dos autores.

Um aspecto importante foi a alteração gráfica do *layout* das capas, até o volume 11-12 a revista trocava sistematicamente suas cores e trazia uma ilustração de

²⁸⁵ Id.

²⁸⁶ FELIX, Moacyr. *Ênio Silveira: Arquiteto de Liberdades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

²⁸⁷ GOMES, Dias. O Berço do Herói e as Armas do Carlos. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 257-268, set.1965. GOMES, Dias. O engajamento: uma prática da liberdade. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 07-18, jul. 1968.

Carybé de um pescador²⁸⁸ (anexos 1, 3 e 5). A partir do volume 13 esse modelo de capa fosca foi substituído por capas coloridas com enquadramentos de uma ou várias figuras. Novos elementos de comunicação com seu público leitor foram acrescentados, assim como um novo desafio à repressão. Segundo Izabel AZEVEDO “a inovação dos projetos editoriais propostos pela Editora Civilização Brasileira representam um dos mais importantes marcos na modernização do mercado de livros no Brasil”²⁸⁹.

A primeira capa em novo formato trouxe a figura de Mao Tse Tung (anexo 5). No volume seguinte as figuras da capa eram duas mulheres, muito provavelmente numa sala de aula, e o texto principal tinha o seguinte título *Mulheres, a revolução mais longa*. O número 15 retratava um militar norte-americano armado e uma criança negra estendida no chão, seguido do seguinte texto *Olhe onde pisa, negro*. O número 16 mostrava estudantes brasileiros empunhando uma faixa com os seguintes dizeres “não sairemos enquanto não forem libertados estudantes e padres presos” e o título principal era *Um marxista e as novas posições da Igreja*; a revista 17 ilustrava em sua capa uma foto de dezenas de vietnamitas mortos, estirados no chão e o título do texto principal: *Vietnã: EUA culpados de genocídio*; na revista 18 figuravam policiais, alguns deles montados a cavalo reprimindo uma manifestação, e o texto principal *Práxis, razão e história*; a revista 19-20 mostrava na capa uma foto da rebelião dos estudantes franceses e o título principal, em letras pequenas, foi *A rebelião dos estudantes*; a última revista 21-22 trazia na capa um desenho abstrato e o texto principal era *A obra aberta e a filosofia da práxis*. Desse modo, a revista passava a falar com a capa, “as alterações no projeto gráfico da Revista são significativas e a leitura das capas agrega informações importantes, já que é nítida a preocupação de expressar, através das capas as intenções da linha editorial da RCB”²⁹⁰.

Não devemos sobrevalorizar a singela troca de capa, afinal, como a revista também era um produto a ser vendido ela poderia dizer respeito a uma infinidade de

²⁸⁸ Segundo Izabel Azevedo “as primeiras capas da RCB (do número 1 aos números 11-12) diferem muito no design e na produção gráfica daquelas publicadas a partir de maio de 1967 (número 13). A programação visual das capas iniciais inspiram, hoje, a percepção de um design mais moderno, limpo, equilibrado em sua verticalidade. A ilustração de Carybé é disposta entre dois longos fios (18cm) que percorrem toda a página sugerindo, a divisão vertical do espaço”. AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira: 1965-1968** – Produção cultural em revista. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (mestrado em Letras). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 103.

²⁸⁹ Sobre a análise artística da capa e sua ligação com o construtivismo vide. AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. Op. cit., p. 102.

²⁹⁰ Ibid., p. 104.

estratégias de alcance do público, busca de vantagens diante da concorrência etc. No entanto, não podemos deixar de lado que para o grupo da RCB agregar as figuras da capa tornou-se uma forma de compensar as mensagens que foram silenciadas dentro dos textos da revista.

A supressão das seções temáticas foi outra medida adotada a partir do volume 11-12. Parece uma estratégia editorial relevante uma vez que as seções serviam de guia da organização e orientação de leitura, conseqüentemente servia ao público leitor e para a ‘repressão’ procurar textos ‘subversivos’. Todas as seções foram suprimidas, logo os textos sobre política nacional, política internacional, economia, problemas culturais e filosóficos foram distribuídos ao longo da publicação, o que diluiu o sentido dos textos tornando mais difícil apreender o sentido global do volume. Em tempos de acirramento político, tal estratégia era importante; Ênio Silveira relatou a incompetência e a ignorância de muitos censores como a apreensão do livro *O Vermelho e o Negro* de Stendhal supondo tratar-se de obra subversiva. Assim, não é descabido pensarmos que o primeiro texto da terceira fase da revista utiliza o título *O trono de Macbeth*²⁹¹ para atacar o regime por meio de sua aparência mais “inocente” do que uma eventual “Terceira epístola ao Marechal”.

Outro elemento a se destacar foi que a partir do volume 13 aparece, na maior parte dos textos, um breve parágrafo com a indicação da formação dos autores, das obras publicadas, da nacionalidade, dos cargos ocupados, o que contribuiu para legitimá-los, uma vez que muitos eram desconhecidos do público brasileiro.

Convém ressaltar ainda que foram publicados três cadernos especiais. Em novembro de 1967 saiu o primeiro deles: *A revolução russa cinquenta anos de história*, nele havia uma nota explicava que indicava a produção de mais dois especiais. Em julho de 1968 foi publicado o segundo: *Teatro e Realidade Brasileira*. No entanto, o terceiro, *Função e Responsabilidade do Intelectual no Mundo Moderno*²⁹², noticiado no primeiro especial não chegou a ser publicado. Novamente o que não foi dito, ou publicado, tem relevância, pois aponta para a dificuldade de a publicação discutir tal temática. O terceiro exemplar especial veio a público somente em setembro de 1968 e tinha o título:

²⁹¹ PROENÇA, M. Cavalcanti. O trono de Macbeth. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 08, dez.1966-mar.1967.

²⁹² APRESENTAÇÃO. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. especial 01, p. 03, nov.1967.

Tchecoslováquia – Análise dos aspectos políticos, econômicos e culturais da crise de agosto. Da escolha para o terceiro especial percebemos o sintomático crescimento das discussões sobre a política internacional.

4.2 AS ÚLTIMAS ESCOLHAS E ENGAJAMENTOS DA RCB

Na última fase da revista, questões que antes não eram tratadas ou apenas apareciam subsidiariamente emergiram com vigor; o modo de produzir os embates com o regime ditatorial se transformou tornando-se mais discreto. Para analisar essas modificações, dividiremos os aspectos temáticos, tal como fizemos nas fases anteriores, em três tópicos: política nacional, política internacional e questões comportamentais.

Ao proceder a uma análise quantitativa e qualitativa, constatamos que houve redução dos textos de embate direto ao regime precisamente no momento em que as disputas na sociedade civil e no âmbito político foram acirradas. Emergiram discussões teóricas e textos que tinham relação preponderante com a política externa e as questões comportamentais.

Antes, convém destacar que a falta de divisão dos textos por seções dificultou a nossa análise, e para manter a coerência do trabalho nosso recorte privilegiou os itens que abordamos nas duas primeiras fases, apesar de, por óbvio, questões que dizem respeito à música, ao teatro, ao cinema, a literatura têm relação direta com as políticas nacional e internacional.

A política nacional, no sentido estrito das ações de governo no âmbito da repressão e da ordem econômica, foi tratada em diversos textos na terceira fase da RCB; no entanto, o trato da repressão foi minimizado, o que gerou algumas análises distorcidas da dinâmica da publicação, como a de Carlos Guilherme MOTA, para quem, a partir do

... número 13, de abril de 67 (a capa é Mao Tsé Tung), nota-se a pretensão de uma nova frente de intelectuais que, um pouco diversamente da orientação de Ênio Silveira, Cavalcanti Proença, Nelson Werneck Sodré e outros, não teve uma ligação tão profunda com o populismo, surgindo assim, em condições de analisar mais eficazmente o presente" (...) "o editorial do número 13 revela o novo impulso, um tanto rebelde, contra esquemas e modelos pré-fabricados de análise, nos quais procurava enquadrar a realidade" (...) Desaparecem a ironia e o tom panfletário. O debate político e cultural toma rumos mais

concretos, e o editorial "Dois anos de R.C.B" será disso um indicador. Nesse período começa a fermentar - dentro das esquerdas - a discussão em torno da estratégia política mais adequada aos processos emergentes, a questão da luta armada e da via política etc. No plano teórico, não constituirá surpresa verificar que, no lugar de textos de Lucien Goldmann, começam a aparecer análises de Marcuse e Adorno (1968)²⁹³.

Divergimos das explicações de Carlos Guilherme Mota, pois uma análise mais apurada da publicação parece evidenciar que a pluralidade teórica sempre marcou a revista, como relatamos nas análises das fases anteriores. Ademais, ao contrário do que disse Mota, Lucien Goldman voltou a ser publicado no exemplar 16²⁹⁴, e Marcuse, que foi publicado duas vezes pela RCB²⁹⁵, recebeu severa crítica no volume 19-20 por parte de Renato Guimarães²⁹⁶. Os autores ligados ao 'populismo' como diriam Mota e Pecaú permaneceram, e Nelson Werneck Sodré, por exemplo, foi o autor que mais textos publicou na RCB (dezoito, no total) mantendo sua coluna *O momento literário* até o último exemplar.

Os textos da revista que tratavam da repressão do regime militar   sociedade, em geral, e   imprensa, em particular, foram os principais alvos de transforma es nesta terceira fase. Em primeiro lugar, notamos a diminui o de tais textos se compararmos com as duas fases anteriores. Até o volume 9-10 era comum encontrar na abertura da revista editoriais ou cartas abertas contra o regime, e, como mostrado nos apêndices 1 e 2, foram totalizados 34 textos, nas duas primeiras fases, entre editoriais e política nacional, ligados ao confronto com o regime. Na terceira fase se deu o oposto, foram raras as oportunidades em que ocorreu a discussão aberta e direta da revista em razão das a es do regime militar. Dos nove volumes regulares publicados, seis deles foram abertos por textos que diziam respeito a questões internacionais ou comportamentais e escritos por autores estrangeiros como Sartre,

²⁹³ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**: 1933-1974. Pontos de partida para uma revisão histórica. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 206-7.

²⁹⁴ GOLDMANN, Lucien. A reifica o. **Revista Civiliza o Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 119-158, nov-dez.1967. p. 206-207.

²⁹⁵ MARCUSE, Herbert. Liberdade e agressão na sociedade tecnológica. **Revista Civiliza o Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 03-12, mar.-abr.1968; MARCUSE, Herbert. Finalidade, formas e perspectivas da oposi o estudantil nos Estados Unidos. **Revista Civiliza o Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 79-90, set.-dez.1968.

²⁹⁶ GUIMARÃES, Renato. 'O Esquerdismo': doença senil do anticomunismo. **Revista Civiliza o Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 131-168, maio-ago.1968. Renato Guimarães era jornalista ligado ao PCB como responsável pelo departamento de educa o. Foi preso em 1975 e torturado. Atualmente   editor e publicou Travessia: da tortura e dos meios de resistir a ela. pela editora REVAN.

Marcuse, Andre Gorz, Juliet Mitchel o que mostra que a RCB manteve-se engajada com as discussões do seu tempo, que extrapolavam a mera crítica ao regime.

O texto paradigma da terceira fase, no que tange ao trato da política interna, foi *O trono de Macbeht* na revista 11-12. Típico exemplo de embate direto com exaltações claras contra o regime em que enfatizava: “o conflito básico é o choque entre nação e antinação, entre autonomia e imperialismo, entre desenvolvimento e estagnação. O Brasil encontrará saídas para a sua crise institucional na medida em que se liberte dos esquemas ditados por uma luta hegemônica que se identifica com a Guerra Fria”²⁹⁷. No entanto, seu tom duro era parcialmente camuflado pelo título que se referia ao clássico de Shakespeare.

O editorial *Dois anos de RCB* agiu de forma distinta, ao invés de ataques diretos ao regime valeu-se de eufemismos e colocações vagas para enaltecer a ação dos intelectuais e da revista

Com este número iniciamos o terceiro ano do nosso empenho em contribuir para a formação de uma cultura autenticamente brasileira. Sabemos que nenhuma interpretação de mundo é válida se não tomar em conta, e como ponto de partida, os dados das realidades fundamentais que a existencializam e dentro dos quais ela se situa como liberdade ou ação. Sabemos também que não é fácil definir essas realidades fundamentais: entre elas, sempre em movimento, e nós, ergue-se a alienante teia dos esquemas feitos, das ‘verdades’ estabelecidas, dos preconceitos, do cotidiano enevoado em toda a sua mítica espessura pela irracionalidade dos imediatismos e das mistificações, reflexivamente resultantes de uma série de condicionamentos. Fácil ou difícil, isso não importa. O que é importante é não esquecer que sem indagar, a qualquer preço, pela verdade dessas realidades, a função do intelectual perde a sua capacidade criadora e desce ao nível dos atos em que o homem avilta em si a humanidade inteira ao aviltar-se na consciência de um definido dever que o redimia. Tarefa crescentemente difícil, o importante é que isto é o que vimos tentando – com muitos tropeços e dúvidas e erros – durante esses dois anos de luta em um período que toda a Nação conhece, e durante o qual o manifesto apoio das camadas sociais mais lúcidas do País foi o principal alento que tivemos (...)

a REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA se encontra aberta a todo trabalho que traga uma contribuição válida para o desenvolvimento de nossa terra e da nossa gente. **Isto porque a nossa FINALIDADE MAIOR**, aquela que fundamentalmente nos justifica é a de nos esforçarmos em ser uma publicação para todas as expressões de pensamento em que se representam verdadeiramente as forças vivas da atual História brasileira, aqueles que ora lutam por uma real emancipação econômica e cultural do nosso povo e por sua integração como destino soberanamente assumido, numa humanidade que busca libertar-se cada vez mais de todos os sistemas de opressão ou da exploração do homem pelo homem.²⁹⁸

Tal editorial celebrava os dois anos de existência da revista, o novo visual da RCB, mas nos parece que para prosseguir foi necessário mitigar o embate direto sem

²⁹⁷ PROENÇA, M. Cavalcanti. O trono de Macbeth. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 08, dez.1966-mar.1967.

²⁹⁸ DOIS anos de RCB. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 13, p. 03, maio.1967.

afastar-se do eixo da cultura de esquerda de então. Parece-nos que tal texto é o epítáfio que marca a guinada que a publicação impõe a si mesma, depois dele poucos textos realmente trataram do embate direto contra o regime e não houve texto de abertura ou editorial atacando de forma direta o regime.

Outra situação emblemática dessa mudança envolveu o caso da liberação de obras da Editora Civilização Brasileira apreendidas indevidamente²⁹⁹. Desta vez, houve apenas o registro de sua liberação. A arbitrariedade do regime não foi comentada, já estava evidente mediante a interdição.

Dois outros textos dão dimensão do que mencionamos acima. A censura aos teatros, que fora noticiada na primeira fase por meio do texto *O berço do herói*, de Dias Gomes³⁰⁰ de modo direto e incisivo, foi novamente discutida na terceira fase, mas agora de modo sutil e sem a ênfase de outrora, limitando-se no texto *Censura, princípios e recomendações*, publicado no Especial 02, a sugerir medidas para o impasse da censura no país. Laconicamente o texto defendeu medidas para proteger a liberdade artística num programa em que os censores não pudessem intervir no conteúdo, tampouco impor recomendações críticas sobre a obra, ou seja, a censura deveria ser somente classificatória da obra e não interditória³⁰¹.

O segundo caso se deu no último exemplar da RCB que trouxe, como seu último texto, um singela *Carta do Sindicato Nacional dos Editores de Livros à Direção da Editora Civilização Brasileira* em que “deplora vivamente este Sindicato o atentado de que foram vítimas diversos estabelecimentos e imóveis, dentre os quais a Livraria Civilização Brasileira”³⁰². Nesse caso, em dezembro de 1968, véspera do AI-5, era evidente que um editorial contra o regime estava fora de questão. As regras do jogo político³⁰³ tinham se alterado desde o início do regime e a violência da repressão impôs uma autocensura à revista. Mesmo assim, a violência estava denunciada e retratada como memória do período militar. O grupo editorial da ECB estava sendo

²⁹⁹ JUSTIÇA libera obras apreendidas. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 223-228, maio 1967.

³⁰⁰ GOMES, Dias. O berço do herói. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 04, p. 257-268, set. 1965.

³⁰¹ CENSURA, princípios e recomendações. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 273-280, jul. 1968.

³⁰² CARTA do Sindicato Nacional dos Editores de Livros à Direção da Editora Civilização Brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 233-234, set-dez. 1968.

³⁰³ “o processamento dos jogos [políticos] não é diretamente interdependente. Em cada um dos jogos, A é esmagadoramente mais poderoso; tem um alto grau de controle sobre o adversário como sobre o decurso do próprio jogo”. ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa: Edições 70, s.d. p. 90.

encurralado nos últimos anos pela ditadura e tal carta parece ser o ápice do registro silencioso daquilo que não foi dito, do editorial veemente contra a ditadura que não pode ser escrito ou o silêncio daqueles que estavam sendo vencidos³⁰⁴. Parece que a revista tinha em mente “saber jogar segundo as regras do jogo até o limite, indo até a transgressão, permanecendo na regra”³⁰⁵. Desse modo, ela procurou agir durante toda a sua existência e a estratégia transpareceu de modo mais efetivo quando o regime acirrou a repressão, seu gradativo silenciamento no embate direto contra o regime militar não pode ser tomado como uma mudança da linha editorial mas sim como uma estratégia de sobrevivência.

Os temores dos editores da RCB eram fundados, afinal, a repressão do governo Costa e Silva valia-se da institucionalização do regime com a nova Constituição, Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional e, ainda, por vezes, do seu aparato repressivo extralegal como atentados e prisões ilegais. Nesse quadro, o tratamento de questões da política nacional precisava ser mais cauteloso.

No período, a união de forças, a Frente Única³⁰⁶, e até mesmo a guerrilha eram objeto de discussões infundáveis. O filme *Terra em Transe* de Glauber Rocha de 1967 é tido como um produto e uma síntese desse período em que a sugestão de guerrilha é colocada em meio a uma série de alegorias³⁰⁷. Não houve sistemática guerrilha em 1967, mas o ano é tido como foco inicial de sua preparação havendo algumas ações no período que correspondeu à terceira fase da RCB, tal como o atentado ao candidato Costa e Silva e alguns roubos a banco. A publicação não deixou de tratar do tema, fazendo-o, como convinha a uma revista de seu porte, abertamente nas posições contrárias a guerrilha e muito sutilmente nas discussões que poderiam dar a entender que ela fosse uma solução. No primeiro sentido, Paulo FRANCIS no texto *Opções* destacou

... a revolução é só conversa. A frase deve ser entendida literalmente sem ironia. Palavras sobre a luta armada só fazem sentido se há luta armada, ou como prévias a curto prazo. E não há nada disso aqui. Se houver, ao menos no momento, o povo que os radicais

³⁰⁴ Tomamos aqui com liberdade a expressão conhecidíssima de Edgar De Decca em obra homônima. DECCA, Edgar Salvadori de. **1930: o silêncio dos vencidos**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. *Habitus, code et codification*. In: *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, n. 64. set., p. 40-4, 1986.

³⁰⁶ A Frente Única foi forjada em outubro de 1966 tendo como principais expoentes Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, posteriormente incluindo João Goulart e foi proibida em 05.04.1968 por Costa e Silva.

³⁰⁷ Sobre o cinema novo ver SERPA, Miguel Pereira. O cinema novo na Revista Civilização Brasileira. Tese de doutoramento. Escola de comunicação e artes (ECA), FFLCH/USP, 2001

pretendem salvar ajudará polícia e exército a caçá-los, 'indignado com a violação de seus sentimentos cristãos e pacíficos'.³⁰⁸

No mesmo a RCB publicou *A revolução cubana e a teoria dos focos insurrecionais* fazendo reparos ao 'foquismo' porque para ele tal 'estranha teoria' partiria da experiência cubana e tomaria como verdade que todas as condições objetivas necessárias à revolução, e de algumas subjetivas, estariam presentes, no entanto, a seu ver

... para nós a grande lição da revolução cubana é clara: a esquerda, isolada, lutando por objetivos inacessíveis às massas de milhões, não pode derrotar o imperialismo norte-americano. Somente a mais ampla frente única voltada contra o inimigo principal pode fazê-lo. E a formação dessa frente depende do estabelecimento de um programa mínimo capaz de se compreendido pela maioria esmagadora do povo.³⁰⁹

De outro lado, as menções que poderíamos extrair em favor da guerrilha são poucas e carecem de uma interpretação extensiva. O primeiro exemplo disso extraímos do penúltimo volume da segunda fase da RCB em que Otto Maria CARPEAUX mencionou, ao analisar a questão do golpe na Argentina, que

... admitimos o fato de que golpe não é igual a golpe. Os métodos são os mesmos e também são os mesmos, na América Latina, os golpistas. Mas a função do golpe mudou. Ele é hoje, um recurso típico da política internacional. A esse respeito, os golpes da Segunda metade do século XX são algo de novo. Será preciso opor-lhes, também, algo de novo: e esse novo já existe. É a **guerrilha**.³¹⁰

Noutro texto, agora da terceira fase, o autor foi muito mais sutil e falou que se os dirigentes da ditadura se colocam sobre a lei "mas 'acima da lei' também significa: 'fora da lei'. E provoca fatalmente a reação fora da lei dos governados"³¹¹. Que seria tal reação fora da lei? Seria um exagero interpretar como uma defesa à guerrilha?

O já mencionado texto *O trono de Macbeth* defendia, de modo sutil, a desobediência civil, quem sabe mesmo a guerrilha, pois termina mencionando que "se a situação que vivemos nos traz à lembrança a história de Macbeth, é bom não esquecer que a profecia das bruxas foi cumprida até o fim: as florestas de Birnam

³⁰⁸ FRANCIS, Paulo. Opções. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 67-71, maio-ago. 1968.

³⁰⁹ ARAÚJO, G. Luiz. A revolução cubana e a teoria dos focos insurrecionais. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 85-108, jul. 1967.p. 108.

³¹⁰ CARPEAUX, Otto Maria. O golpe argentino e os golpes. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 35-36, jul. 1966.p. 36.

³¹¹ CARPEAUX, Otto Maria. Vamos encarar, sem ilusões, a realidade. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 75-78, jul. 1967. p. 77.

acabaram chegando a Dusinane. Ao longo da História, o povo acaba sempre derrubando o muro de todos os castelos que se transformam em Bastilhas”³¹².

Desse modo, concluímos no âmbito dos enfrentamentos diretos ao regime que a RCB se modificou para permanecer lutando, e não eram retóricas as palavras dos editoriais da revista que apontavam ser o papel dos intelectuais promover esse debate, lançando mão de diferentes estratégias.

A idéia de pluralidade também se confirma na terceira fase ao encontrarmos textos de intelectuais de diversos matizes sendo publicados pela revista, a exemplo do uspiano Florestan FERNANDES, que destacava que “o sociólogo divorcia-se do homem de ação, não porque a prática seja incompatível com a ciência, mas porque esta não pode nem deve converter-se em meio de propaganda ou de dominação políticas”³¹³ e de Dias GOMES, secretário geral da RCB, para quem

... o homem engajado permanece um homem livre, isto é, que se liberta permanentemente pela humanização. O artista, ao engajar-se, não abdica da menor parcela de sua liberdade, ao contrário, ele a ganha, permanentemente. Pois a liberdade não é um estado, é um ato. O artista engajado exerce a liberdade sob a forma de libertação contínua³¹⁴.

Se a discussão sobre as ações arbitrárias do regime militar sofreu um retrocesso na última fase da publicação, podemos dizer que o trato das questões econômicas se manteve com defensores do nacionalismo e desenvolvimentismo e pensadores de outras linhas. Ou seja, essas análises eram feitas por intelectuais de diversos matizes, como os integrantes da escola sociológica de São Paulo, os membros do PCB etc.

Nesse debate Florestan FERNANDES enfatizava que, dentro do padrão de civilização transplantado para o Brasil, caberia à economia dar lastro aos padrões ideais de integração da ordem social porque “a ‘economia’ está na base do que sucede com a herança cultural transplantada”³¹⁵. Neste tipo de análise foi publicado pela RCB:

³¹² O TRONO de Macbeth. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 03-11, dez.1966-mar. 1967. p. 10. Como trata o texto clássico de Shakespeare Macbeth é vitimado ao final de seus golpes pela tomada de seu poder através da violência mais improvável profetizada pelas bruxas, as florestas de Birnam acabaram vindo a Dusidane e tomando o seu poder. SHAKESPEARE, Willian. **Macbeth**. Porto Alegre: Nova Cultural, 2003.

³¹³ FERNANDES, Florestan. Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 11-37, dez.1966-mar. 1967. p. 13.

³¹⁴ GOMES, Dias. O engajamento: uma prática da liberdade. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 07-18, jul. 1968. p. 16.

³¹⁵ FERNANDES, Florestan. Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 11-37, dez.1966-mar. 1967. p. 34.

*Análise empírica de dados sobre a mobilidade social nos anos de 1959 a 1964*³¹⁶ (realizada entre 1963 e 1966), e ainda Luciano MARTINS, autor da *Formação do empresariado industrial no Brasil* em que fazia uma comparação dessa formação em duas fases 1914-1938 e 1938-1962, questionando a política de substituições de importações e

... o que se sugere (...) é que a contradição que alimenta a dinâmica da substituição de importações (superação e reconstituição, em outros termos, do estrangulamento externo) tem sua correspondência numa contradição análoga que anima a formação do empresariado industrial (superação e reconstituição em outros termos, de sua posição não hegemônica). Em outras palavras: emergência e preponderância relativa face ao Estado e ao capital estrangeiro nas etapas finais da substituição de importações.³¹⁷

As políticas econômicas dos governos de Castelo Branco e Costa e Silva foram objeto de análise em outros textos como o de Domar Campos denominado *Inflação e desenvolvimento*³¹⁸ e do *Debate sobre a política econômica do Governo Castelo Branco*³¹⁹ em que se transcrevia uma discussão havida entre Gilberto Paim, Fausto Cupertino, Domar Campos, Cid Silveira e Wilson Fadul. O espaço da RCB abria-se para autores que divergiam da linha editorial da revista como Gilberto Paim³²⁰, que neste debate promoveu críticas ao Iseb do qual participara. No entanto, a RCB deixava claro o direito de defesa do Iseb nacionalista, publicando no mesmo exemplar texto de Domar Campos, *Resposta a uma acusação injusta*³²¹.

O debate das questões econômicas enveredou pela crítica a alguns aspectos pontuais da política econômica do regime, a exemplo do trabalho de Osny Duarte

³¹⁶ SILVA, Armando Correa da. Estrutura e mobilidade social do proletariado urbano em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 57-90, maio 1967.

³¹⁷ MARTINS, Luciano. Formação do empresariado industrial no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 91-132, maio 1967. p. 131. Ainda sobre o desenvolvimento da burguesia no Brasil temos publicado na RCB o texto de Fernando Henrique Cardoso no seu *Hegemonia burguesa e independência econômica: raízes estruturais da crise política brasileira*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 67-96, jan.-fev. 1968, em que trata das origens sociais da burguesia industrial brasileira, suas conseqüências políticas `trata to esgotamento do papel da burguesia como impelidora do desenvolvimento nacional e das hipóteses do desenvolvimento com a aliança em face dos setores monopolistas (o que a transformaria em peça de museu) ou como caudatária de um investimento público.

³¹⁸ “entretanto, entre a industrialização (já agora de bens de produção – veículos, navios, etc.) o enriquecimento da população, a inflação cada vez maior, o endividamento externo e o desequilíbrio orçamentário, o Brasil mudou a sua qualidade econômica e social. E não apenas no que nos revela o crescimento do Produto Nacional Bruto e produto per capita, mas na formação de uma estrutura melhor aparelhada para enfrentar os embates que, fatalmente, iriam surgir decorrentes do processo de crescimento de uma nação subdesenvolvida, extremamente complexa em todos os sentidos, ainda agarrada a vínculos coloniais, neocoloniais, feudais, pré-capitalistas, e, sobretudo, indecisa diante das responsabilidades do começo da fase capitalista com suas virtudes e defeitos igualmente amplos e profundos” CAMPOS, Domar. *Inflação e desenvolvimento*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 109-122 jul. 1967. p. 119.

³¹⁹ DEBATE sobre a política econômica do Governo Castelo Branco. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 147-190, set. 1967.

³²⁰ Gilberto Paim era jornalista, ex-integrante do ISEB e do partido comunista, mas que no debate divergiu do posicionamento do instituto defendendo posições próximas a do governo Castelo Branco.

³²¹ CAMPOS, Domar. Resposta a uma acusação injusta. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 191-200, set. 1967. p. 197. No próximo item, 4.3, discutiremos tal procedimento a partir do conceito de cultura política.

Pereira *A lei de remessa de lucros no Brasil*³²², em que se fez um histórico da lei de remessa de lucros e da falta de teto a partir de 1964. Maria Iedda Leite Linhares³²³ analisou o neocolonialismo dos anos 50 e os problemas econômicos que dele derivam no texto *O capitalismo: seus novos métodos de ação*³²⁴.

A análise da questão política mesclava fatores da ordem nacional e internacional; os textos que tratavam do ensino universitário são exemplos disso. Foram vários os textos publicados - e em especial na terceira fase - que abordavam o assunto desde a *Denúncia os problemas da organização do ensino universitário*, que tratava da falta de estrutura econômica até os problemas econômicos dos discentes, docentes. Publicou-se também sobre problemas curriculares³²⁵ e pessoais nas instituições de ensino superior³²⁶, no entanto, a temática servia para associar a ingerência da ditadura no ensino superior e a aproximação com a USAID, a violência contra as universidades latino-americanas, tal como no texto a *Ex-universidade de Brasília* que abordava a demissão sumária de 15 professores e o pedido coletivo de demissão de 210 colegas 95% do corpo docente³²⁷.

O texto do norte-americano Ted GOERTZEL contrapunha as formas de produzir o saber revolucionário e empresarial enfatizando: “o plano que a USAID tem para o Brasil é remodelar as universidades de acordo com o que os planejadores pensam ser a melhor parte do sistema universitário americano – basicamente incrementar a educação técnica”³²⁸.

Noutra abordagem da mesma temática José Lopes Leite discutia em *A ciência do terceiro mundo* a forma desigual de construção do saber científico nos

³²² Osny Duarte PEREIRA *A lei de remessa de lucros no Brasil*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 201-212, set. 1967. Osny Duarte Pereira (1912-2000) era formado em direito com carreira no judiciário onde chegou a desembargador. Na carreira acadêmica seguiu pela ciência política, dirigiu o Departamento Político do ISEB.

³²³ Maria Iedda Leite Linhares era professora catedrática de História Moderna e Contemporânea da UFRJ, estudou na Universidade de Columbia e foi diretora da Radio Ministério da Educação e Cultura.

³²⁴ LINHARES, Maria Iedda Leite. *O capitalismo: seus novos métodos de ação*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 65-90, set. 1967.

³²⁵ AZEVEDO, Fernando de. *O problema universitário*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 199-220, nov-dez.1967.

³²⁶ RODRIGUES, José Honório. *O ensino superior da história e a reforma universitária*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 03-26, set-dez. 1968.

³²⁷ Noutro texto, A. L. Machado Neto traz no texto *A ex-universidade de Brasília significação e crise*. MACHADO NETO, A. L. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 139-158, jul. 1967. Fala do histórico da falta de universidades no Brasil.

³²⁸ GOERTZEL, Ted. *Mec-usaid ideologia de desenvolvimento americano aplicado a educação superior brasileira*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 123-138, jul. 1967. p. 132.

países subdesenvolvidos e os seus usos, sugerindo uma série de medidas para superar tal atraso.³²⁹

Percebemos que as tendências de terceiro-mundismo e o antiimperialismo foram acirradas transformando a política internacional em um foco privilegiado para tratar do neocolonialismo imperialista na América latina, o conflito do Vietnã, a crise no mundo socialista etc. Talvez o fechamento definitivo da revista *Política Externa Independente*, cujo último volume fora publicado em março de 1966, tenha feito a temática ser absorvida e privilegiada na RCB.

O conflito no Vietnã ocupou espaço significativo na RCB; foram publicados textos que ironizavam o discurso norte-americano para construir um país democrático no Vietnã por meio da guerra³³⁰ e alertas aos cidadãos americanos para buscarem a tomada de consciência e refletirem sobre as conseqüências do conflito evitando que se tornassem “uma nação de Eichmanns³³¹. Denunciou-se também o projeto Camelot que pretendia utilizar a Universidade de Michigan para treinar agentes da CIA para atuar no Vietnã³³². As intervenções norte-americanas na América latina, Venezuela, Peru, Guatemala, Colômbia, serviram de base para texto que questionava se a América latina não seria o próximo Vietnã³³³. Assim como se destacava o processo de militarização e concessão de armas a grupos pró-EUA na América latina, em especial a América central³³⁴, preocupação que era compartilhada por Octávio Ianni quando abordou ser “é ilusório pensar que a ajuda militar oferecida pelos Estados Unidos à América Latina não afeta a vida política de cada país. Geralmente, ela funciona no sentido de consolidar o poder de grupos dominantes, adversos às reformas sociais [e o

³²⁹ LOPES, José Leite. A ciência do terceiro mundo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 255-258, jan.-fev. 1968. Ted Goertzel na época era graduado pela Washington Universit, de St. Louis, Missouri, e fazia pesquisas no Brasil para conclusão da sua tese de doutoramento. Atualmente é professor de sociologia da Universidade de Rutgers em Nova Jersey.

³³⁰ O NEOCOLONIALISMO dos Estados Unidos no Vietname. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 233-241, mar.-abr. 1968.

³³¹ FROMM, Erich. Abaixo a morte! **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 79—84, jul. 1967.

³³² A denuncia de que “não há necessidade de se aceitar a militarização da ciência social como o preço da relevância. A noção de uma ciência social aplicada é uma alternativa significativa à torre de marfim e a formas irrelevantes de pesquisa; mas não é menos uma alternativa à bestialidade” HOROWITZ, Irving Louis. Uma universidade e a Cia: um dilema para a ciência social. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 45-56, maio 1967. p. 54. Nesse mesmo sentido publicou-se um alerta para o risco de militarização da sociedade americana. Denuncia o intervencionismo em 50 países .MCCARTHY, Eugene J. A militarização da América. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 41-44, set-dez. 1968.

³³³ GERASSI, John. América latina – o próximo Vietname? **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 51-64, set. 1967.

³³⁴ SAXE-FERNANDES, John. A assistência militar dos USA e a paz americana. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 107-126, set. 1967.

fez citando a existência de 106] substituições ilegais e não-programadas de governantes em toda a América Latina no período de 1930-1965, sendo 5 delas no Brasil³³⁵.

A tais análises antiimperialistas somar-se-ia o terceiro-mundismo de Jean-Paul Sartre, cujo texto *O crime*³³⁶ relatava a existência de um Tribunal Internacional organizado por Bertrand Russel para julgar os culpados da guerra do Vietnã. Cerca de um ano depois, a RCB publicou o resultado do julgamento no texto *O genocídio* com a efetiva condenação em que Sartre foi o relator³³⁷.

O imperialismo norte-americano não era o único alvo das discussões da política internacional, seguindo a linha da revista *Política Externa Independente* e procurando ser uma memória do seu tempo, a RCB enfocou também a crise política no mundo socialista, intensificada quando a URSS e outros quatro países do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia, em 1968, acabando com a Primavera de Praga. Para tratar do tema da invasão soviética que barrou o avanço de reformas democráticas na Tchecoslováquia foi editado o Especial 03. Segundo a RCB, o assunto ultrapassava fronteiras geográficas e a discussão interna nos partidos comunistas, e seu desfecho “lançou perplexidade e dúvida entre milhões de pessoas que vêem no socialismo a única arma capaz de promover a revolução social exigida pelo mundo de hoje”³³⁸. O enfoque foi o desenvolvimento econômico e o atraso político em que alguns países socialistas viviam³³⁹. Em crítica à invasão soviética, fez-se um a analogia dela com o golpe militar de 1964, destacando:

... a agência Tass, refletindo o constrangimento do governo soviético ante a onda de protestos que se levantou em todo o mundo, espalhou aos quatro ventos que a invasão se justificava pela necessidade de reprimir as forças ‘contra-revolucionárias’ que estariam prestes a tomar o poder na Tchecoslováquia. Talvez seja oportuno lembrar aqui que nós brasileiros ouvimos também justificativa parecida, em sentido contrário, a 1º de abril de 1964³⁴⁰.

³³⁵ IANNI, Octávio. Os Estados Unidos e a situação latino-americana. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 45-62, set-dez. 1968. p. 157.

³³⁶ SARTRE, Jean Paul. O crime. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 38-37, dez.1966-mar. 1967.

³³⁷ SARTRE, Jean Paul. O genocídio. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 03-18, jan.-fev. 1968. Tratava da condenação dos EUA pela guerra do Vietnã a partir do tribunal de Bertrand Russel. Sartre ficou incumbido como relator.

³³⁸ CRISE no mundo socialista. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 03, p. 05-14 set. 1968. p. 06.

³³⁹ “A denúncia corajosa dos crimes da era Stalin e a severa crítica do culto da personalidade, aliadas à política de coexistência pacífica, conseguiram criar no estrangeiro, com o passar dos anos, uma imagem mais simpática da União Soviética e dos países socialistas da Europa Oriental”. Id.

³⁴⁰ CRISE no mundo socialista. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 03, p. 05-14 set. 1968. p. 09-10.

A posição dos intelectuais brasileiros foi trazida pela RCB num manifesto que consignava “socialismo é liberdade. O socialismo, que por sua essência não admite a exploração do homem pelo homem, por isso mesmo não pode admitir quaisquer razões políticas e econômicas que justifiquem a dominação de um povo”³⁴¹.

O último tema que selecionamos para tratar na publicação diz respeito às questões comportamentais. Apesar de existirem textos sobre a temática em toda a publicação é válido dizer que a terceira fase da publicação confere uma importância impar à questão.

Essa fase vivenciou o esgotamento das possibilidades de discussões abertas sobre questões da política em sentido estrito. Dessa configuração do jogo político emergiram abordagens temáticas que diziam respeito a vanguardas e transformações comportamentais dos anos 60, politizando tais discussões. Para se ter idéia, as capas foscas da primeira e segunda fase traziam como matérias de destaque *Condições e perspectivas da política brasileira; Plano econômico de Castelo Branco porque não terá êxito; Aspectos políticos da revolução brasileira; 1º aniversário do golpe, quem deu e quem levou; A arte dos pobres apavora os generais; Primeira epístola ao marechal; Censura e liberdade; Introdução ao controle da opinião pública; Causas da derrocada de 1º de abril; As universidades e os golpes na América Latina* dentre outros (anexos 1 e 3). No entanto, a terceira fase trouxe as suas novas capas e as matérias de abertura distintas, tais como *Mulheres, a mais longa marcha; Olhe onde pisa negro; A rebelião dos estudantes* (anexo 5). Ou seja, se nas primeiras fases da RCB a atenção era chamada pelo embate político contra o regime, na terceira o destaque direcionava-se às questões internacionais e comportamentais. Essa estratégia foi descrita recentemente por Lauro Cezar MUNIZ, que fala da *tática da fresta*: “conseguimos burlar a vigilância com temas sutilmente libertários, como divórcio, feminismo, anti-racismo. Em Escalada, eu estava proibido de mencionar o nome de Jucelino Kubitschek, nem por apelido ou sigla.

³⁴¹ MANIFESTO de intelectuais brasileiros. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 03, p. 387, set. 1968. A revista, frise-se iniciara a publicação de especiais com um dedicado aos 50 anos da revolução russa em que o editorial apontava “assim, depois de fixar sua posição no editorial, oferece à leitura atenta de todos os progressistas brasileiros um documentário que lhes permitirá estudar em profundidade as origens dessa crise e meditar sobre suas conseqüências que, como é evidente, ultrapassam fronteiras geográficas e dizem respeito à própria evolução do homem rumo à uma sociedade sem classes”
NOTA de abertura. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 03, p. 03, set. 1968. p. 03.

Encontrei um caminho fazendo um personagem assoviar Peixe Vivo, música-símbolo de JK”³⁴².

Quanto ao conteúdo, podemos dizer que a revista incluiu a situação das mulheres no texto Juliet MITCHEL que abordava o “problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação [tomado como] reconhecido por todos os grandes pensadores socialistas do século dezenove. Faz parte da herança clássica do movimento revolucionário”³⁴³; tocou em temas polêmicos criticando comportamentos e discutindo a figura do casamento burguês; o papel da mulher e o homossexualismo

... a sociedade burguesa atualmente pode bem arcar com uma área de jogo sexual pré-marital não-procriativo. Mesmo o casamento pode salvar-se aumentando os índices de divórcio e recasamentos, significando a importância da própria instituição. Estas considerações tornam claro que a sexualidade, embora possa presentemente conter o maior potencial para a libertação – pode igualmente ser organizada contra qualquer aumento de suas possibilidades humanas [...] a legalização do homossexualismo – que é uma das formas de sexualidade não-reprodutiva – deveria ser apoiada exatamente pela mesma razão, e as campanhas regressivas contra ele em cuba ou qualquer outra parte deveriam ser criticadas sem hesitação.³⁴⁴

Devemos lembrar que a revolução sexual dos anos sessenta, então em marcha, nem sempre era bem vista pela própria esquerda como assinala Ana Maria COLLING “eram tempos difíceis aqueles da ditadura militar. Especialmente para as mulheres que tinham que lutar contra o inimigo externo – os militares -, e com o interno – as organizações de esquerda, que olhavam aquele movimento “com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obscuro”³⁴⁵, logo, a publicação do texto de Juliet Mitchell aponta o engajamento da RCB com as discussões comportamentais do seu tempo.

A temática do comportamento dos jovens teve o debate elastecido na terceira parte da RCB. Marialice FORACHI destacou que “o movimento estudantil tem procurado ater-se a essas diretrizes gerais, socialistas e humanas. Desenvolvendo grande capacidade de organização e arregimentação, transformou-se num movimento de massa urbana, capaz de colocar cem mil pessoas na rua, conforme noticiaram os jornais, e de “devolver ao

³⁴² SANCHES. Pedro Alexandre. Subversivos globais. **Carta capital**. Rio de Janeiro, v. 393, p. 52-54, ano XII, 17.5.2006. p. 54.

³⁴³ MITCHELL, Juliet. Mulheres, a revolução mais longa. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 5-42, jul. 1967. P. 06. Juliet Mitchell nascida na Nova Zelândia em 1940 e morando na Inglaterra desde 1944 era à época da RCB jovem intelectual inglesa ligada ao grupo que publicava a *New Left Review*, investigava as ligações entre o marxismo, a psicanálise e o feminismo. Atualmente leciona na Universidade de Cambridge na área de psicologia social.

³⁴⁴ *Ibid.*, p. 39.

³⁴⁵ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 41. A citação dela é de VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: 1988. p. 36.

quadro político um pouco de alento e vitalidade que agora temos”, nas palavras de um jornalista”³⁴⁶. Leandro KONDER destacava em *A rebeldia, os intelectuais e a juventude* que “os estudantes, em sua massa, recusam, desde logo, o ensino que tenha por função essencial prepará-los para integrarem-se num sistema cuja lei é o lucro e do qual “a lei imanente e coercitiva”, como dizia Marx, é a produção pela produção, uma Universidade incumbida, no essencial, de fornecer quadros para empresas privadas. Os estudantes se recusam ser rodas de engrenagem nesse sistema e querem uma cultura que inclua as necessidades técnicas, em lugar de estar subordinados a elas”³⁴⁷.

Percebemos que persistia certa desconfiança quanto aos jovens e a rebeldia comportamental, mas a discussão assumiu espaço na publicação, o que possibilitou novas abordagens e questionamentos. Tal embate aparece de modo claro no documentário sobre *a Rebelião dos estudantes* de maio de 1968 em que se vê uma série de autores de diversos matizes. Num deles SARTRE criticou o PC francês nos seguintes termos: “nada indica que as pessoas que começam uma revolução na França devam ter, para vencer, uma doutrina pronta. Ao contrário, se os estudantes fracassaram, em parte foi porque o PC francês, com sua concepção fechada do marxismo e suas respostas para tudo – tiradas desse ou daquele texto de Lênin – freou seus movimentos”³⁴⁸. Para Roger GARAUDY, o alvo de críticas foi o pensamento de Marcuse - muito lido pelos estudantes –, mas o autor advertia que

... ora, a alma dessa revolução, contrariamente às teses do professore Marcuse, é a classe operária, cuja importância não cessa de crescer, tanto do ponto de vista numérico, como do ponto de vista de seu papel histórico (...) a tese de Marcuse repousa sobre três postulados: uma definição restritiva do conceito de revolução, uma definição mais estreita ainda da classe operária, uma definição perempta das contradições internas no sistema capitalista (...) um marxista não é, pois, essencialmente um erudito comentando os textos de Marx, mas um militante que assimilou suficientemente as teses de Marx para desembaraçar as contradições específicas, próprias a seu povo e a seu tempo. A definição dada por Marcuse é, pois, restritiva e empírica. O mesmo ocorre com sua definição da classe operária.³⁴⁹

³⁴⁶ FORACCHI, Marialice M. Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 65-78, set-dez. 1968. p. 68-69.

³⁴⁷ KONDER, Leandro. *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 135-146, set. 1967. p. 43. Leandro Konder nasceu em 1936, em Petrópolis, filho de Valério Konder, médico sanitário e líder comunista. Formou-se em Direito e na época compunha um grupo de jovens autores ligados a Ênio Silveira. Konder foi obrigado a se exilar em 1972, depois de ser preso e torturado pelo regime militar, e morou na Alemanha e depois na França até o momento de seu regresso ao Brasil em 1978. Doutorou-se em filosofia em 1987 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Atualmente é professor no Departamento de Educação da PUC/RJ e do Departamento de História da UFF.

³⁴⁸ SARTRE, Jean Paul. França, 1968: o que restou de maio. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 60-66, maio-ago. 1968. p. 63.

³⁴⁹ GARAUDY, Roger. A revolta dos estudantes franceses e a revolução. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 39-51, maio-ago. 1968. p. 50.

Sobre o movimento negro a RCB publicou alguns textos como os de Henry Winston em que o presidente do Partido Comunista americano retratava os 40 anos de luta do partido em favor dos direitos civis dos negros³⁵⁰. Romeu Silveira relatou a colonização nos EUA, os problemas raciais, o poder negro e os ‘guetos’, referindo-se ao verão de manifestações negras pelas lutas dos direitos civis³⁵¹. Ainda sobre o tema foi publicado o texto *De Auschwitz ao Harlem* em que apontava um paralelo entre a perseguição sofrida pelos judeus durante a Segunda Guerra Mundial e o preconceito racial existente em regimes ‘democráticos’ como os dos EUA, e, nos autoritários como o *apartheid* da África do Sul, e o *regime de Smith* na Rodésia³⁵². O texto *O movimento negro nos Estados Unidos – “now” – imperialismo e racismo*³⁵³ relatou a primeira fase de luta negra nos EUA destacando a figura de Malcom X³⁵⁴ e o acesso de uma burguesia negra a alguns bens antes acessíveis somente à branca.

No âmbito nacional a questão do negro também foi abordada por Abadias do Nascimento em *Teatro Negro do Brasil uma experiência sócio-racial* em que apontava para os antecedentes coloniais do Brasil, a opressão a população negra³⁵⁵ e a maneira que o teatro negro como pitoresco ridicularizava-o,

³⁵⁰ WINSTON, Henry. Luta pelos direitos civis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 245-254, jan.-fev. 1968. Henry Winston (1911-1986) era presidente nacional do Partido Comunista dos EUA. Negro, nascido no Mississippi ficou cego na prisão onde permaneceu durante seis anos em face do macartismo.

³⁵¹ SILVEIRA, Romeu. Olhe onde pisa, negro (um verão racial nos EUA). **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 3-50, set. 1967. Romeu Silveira, nasceu em 1938, graduado em Geologia, na época morava nos EUA.

³⁵² MARTINS, Rui. De Auschwitz ao Harlem. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 203-208, maio 1967.

³⁵³ O MOVIMENTO negro nos Estados Unidos – “now” – imperialismo e racismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 243-249, mar.-abr. 1968.

³⁵⁴ “existe um caminho de libertação mundial que começa com a resistência passiva de Gandhi na Índia e a revolução chinesa, passando por Diem Biem Phu, a revolução cubana e a libertação da Argélia até culminar nos estouros tricontinentais de Vietname, Venezuela, Colômbia, Guatemala, Bolívia, o Congo e Guiné Portuguesa. Também existe um caminho dentro do próprio território norte-americano: o caminho do colonizado negro tratando de integrar-se, de evoluir gradualmente, logo se rebela mediante a resistência passiva, e finalmente assume com plena consciência sua realidade de colonizado. Esta última etapa se faz consciência e ação em Black Power, o poder negro. O MOVIMENTO negro nos Estados Unidos – “now” – imperialismo e racismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 243-249, mar.-abr. 1968. p. 245.

³⁵⁵ “um teatro negro do Brasil teria de partir do conhecimento prévio desta realidade histórica, na qual exerceria sua influência e cumpriria sua missão revolucionária. Engajado a esses propósitos foi que surgiu o T.E.N. que fundamentalmente propunha-se a resgatar, no Brasil, os valores da cultura negro-africana degradados e negados pela violência da cultura branco-europeia; propunha-se à valorização social do negro através da educação, da cultura e da arte”. NASCIMENTO, Abadias do. *Teatro Negro do Brasil uma experiência sócio-racial*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 193-212 jul. 1968. p. 198. Abadias do Nascimento nasceu em 1914, neto de africanos escravizados, participou da Frente Negra Brasileira na década de 1930 e criou o Teatro do Sentenciado no Carandiru, no início dos anos 40, onde cumpria pena por uma manifestação de resistência contra o racismo. No Rio de Janeiro, fundou em 1944 o Teatro Experimental do Negro - TEN - entidade que rompeu a barreira racial no teatro brasileiro e que formou a primeira geração de atores negros do país. Abadias foi o primeiro negro a levar uma peça ao Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a qual teve liberação direta do presidente Getúlio Vargas. Fundou em 1968 o Museu de Arte Negra - que nunca teve uma sede ou instalações - lecionou nas universidades Yale, Wesleyan, Temple e do Estado de Nova York (EUA) e na Universidade de Ifé (Nigéria).

... o Teatro Experimental do Negro é um processo. A Negritude é um processo. Projetou-se a aventura teatral afro-brasileira na forma de uma antecipação, uma queima de etapas na marcha da História. Enquanto o negro não desperta completamente do torpor em que o envolveram. Na autora do seu destino, o Teatro Negro do Brasil ainda não disse tudo ao que veio.³⁵⁶.

Diante do exposto, parece-nos que a terceira fase da publicação procedeu a uma migração temática, um refluxo nas discussões de âmbito estrito da política nacional e das formas tradicionais de abordá-la. Tal movimento não se deveu à mudança de orientação teórica, ou ideológica do grupo, mas a uma estratégia deliberada para permanecer no embate. Foi consequência de tal estratégia a valorização de elementos novos ou que tiveram menor ênfase nos períodos anteriores da publicação como o debate de questões comportamentais ou do acirramento da discussão de questões de política internacional.

Ao preferir não ser somente um instrumento de combate ao regime, a RCB optou por trazer novas temáticas e mostrava-se engajada nas discussões do seu tempo, ainda que isso implicasse acirrados debates internos e externos.

4.3 A RCB COMO ESPELHO INVERTIDO DO REGIME MILITAR

As transformações sofridas pela revista ao longo de suas fases lançam uma luz sobre a dinâmica da cultura política da esquerda do período estudado. No entanto, não devemos supor que havia uma harmonia absoluta dentro da publicação. É válida a advertência de Marcos NAPOLITANO ao mencionar: “entre 1964 e 1968 floresceu uma cultura de esquerda que, esta sim, passou a ser idealizada como um momento mágico na vida cultural brasileira. Com o Ato Institucional n. 05 os espaços públicos desta cultura de esquerda foram fechados ou, no mínimo, cerceados, fazendo com que, momentaneamente, todas as correntes que protagonizavam as lutas culturais, percebessem a presença de um inimigo comum”³⁵⁷. Para compreendermos adequadamente nosso objeto, precisamos superar tal memória social idealizada e que oculta tensões entre os componentes da esquerda.

³⁵⁶ NASCIMENTO, Abadias do. Teatro Negro do Brasil uma experiência sócio-racial. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 193-212 jul. 1968. p. 211.

³⁵⁷ NAPOLITANO, Marcos. **O ‘tesouro perdido’**... ibid, p. 276.

Com isso queremos salientar que a revista não era um instrumento harmônico, ao contrário, tratava-se de espaço aberto e diversificado em que foram cultivadas críticas, tensões e desentendimentos internos.

Para tratar desse aspecto precisamos de uma visão do todo da revista. Não podemos tratar a *cultura política* da qual ela fazia parte de forma estática ou monolítica; nesse aspecto Serge Bernstein nos adverte que não há que falar apenas em *cultura política*, mas no seu plural, culturas políticas que convivem simultaneamente³⁵⁸. Tal diversidade, desentendimentos e tensões existiam na RCB e para compreendê-los precisamos pensar nela como *produto* e como *veículo* da *cultura política* de esquerda.

Como *produto* a revista devia ser 'vendida' a um público extenso que a sustentasse e recebesse a sua visão de mundo bastante fragmentária. O nível do debate era elevado e muitas vezes não estava compreendido no senso comum dos leitores médios da população brasileira, mesmo assim seus valores representavam o insurgimento contra o regime e o fazia por meio de renomados autores o que lhe conferia *status* de alto valor cultural e simbólico. A aquisição e discussão do produto RCB podiam até ser mecanismos para sublimar as frustrações dos opositores do regime, simultaneamente legitimava o pertencimento a grupos de oposição inserindo o leitor nos valores da cultura de esquerda. Os editores pensavam e transmitiam aos leitores a sensação de que ao lerem a RCB estavam se opondo ao regime. A par disso a RCB, como produto, dependia das vendas em banca, pois os anúncios eram poucos e marcados por obras literárias da editora. Sobre a manutenção financeira do produto RCB, Isabel C. A. de AZEVEDO destaca:

... a publicidade da Revista é destinada à divulgação exclusiva de livros que, em maioria, constituem lançamentos da Editora Civilização Brasileira. Em menor números, estão os anúncios da Revista e da Editora Paz e Terra. Até os números 11-12, são publicados alguns anúncios de livrarias sempre vinculados à venda de livros, ou seja, divulgado os títulos por elas distribuídos e apenas publicidade institucional. Os anunciantes são Livraria São José, Zahar Editores, Livraria Martins Editora S.A., Biblioteca Universal Popular, Editora Itatiaia Limitada, EDAMERIS – Editora das Américas S.A., Enciclopédia Detal – Larousse, Livraria Pioneira Editora, nunca ultrapassando duas ou três inserções por empresa em toda a série publicada até março de 1967. A partir de maio de 1967, a RCB vai veicular apenas a publicidade das editoras Civilização Brasileira e Paz e Terra. Consolidando um extraordinário público leitor, como foi visto, a Revista passa a obter os recursos necessários para sua independência financeira, mas mantendo ainda a divulgação dos lançamentos promovidos pelas editoras de Ênio Silveira. O editor justifica a veiculação da publicidade de outras empresas do início à metade da Revista, período de consolidação de seu público leitor³⁵⁹.

³⁵⁸ BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 355.

³⁵⁹ AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. op. cit., p. 106-107.

Ainda segundo Isabel de AZEVEDO, era o entendimento de Ênio Silveira de que a RCB constituía “revista mensal sem finalidade lucrativa, era sustentada pela vendagem, que dava margem relativamente pequena e por anúncios que eram obtidos de alguns amigos meus e da própria Editora Civilização Brasileira”³⁶⁰. No entanto, tal visão harmônica de amigos cooperando e da revista prosperando, conforme relatam Ênio Silveira e a dissertação mencionada, divergem dos fatos obtidos noutras fontes e parece mais uma memória construída, idealizada, da esquerda³⁶¹. A concordata da Editora Civilização Brasileira em 1966 e o súbito desaparecimento dos anunciantes logo na última fase da RCB não são obra do acaso, mas frutos de uma estratégia do regime militar contra o grupo, pois “a restrição ao crédito imposta pelos bancos a partir de 1964 foi a principal forma velada de censura sobre a Civilização Brasileira, ao lado das ameaças a livreiros que expunham as publicações da editora”³⁶². É forçoso concluir que o desaparecimento dos anunciantes na última fase da publicação se devia também ao seu temor em negociar com a ECB em face das possíveis represálias do regime militar. Evidentemente, o clima empresarial não era favorável à Editora Civilização Brasileira e ainda que lateralmente atingia a RCB. Vale mencionar que às vésperas do golpe o diretor executivo do Banco Nacional, José Luis de Magalhães Lins, teria procurado Ênio Silveira sugerindo a compra de duzentas toneladas de papel, garantidas pelo banco. Ênio precisava do papel e com o ‘aval’ da instituição financeira fez a encomenda a uma empresa da Finlândia. Com o golpe, Ênio foi preso e passou a ser figura não grata pelo regime. O banqueiro furtou-se ao cumprimento das garantias verbais prestadas e o editor teve que arcar com o dinheiro para o papel, desfazendo-se de parte de seu patrimônio pessoal. Essa e outras circunstâncias tornaram a situação econômica da editora Civilização Brasileira grave³⁶³. Portanto, esse primeiro viés, da RCB como

³⁶⁰ Id.

³⁶¹ Sobre o tema da construção da memória da esquerda no período militar vide: NAPOLITANO, M. O ‘tesouro perdido’: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969-1976). In: DUARTE, A. **A banalização da violência:** atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 275-283.

³⁶² VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos:** os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998. p. 144.

³⁶³ “... a situação econômica da Editora Civilização Brasileira, que pediu sua primeira concordata em 1966, agravou-se com o passar dos anos (...) Os prejuízos pessoais de Ênio Silveira nesse processo foram imensos, tendo perdido, à medida em que se agravava a situação financeira da editora todo o seu patrimônio pessoal, envolvendo imóveis e obras de arte que incluíam quadros de Di Cavalcanti e Pancetti. Além do atentado terrorista de 1968, (...) um incêndio destruiu o escritório e a livraria da Editora na Rua Sete de Setembro em outubro de 1970. Fechava-se, assim, o ponto de encontro e, segundo os entrevistados, em virtude de todas as dificuldades enfrentadas, Ênio Silveira, já não demonstrava o mesmo vigor para os embates políticos.”

produto, já nos traz alguns indícios de que seu sucesso econômico e de alcance de público foi construído num ambiente político adverso contrariando algumas memórias.

A RCB serviu também como veículo da cultura de esquerda na medida em que permitiu um espaço de atuação a intelectuais, literatos e artistas que tiveram seu campo de atuação cerceado com a instalação do golpe militar. Questões importantes da política nacional e internacional foram discutidas. A crítica ao regime ditatorial e a política econômica de dependência e submissão aos interesses imperialistas foram colocadas na pauta. No entanto, a defesa desses valores não era realizada de forma harmônica e unívoca, existiram dentro da revista pontos de vista discordantes e até mesmo antagônicos. No limite podemos dizer que a RCB atuou mediante a tensão e o desentendimento de seus integrantes em diversos aspectos.

A nosso ver essa multiplicidade de interpretações foi útil à divulgação e consolidação da revista, afinal, a penetração que conseguiu junto à esquerda não seria a mesma se simplesmente tivesse firmado a sua posição por autores de filiação partidária marcada e sectária. O momento era de descrédito da esquerda partidária tão facilmente alvejada pelo regime militar, especialmente a do PCB. Nessa configuração, a estratégia de aliar-se, de permitir a divergência interna e as polêmicas que alcançassem temas antes intocados ou não politizados tornava-se um modo exitoso de aumentar o leque de leitores e simpatizantes. Dentre suas estratégias, acabou por publicar textos de autores ligados ao PCB como Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, Dias Gomes, Caio Prado Junior ao lado de autores como Paulo Francis, Florestan Fernandes, Jacobina Lacombe, José Honório Rodrigues, Gilberto Paim que politicamente situavam-se em posições diversas, desde a crítica liberal ao regime ou a mesmo a convivência; autores estrangeiros de renome também foram trazidos como Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Lucien Goldmann, Jean Paul-Sartre etc.

Dentre os autores que publicaram na RCB, podemos mencionar que muitos estavam imbuídos do que Michel Lowy e Robert Sayre chamaram de *romantismo revolucionário*³⁶⁴. Ou seja, uma aversão às práticas capitalistas e um sentimento de que o passado poderia trazer uma visão para o futuro melhor do que a apresentada pela

VIEIRA, Luiz Renato. op. cit., p.182-3. Sobre o assunto ver também FERREIRA, Jerusa P. (org.). **Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2003. (editando o editor, v.3). p. 77.

³⁶⁴ LOWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 24-25.

ditadura. Neste sentido é o entendimento de Marcelo RIDENTI que se utiliza desse conceito para mencionar que no período

... versões diferenciadas desse romantismo estavam presentes nos movimentos sociais, políticos e culturais do período pré e pós-gole de 1964, como os de sargentos e marinheiros, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e intelectuais – estes últimos mais destacados após o golpe civil-militar. Os grupos de esquerda, que procuravam organizar esses movimentos, produziram versões diferentes entre si do romantismo revolucionário (...). O romantismo das esquerdas não era uma simples volta ao passado, mas também modernizador. Ele buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro³⁶⁵.

Tal heterogeneidade não influía pejorativamente sobre a publicação, ao contrário, a RCB apresentava-se como aberta ao debate e plural. Conseqüentemente não se trata apenas do lugar de consenso, mas do debate, do desentendimento e da tensão entre textos e autores de diversos matizes.

A pretensão de a revista constituir-se como um espaço democrático implicava ser o reverso do regime militar. Para fazê-lo, precisava agregar forças de todos³⁶⁶ aqueles descontentes com a ditadura, desde os inimigos de primeira hora do regime, aqueles que passaram a hostilizá-la em face de um descontentamento na falta de abertura que se seguiu até aqueles que não ficaram contentes com a divisão do butim.

Houve casos em que a RCB optou por publicar detratores de seus próprios autores prediletos, como na publicação noticiada no item 3.3 de uma ‘defesa’ de Américo Jacobina Lacombe contra Nelson Werneck Sodré. Outras situações, por exemplo, foram a crítica de Gilberto Paim ao Iseb ou mesmo o editorial do *Jornal do Brasil* publicado contra Ênio Silveira³⁶⁷. Tal permissão de publicação servia, a nosso

³⁶⁵ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 24-25.

³⁶⁶ Quando falamos em ‘todos’ temos plena convicção de que esse exercício da revista era marcado pelo compromisso dos Princípios e propósitos enumerados no primeiro volume da revista, logo, se não era um compromisso meramente retórico, também não era ‘neutro’, mas descritos nos PRINCÍPIOS e propósitos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 04, mar.1965 que destacamos na nota 195 do item 3.2.

³⁶⁷ Na RCB de julho de 1965 foi publicado, junto a diversos outros em sentido contrário, o editorial do *Jornal do Brasil* de 28.5.65 intitulado *Ócio Glorificado* atacava os IPM’s de uma forma ‘curiosa’ assinalando... “quando exorbitam de sua missão específica, os IPM’s sempre desservem, pelas conseqüências práticas que acarretam. No caso de prisões de nomes sem expressão, o resultado é o oposto ao pretendido: é assim que se criam heróis da noite para o dia. (...) Há muito também um pouco de vaidade e muito de pedantismo no vício de cultivar o ressentimento como forma de atuação política com inclinação ideológica. Escritor frustrado tende a ser de esquerda, naturalmente. E há quem não escrevendo mais (sic.) editando, acabe convencido de que exerce também uma atividade intelectual. Prendendo figuras desse universo pequeno – uma subelite ociosa, que acorda tarde porque vara as noites sem ter o que fazer, em bares de prestígio noctívago – os IPM’s fogem à sua missão histórica, desviando-se do alvo que buscam, para glorificar figuras de segunda, terceira e quarta classe”. *ÓCIO glorificado*. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 343-345, jul.1965. Logo depois desse editorial a RCB fez constar um manifesto de seiscentos intelectuais brasileiros em favor da soltura de Ênio Silveira, publicado no dia seguinte (29.5.65). Não se pode interpretar ingenuamente que esse procedimento da revista seja uma abertura à crítica externa a seus membros, evidentemente transparece uma estratégia onde o contexto expunha o emissor ao ridículo, pois esse entendimento conservador e seu discurso ficavam deslocados, deixando transparecer ainda mais a sua ‘monstruosidade’. Ou seja, para ressaltar suas

ver, para legitimar a revista como espaço aberto e democrático, ou seja, diferente do regime. Desse modo alcançava um auditório mais amplo, inclusive dentre conservadores que se opunham pontualmente contra uma ou outra medida do regime militar.

Apesar das considerações que fizemos, é necessário destacar que esse agir era realizado a partir da *cultura política* da esquerda, ou seja, os comentários realizados pelos autores mais próximos ao regime estavam cercados por outras dezenas de textos contra a ditadura, o que só mostrava a sua desconformidade com o discurso da revista. Assim, a ‘neutralidade’ da revista era, como toda neutralidade, falsa porque publicava, simultaneamente aos textos dos amigos do regime, outros textos que os destrativam, como foi o caso de M. C. Proença ao atacar o texto de Jacobina, o texto de Osmar Campos atacando Gilberto Paim³⁶⁸ e o manifesto de 600 intelectuais em prol de Ênio Silveira, ridicularizando os opositores. As estratégias da revista cultural de esquerda ficavam claras, porque nesse momento de turbulência que foi o pós-golpe, havia um reforço nas articulações para defender seus interesses, ou seja, as determinações do jogo político implicavam um reforço das estratégias políticas do grupo³⁶⁹. Se a revista pretendia promover uma oposição não sectária ao regime cabia trazer autores dos quais a cúpula da publicação divergisse em maior ou menor grau. Aparentava, dessa forma, seu viés democrático ao mesmo tempo em que, estrategicamente, expunha o emissor ao ridículo, pois esse entendimento conservador e seu discurso ficavam deslocados.

Havia tensão na publicação entre autores de matizes ideológicos diversos e até mesmo incompatíveis dentro da publicação. A discussão sobre a *Revolução brasileira* suscitou a publicação de diversos textos sob vários matizes, desde as interpretações de Florestan Fernandes e de Caio Prado até as críticas de Marco Antônio Coelho e César Malta³⁷⁰. Mas, além disso, percebemos que há mesmo entre os autores

qualidades democráticas e sua importância, demonstrava-se, dialeticamente, a intolerância e o desequilíbrio dos seus adversários.

³⁶⁸ Esses dois exemplos foram explicitados longamente no item anterior 4.2.

³⁶⁹ “in unsettled periods (...) cultural meanings are more highly articulated and explicit, because they model patterns of action that do not ‘come naturally’. Belief and ritual practice directly shape action for the community that adheres to a given ideology. Such ideologies, are, however, in competition with other sets of cultural assumptions. Ultimately, structural and historical opportunities determine which strategies, and thus which cultural systems, succeed” SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**. 51: 273-86. 1986. p.284.

³⁷⁰ MARTINS, Luciano. Aspectos políticos da revolução brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.02, p. 15-38, maio.65. FERNANDES, Florestan. “Revolução Brasileira” e os intelectuais. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.02, p. 327-335, maio.65. GUEDES, Fausto. Revolução Brasileira: Nova fase de um debate antigo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.03, p. 13-26, jul.65. SILVEIRA, Cid. Teoria marxista da revolução Brasileira. **Revista**

que publicam na RCB uma dose de divergência maior, como no caso da publicação de textos que deliberadamente se opõem aos anteriormente publicados. O texto de Hebert Marcuse *Liberdade e agressão na sociedade tecnológica*³⁷¹, teve ampla contestação, inclusive a própria figura do autor foi contestada em dura réplica no volume seguinte *O esquerdismo - doença senil do anticomunismo*, de Renato Guimarães. Ele diz textualmente que Marcuse seria subvencionado pela Fundação Rockefeller, e o chama de mentiroso deturpador, lacaio do capitalismo internacional³⁷².

Tal espaço de embates internos sofria, por vezes, a própria crítica interna, como salientou Nelson Werneck SODRÉ na sua coluna *O momento literário* da RCB volume 15 em que destacou “o aspecto mais ostensivo que a atividade cultural apresenta, entre nós, nos dias que correm, é o da dispersão (...) é lamentável verificar, como acontece em alguns casos, que, no campo dos intelectuais, a luta seja desenvolvida entre partidários das diversas tendências, e não contra a ditadura”³⁷³. Anos depois, Sodré ao contrário de outros autores, ressaltaria a desorganização de Ênio Silveira para gerir a revista refutando a idéia de que seria ‘apenas’ o AI-5 responsável pelo seu fechamento³⁷⁴. SODRÉ vai mais longe e consigna que

... a RCB ia mal e os intelectuais que se haviam agrupado na Civilização Brasileira começavam a sentir que as divisões se aprofundavam entre eles (...). A revista começou a estabelecer com rotina o atraso na periodicidade e nunca o grupo responsável se reunia. Nesse grupo, estavam presentes figuras que se apregoavam ‘independentes’ e desenvolviam um sutil anticomunismo, o anticomunismo eficaz, o de esquerda, ao mesmo tempo em que buscavam caminhos radicais, desesperados, criticando os que combatiam essa tendência à aventura. Era um pouco o que se convencionou chamar como ‘esquerda festiva’, que pretendia conciliar o ímpeto revolucionário com largo consumo de uísque e frequência costumeira a boates e reuniões em apartamentos luxuosos, onde se misturava a política com negócios³⁷⁵.

A divergência entre a prática da revista e a posição de Sodré nos mostra que a linha editorial da RCB não se furtava ao debate e às críticas aos pontos de vista

Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, v.02, p. 123-134, maio.65. MALTA, Cesar. “A revolução brasileira” de Caio Prado Júnior. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.09-10, p. 75-84, set.-nov.66. TAVARES, Assis. Caio Prado e a teoria da revolução brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.11-12, p. 48-80, dez.66 mar.67. PRADO J. Caio. Adendo à Revolução Brasileira **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.14, p. 43-74, jul.67.

³⁷¹ MARCUSE, Herbert. *Liberdade e agressão na sociedade tecnológica*. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 03-12, mar.-abr.1968.

³⁷² GUIMARÃES, Renato. ‘O Esquerdismo’: doença senil do anticomunismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 131-168, maio-ago.1968.

³⁷³ SODRÉ, Nelson Werneck. O momento literário. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p.213-214, set. 1967.

³⁷⁴ “Sodré atribuirá à ‘tendência centralizadora’ e à ‘desorganização’ de Ênio Silveira - e não à evolução dos acontecimentos políticos, como todos os outros entrevistados, inclusive Ênio Silveira – a dissolução do grupo depois de 1968”. VIEIRA, Luiz Renato. op. cit., p. 180.

³⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã*: memórias do Golpe de 64. rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

trazidos na própria publicação. Esse procedimento, evidentemente, acarretava certa tensão entre os autores, no entanto, se entendermos que tensão implica “conexão de dois opostos que estão ligados apenas por sua oposição [e que] enquanto a dialética é a unidade dos opostos como síntese ou conciliação, a tensão é o elo entre os opostos como tais, sem conciliação ou síntese”³⁷⁶, podemos dizer que a revista existia em face de uma tensão não apenas com o regime, mas também com seus autores na configuração plural descrita.

De outro lado, como instrumento de crítica e debate, não caberia a ela resolver dialeticamente de uma forma unívoca o sentido de sua crítica. Melhor dizendo, a utilização de pólos, ainda que antagônicos entre si, enriquecia a crítica que a revista poderia fazer ao regime militar, tratava-se, no dizer de Bourdieu, do ‘consenso no dissenso’ em que “os homens cultivados de uma época determinada podem estar em desacordo sobre os assuntos que discutem, mas estão de acordo pelo menos quanto a discutir certos assuntos”³⁷⁷. Neste sentido havia uma espécie de dissenso dentro da própria RCB, como um estímulo de adaptação, uma pressão à autocorreção³⁷⁸.

Se vimos a questão da revista a partir do dissenso e da tensão precisaremos nos valer ainda mais de um conceito para justificar tais assertivas. Propomos que autores distintos, ainda que situados no campo de oposição ao regime militar, construíssem interpretações e conferiam sentidos próprios às situações que vislumbravam, dessa diferença surgia um desentendimento quando tratavam de temas idênticos. Ou seja, quando Caio Prado Junior aborda a questão da Revolução brasileira, divulgando idéias do seu livro de 1966, é evidente que surgiram autores da própria esquerda a tencionar o quadro oferecendo uma outra interpretação.

Coube à revista lidar com a divergência, com esse desentendimento abriu espaço a ambos para que promovessem o debate pelo método da polêmica³⁷⁹. Aqui cabe uma precisão, quando tratamos de desentendimento o situamos a partir da

³⁷⁶ TENSÃO. In: **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 948-949.

³⁷⁷ Pierre Bourdieu, apud Vieira, L. R. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998. p. 187.

³⁷⁸ DISSENSO. In: **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. p. 363.

³⁷⁹ “método polêmico: conjunto dos procedimentos de discussão (oral ou escrita) enquanto se pode nela distinguir os argumentos ou as atitudes legítimas daqueles que apresentam um caráter incorreto ou falacioso”. LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 819.

delimitação de Jacques RANCIERE para quem ele é uma situação de palavra em que um dos interlocutores simultaneamente entende e não entende o que diz o outro “o desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura”, ou seja, o desentendimento de que falamos não é de modo algum o desconhecimento, mas nem a o mal entendido produzido pela imprecisão das palavras³⁸⁰.

Desse modo, em várias circunstâncias percebemos que o embate produzido na revista aberta e democrática ofereceu ao seu público leitor, pela própria natureza da sua abertura e pluralidade, diferentes visões sobre os mesmos pontos. Dias GOMES publicou um texto que resume nosso argumento final

Sendo a finalidade deste trabalho fornecer um panorama o mais completo possível do novo teatro como parte refletida e refletora de nossa realidade, certas opiniões emitidas por articulistas e entrevistados entram em choque inevitavelmente. Algumas polêmicas são mesmo travadas nestas páginas, como facilmente se perceberá. Mas “a verdade é a totalidade”. E a polêmica é oxigênio indispensável à sobrevivência da liberdade, sem a qual qualquer verdade humana se esvazia do movimento dialético que a definia como tal e adquire a feição mortuária das estruturas dogmáticas³⁸¹.

³⁸⁰ RANCIERE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996. p. 11-12.

³⁸¹ NOTA de abertura. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 06, jul. 1968.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da cultura de esquerda brasileira no pós-golpe é uma matéria complexa, muitas vezes marcada pela construção de uma memória social que idealizou e romanceou a atividade dos seus integrantes suprimindo desavenças e desacordos internos³⁸². De outro lado, convivemos com o crescimento de um senso comum sobre o golpe de Estado e o regime militar que reconhece sua violência, mas a banaliza tornando-a natural “naqueles tempos autoritários”³⁸³. Para escapar dessas visões maniqueístas faz-se necessário o incremento dos estudos da cultura de esquerda no período, e, certamente, há muito ainda que se investigar, especialmente em face das inúmeras fontes que sequer foram liberadas pelo Estado brasileiro. Na RCB, por exemplo, ainda persistem inúmeros assuntos - como o teatro, a música, as artes plásticas, as discussões filosóficas - que sequer foram analisados com profundidade neste ou noutros trabalhos.

Nossa investigação sobre a RCB procurou compreender a dinâmica da publicação em face dos fechamentos do regime militar, para tanto, optamos por delimitar os valores que compunham o conjunto de referentes da cultura no pré-golpe e como os seus interlocutores agiram a partir da primeira fase de repressão. Observamos, na investigação da *cultura política* de esquerda que o nacionalismo e o desenvolvimentismo foram valores de grande penetração nas décadas de 1950 e 1960, e contaram com múltiplas interpretações. A tensão entre diferentes propostas de desenvolvimento nacional ocorreu num momento de ascensão da força política de grupos urbanos e camponeses, no que se chamou de período populista. Quanto à ordem mundial, podemos dizer que a Guerra Fria aumentou a complexidade e a dificuldade das alianças entre as visões nacionalistas da esquerda e da direita, o que acarretou divisões no plano nacional, levando a um progressivo acirramento pela disputa do poder estatal que culminou no golpe de Estado de 1964.

³⁸² NAPOLITANO, Marcos. O ‘tesouro perdido’: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969-1976). In: DUARTE, A. **A banalização da violência**: atualidade do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 275-283.

³⁸³ Exemplo disso são diversos trabalhos jornalísticos como a coleção sobre a ditadura de Élio Gaspari e Lira Neto, para tanto vide: GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. NETO, Lira, **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

O regime instaurado pela ditadura militar cerceou a participação da sociedade civil no debate do desenvolvimento nacional que passou às mãos e à condução de grupos militares. No entanto, o golpe teve outros significados, a tal *revanche da província* operou-se em favor de valores conservadores da sociedade tal como a defesa da família, da tradição, do anticomunismo e da propriedade.

Os fechamentos incidiram num momento político em que a esquerda estava imbuída da necessidade de uma *revolução brasileira*, ainda que houvesse diversos entendimentos de como isso deveria se dar. A ação repressiva do regime militar com fechamento de institutos e perseguição aos seus opositores encontrou resposta na tradição dos intelectuais de participação na política, a violência do regime catalisou a legitimidade das práticas e dos veículos de contestação a ele.

A RCB surgiu um ano após o golpe e procurou canalizar discussões da ordem nacional e internacional desde seu começo, caracterizando-se como um instrumento de embate direto contra o regime, tanto no âmbito econômico e político como nos aspectos culturais. Para tanto, a revista procurou trazer autores e temas de diversos matizes deixando de lado o sectarismo e partidarismo, pelo menos entre a esquerda. A pluralidade da revista permitiu que alcançasse uma faixa de público mais extensa e fugiu, ainda que parcialmente, do alcance que a censura conseguiu impor aos intelectuais como indivíduos e a algumas instituições como a UNE, o ISEB e o PCB.

A supressão das eleições diretas para presidente e governador de estado consolidou o regime e tornou inequívoco que o verniz democrático - eleições de 1965 - era mera formalidade. As novas medidas repressivas lançadas pelos AI-2 e AI-3 e pela violência extralegal motivaram ajustes na condução da revista inaugurando a segunda fase da publicação. Não foram suprimidos os embates sobre a política de governo, repressão e ordem econômica, mas outros temas galgaram espaço reforçando o engajamento da publicação, não apenas em com as questões política nacionais, mas também com as discussões internacionais do seu tempo. A multiplicidade temática e a vanguarda na tradução de autores pouco conhecidos à época no Brasil, como Gramsci e Marcuse, são evidências disso. As medidas principais que detectamos nas estratégias da revista visavam proteger os dirigentes da publicação com a supressão do conselho de redação e a troca formal, na direção da revista.

A política internacional como tema recorrente na publicação trouxe debates fecundos sobre as seguidas intervenções imperialistas nos países de Terceiro Mundo como Vietnã, Argentina, São Domingos etc. A par disso, as discussões sobre questões comportamentais começaram a emergir na publicação, trazendo o tema do comportamento da juventude para sua agenda.

Outra característica que percebemos a longo da existência RCB foi a publicação de uma gama plural de autores. Nela foram trazidos textos de diversos matizes desde integrantes do PCB como Nelson Werneck Sodré e Dias Gomes, passando por Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paulo Francis, Alceu Amoroso Lima, até mesmo seus detratores como Américo Jacobina Lacombe e Olimpio Mourão. A diversidade da publicação criava tensões e divergências, mas permitia a legitimação da revista como um espaço aberto e democrático, exatamente o oposto ao regime que ela combatia. Essa tensão dizia respeito inclusive aos autores da esquerda que publicaram na RCB várias polêmicas com interpretações distintas sobre questões nacionais como a *revolução brasileira*.

A condução dessas polêmicas era feita a partir dos valores da *cultura política* de esquerda³⁸⁴, a estratégia da revista era cercar os textos centristas ou pró-regime com ampla refutação feita por publicações que deixavam claro o seu desacordo com os valores da editora, e com a maior parte do seu público, o que também a legitimava como instrumento aberto e democrático ao contrário do regime.

Na última fase da publicação o acirramento do jogo político em face das ações do regime fez com que a RCB desenvolvesse novas estratégias para permanecer no jogo político, tais como: modificar sua capa, a suprimir as seções temáticas, a utilizar metáforas e títulos mais sutis para os artigos, entre outras. No que tange à temática houve uma guinada, e os textos de enfrentamento ligados à política nacional foram camuflados, reduzidos ou apenas documentados para construir um registro, uma memória do período. Nada disso interferiu na ação engajada da revista, pois, marcando sua posição contra o conservadorismo comportamental do regime, a publicação

³⁸⁴ Nesse sentido é o trabalho de Ann Swidler, para quem o agente elabora sua própria cultura a partir da sua necessidade material. Tal como se a cultura fosse uma caixa com inúmeras ferramentas da qual o indivíduo faz uma seleção em conformidade com sua necessidade material. SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*. 51: 273-86. 1986. p.281.

politicizou a discussão de temas que, em âmbito nacional, não constituíam até então objeto das discussões políticas, a exemplo das questões raciais, da rebelião comportamental e do feminismo.

A RCB cumpriu, assim, seu projeto e superou a mera crítica ao regime, pois revisitou temas, abriu espaços e discutiu novas temáticas atendendo a idéia maior de Ênio Silveira: “a emancipação é lutar contra nós mesmos, contra nossos preconceitos internos, contra as limitações que nos impõem um atraso cultural, social”³⁸⁵.

³⁸⁵ FELIX, Moacyr. **Ênio Silveira**: Arquiteto de Liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 57.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. **Política e sociedade no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, S. Civic culture. **Princeton**: Princeton University Press. s.d.
- ASSOCIAÇÃO de Docentes da Universidade de São Paulo, **O livro negro da Usp: o controle ideológico da universidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Alencar de. **Revista Civilização Brasileira: 1965-1968** – Produção cultural em revista. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (mestrado em Letras). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, nov. 2003, no.21, p.83-108.
- _____. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo Perspectiva**, out.-dez. 2001, vol.15, no.4, p.98-104.
- BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquiria Domingues Leão. **Intelectuais e política**. Campinas: Olho d'água. 1999.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. (obras escolhidas, v. 1) 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERSTEIN, Serge. **Les cultures politiques em France**. Paris: Points Histoire, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. v.2.
- BORGES FILHO, N. **Sobre o sagrado e o profano**. Civil e militares na política brasileira. Florianópolis: Letras contemporâneas, s.d.
- _____. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge. (org.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-43.
- BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia: hegemonia e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOSI, Alfredo. Plural mas não caótico. In: _____ (org.) **Cultura brasileira: temas e situações**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Habitus, code et codification*. In: *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, n. 64. set., p. 40-4, 1986.

BURGUIERE, Andre (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. **Sociologia e história**. 2. ed. Porto: Afrontamento, s.d.,

CHRISTOFORO, Paulo Rubens Paterno. **Revolução, nacionalismo e democracia na Revista Civilização Brasileira**. 1992. Dissertação (mestrado em História). Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CODATO, Adriano Nervo O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História Questões e Debates**. Curitiba-PR, v. 40, p. 7-30, 2004.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

COSTA NETO, Pedro Leão. ISEB: projeto nacional-desenvolvimentista e filosofia existencial. **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Anais da XXI Reunião. Rio de Janeiro 2001.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CZAJKA, Rodrigo. **Páginas de resistência**: intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira. Campinas, 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. Redesenhando ideologias: cultura e política em tempos de golpe. **História: questões & debates**. Curitiba, n. 40, p. 37-57, jan.-jun. 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina de *et alii* (orgs.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964 Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEBRUN, Michel. A identidade nacional. **Estudos avançados**. São Paulo, v.4, p. 41. s.d

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930**: o silêncio dos vencidos. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DOSSE, Francois. **O império do sentido**: a humanização das ciências humanas. Bauru, SP: Edusc, 2003.

DREIFUSS, Richard. A. **1964: A conquista do Estado**. Ação, política, poder e golpe de classe. 2 ed. revista. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, s.d.
_____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2000.

FELIX, Moacyr. **Ênio Silveira**: Arquiteto de Liberdades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FERREIRA, Jerusa P. (org.). **Ênio Silveira**. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2003. (editando o editor, v.3).

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p. 336-339.

_____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. _____ (org.) **O populismo e a sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-125.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONSECA, De José da. **Dicionário da língua portuguesa**. Paris-Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1848.

GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Revista Brasileira de História**, 2004, vol.24, no.47, p.127-162.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIORDANO, Cláudio (ed.). **História Nova do Brasil 1963-1993**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991.. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; GONÇALVES, Marcos. A. **Cultura e participação nos anos 60**. 8a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KLEIN, Lucia; FIGUEIREDO, Marcus F. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos históricos: dossiê Cultura Política**. 1999-2. v. 24.

KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas – a travessia de Cony, e a censura do Partidão. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi di. **O leopardo**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: 2004.

LEVY, Bernard-Henry. A história começa de fato no final do século passado: o intelectual e o seu batismo. In: _____. **As aventuras da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 61-62

LOWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romantismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: EDUFSCar, 1995.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. A fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In MICELI, Sérgio (coord.) **História das ciências sociais no Brasil** (volume 2). São Paulo: Sumaré, 1995, p. 341-396.

_____. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: _____. (coord.) **História das ciências sociais no Brasil** (volume 1). São Paulo: Sumaré, 2000, p. 91-134.

MORAES, João C. K. Quartim de. **Liberalismo e ditadura no cone sul**. Campinas: Unicamp, 2001.

MOTA, Luis Eduardo Pereira da. **A época de ouro dos intelectuais vermelhos** (uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira 1962-1968). Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (mestrado em Sociologia). Departamento de Pós-Graduação, Setor de Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. Pontos de partida para uma revisão histórica. 9 ed. São Paulo: Ática, 2002.

NAGLE, Jorge. Apresentação. In: SARTRE, Jean Paul. Sartre no Brasil: a conferência de Araraquara. Paz e terra: 1986.

NAPOLITANO, Marcos. **"Seguindo a canção"**: engajamento político e industrial

- cultural na MPB (1959-1969). São Paulo : Annablume : Fapesp, 2001.
- _____. Cultura como instrumento de transformação social: limites e possibilidades. **Revista Idéias**, São Paulo, v. 32, p. 221-235, 2004.
- _____. O 'tesouro perdido': a resistência no campo da cultura (Brasil 1969-1976). In: DUARTE, André. **A banalização da violência: atualidade do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 275-283.
- NETO, Lira, **Castello: a marcha para a ditadura**. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEVES, Lucília de Almeida. **Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo**. TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas do populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- O'DONNELL, Guillermo. **Análise do autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.
- OLIVEIRA, Dennison de. A cultura dos assuntos públicos: o caso do "custo Brasil". **Revista de Sociologia Política**, jun. 2000, no.14, p.139-161.
- OLIVEIRA, Franklin. **Que é a revolução brasileira?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. Cadernos do Povo v. 9.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (coord.) **História das ciências sociais no Brasil** (volume 2). São Paulo: Sumaré, 1995.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa:Estampa, 1998.p. 123-138.
- RANCIERE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984**. Londrina: UEL, 2001.
- RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. **O fantasma da revolução brasileira**:São Paulo: Edusp, 1993.

RODRIGUES DA SILVA, Helenice. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas.** Campinas: Papyrus, 2002.

_____. O intelectual no “campo cultural francês: do caso Dreyfus aos tempos atuais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 34, 2005. p. 395-416.

_____. Resistência civil contra regimes autoritários: o exemplo da imprensa alternativa no Brasil. In: SZESZ, C. M. **Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia.** São Paulo: Edusc, 2003.

_____. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antonio. **Grandes nomes da história intelectual.** Contexto: São Paulo, 2003. p. 15-24.

_____. A história como ‘a representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, MALERBA, Jurandir (orgs.) **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.** São Paulo: Papyrus, 2000. p. 81-99.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. In: MORAES, Joao Martin de (org). **História do marxismo no Brasil.** Volume III, teorias e interpretações. Campinas: Unicamp. 1998.

SANCHES, Pedro Alexandre. Subversivos globais. **Carta capital.** Rio de Janeiro, v. 393, p. 52-54, ano XII, 17.5.2006.

SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos intelectuais.** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Que é a literatura ?** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. Os tempos modernos. In: BASTOS, Elide Rugai; REGO, Walquiria Domingues Leão (orgs.). **Intelectuais e política.** Campinas: Olho d’água. 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro.** 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCHWARZ, Cultura e política, 1964-1969: alguns esquemas. In: _____, **Pai de família e outros ensaios.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

SERPA, Miguel Pereira. **O cinema novo na Revista Civilização Brasileira.** São Paulo, 2001. Tese (doutorado em Comunicação e Artes). Departamento de Pós-graduação, Escola de comunicação e artes (ECA), FFLCH. Universidade de São Paulo.

SHAKESPEARE, William. **Macbeth.** Porto Alegre: Nova Cultural, 2003.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa recopilado.** Lisboa: Lacerdina, 1813. T II.

SILVA, Rene Marc da Costa. **A cidadania em revista: intelectualidade, política e a questão racial na Revista Civilização Brasileira.** Brasília, 1993. Dissertação (mestrado em História) – Departamento de Pós-Graduação, Setor de História, Universidade de Brasília.

SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas do populismo.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa:Estampa, 1998. p. 259-279.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**: memórias do Golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SWIDLER, Ann. Culture in action: symbols and strategies. **American Sociological Review**. 51: 273-86. 1986.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: ideologia e política na conjuntura do golpe de 1964**. In: _____.(org.) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.137-164.

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: 1988.

VIEIRA, Luiz Renato. **Consagrados e malditos**: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília: Thesaurus, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 195-213.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

FONTES: TEXTOS REFERIDOS

APRESENTAÇÃO. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. especial 01, p. 03, nov.1967.

ARAÚJO, G. Luiz. A revolução cubana e a teoria dos focos insurrecionais. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 85-108, jul. 1967.

AZEVEDO, Fernando de. O problema universitário. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 199-220, nov-dez.1967.

BRECHT, Bertold. Cinco maneiras de dizer a verdade. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, p. 253-279, v. 05-06. mar.1966.

CAMPOS, Domar. Inflação e desenvolvimento. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 109-122 jul. 1967.

_____. Resposta a uma acusação injusta. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 191-200, set. 1967.

CARPEAUX, Otto Maria. A vida de Gramsci. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 337-347, maio 1966.

_____. Não se trata do Vietnã. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 27-34, mar. 1966.

_____. O golpe argentino e os golpes. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 35-36, jul. 1966.

_____. Vamos encarar, sem ilusões, a realidade. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 75-78, jul. 1967.

CARTA do Sindicato Nacional dos Editores de Livros à Direção da Editora Civilização Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 233-234, set-dez. 1968.

CENSURA, princípios e recomendações. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 273-280, jul. 1968.

CONDIÇÕES e perspectivas da Política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 09-21, mar.1965.

CONDIÇÕES e perspectivas da Política brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 09-33, set.1965.

CRISE no mundo socialista. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 03, p. 05-14 set. 1968.

DEBATE sobre a política econômica do Governo Castelo Branco. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 147-190, set. 1967.

DUAS notas da direção. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 05-06, p. 03, mar.1966.

DUAS perdas irreparáveis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 09-10, p. 03-06, set.-nov.1966.

ECOS da História Nova. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 313-321, jul.1966.

FERNANDES, Florestan. “Revolução Brasileira” e os intelectuais. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.02, p. 327-335, maio 65.

_____. Crescimento econômico e instabilidade política no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 11-37, dez.1966-mar. 1967.

_____. Imigração e relações raciais. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 75-96, jul.1966.

FORACCHI, Marialice M. A juventude e a realidade nacional. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 9-19, mar. 1966.

_____. Aspectos da vida universitária na sociedade brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 65-78, set-dez. 1968.

FRANCIS, Paulo. 1º aniversário do golpe quem deu quem levou relações possíveis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 63, maio.1965.

_____. Opções. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 67-71, maio-ago. 1968.

FRANK, Andrew. G. O custo das importações para a América Latina. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 49-58, mar. 1966.

FREITAS, Jânio. Introdução ao controle da opinião pública. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 19-26, mar. 1966.

FROMM, Erich. Abaixo a morte! **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 79—84, jul. 1967.

FURTADO, Celso. Obstáculos políticos ao desenvolvimento econômico do Brasil. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 39-60, mar.1965.

GARAUDY, Roger. A revolta dos estudantes franceses e a revolução. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 39-51, maio-ago. 1968.

GERASSI, John. América latina – o próximo Vietname? **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 51-64, set. 1967.

GOERTZEL, Ted. Mec-usaid ideologia de desenvolvimento americano aplicado a educação superior brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 123-138, jul. 1967.

GOLDMANN, Lucien. A reificação. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 119-158, nov-dez.1967.

GOMES, Dias. O Berço do Herói e as Armas do Carlos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 257-268, set.1965.

_____. O engajamento: uma prática da liberdade. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 07-18, jul. 1968.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 05-06, p. 249-159, mar.1966.

GUEDES, Fausto. Revolução Brasileira: Nova fase de um debate antigo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.03, p. 13-26, jul.65.

GUIMARÃES, Renato. ‘O Esquerdismo’: doença senil do anticomunismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 131-168, maio-ago.1968.

HO CHI MINH pede ajuda dos cientistas para a paz. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 35-39, mar. 1966.

HOROWITZ, Irving Louis. Uma universidade e a Cia: um dilema para a ciência social. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 45-56, maio 1967.

HUBERMAN, Leo. Panorama Visto de Havana **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 123-132, set. 1965.

IANNI, Octávio. Economia e sociedade na América Latina. . **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9-10, p. 93-112., set.-nov. 1966.

_____. Os Estados Unidos e a situação latino-americana. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 45-62, set-dez. 1968.

INTELECTUAIS e artistas pela liberdade. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 03, p. 356-358, jul.65.

JUSTIÇA libera obras apreendidas. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 223-228, maio1967.

KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 135-146, set. 1967.

LEAL, A. G. A Repressão Cultural e a Censura no Govêrno Salazar **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 133-142, set. 1965.

LINHARES, Maria Iedda Leite. O capitalismo: seus novos métodos de ação. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 65-90, set. 1967.

LOPES, José Leite. A ciência do terceiro mundo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 255-258, jan.-fev. 1968.

LOTT analisa a situação do país. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 02, p. 03-04, maio.65.

MACHADO NETO. A. L. A ex-universidade de Brasília significação e crise **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 139-158, jul. 1967.

MALTA, Cesar. A ´revolução brasileira´de Caio Prado Junior. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9-10. 75-84, set.-nov. 1966.

MANIFESTO de intelectuais brasileiros. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 03, p. 387, set. 1968.

MANIFESTO de professores americanos sobre o caso São Domingos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 77-81, mar.1966.

MARCUSE, Herbert. Finalidade, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 79-90, set.-dez.1968.

_____.Liberdade e agressão na sociedade tecnológica. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 03-12, mar.-abr.1968.

MARTINS, Luciano. Aspectos políticos da revolução brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.02, p. 15-38, maio.65.

_____. Formação do empresariado industrial no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 91-132, maio 1967.

MARTINS, Rui. De Auschwitz ao Harlem. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 203-208, maio 1967.

MCCARTHY, Eugene J. A militarização da América. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 41-44, set-dez. 1968.

MITCHELL, Juliet. Mulheres, a revolução mais longa. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 5-42, jul. 1967.

MOURÃO FILHO, Olimpio. Integra do depoimento dado à imprensa pelo general Olimpio Mourão Filho. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 431-435, maio 1966.

NASCIMENTO, Abadias do. Teatro Negro do Brasil uma experiência sócio-racial. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 193-212 jul. 1968.

NOTA de abertura. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Especial 02, p. 06, jul. 1968.

O MOVIMENTO negro nos Estados Unidos – “now” – imperialismo e racismo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 243-249, mar.-abr. 1968.

O NEOCOLONIALISMO dos Estados Unidos no Vietname. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 233-241, mar.-abr. 1968.

O PROBLEMA da sucessão. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 5-6, p. 5-9, mar. 1966.

O TRONO de Macbeth. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 03-11, dez.1966-mar. 1967.

ÓCIO glorificado. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 343-345, jul.1965.

PEREIRA, Osny Duarte A lei de remessa de lucros no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 201-212, set. 1967

POERNER, Arthur José. O povo fardado da Argélia. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 117-122, set. 1965.

_____. Revolução em liberdade. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 85-92, maio 1965.

POLÍTICA externa independente: um balanço. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 59-84, mar.1965.

PRADO J. Caio. Adendo à Revolução Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.14, p. 43-74, jul.67.

PRINCÍPIOS e propósitos. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 03-04, mar.1965.

PROENÇA, M. Cavalcanti. As duas pontas da hierarquia. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 9-10, p. 7-16, set.-nov. 1966.

_____. Flora mutável. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 05, jul.1966.

_____. O trono de Macbeth. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 08, dez.1966-mar.1967.

_____. A disseminância de abril. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 3-15, maio 1966.

QUESTIONÁRIO proposto pela Revista Civilização Brasileira a personalidades da vida pública nacional. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 15-75, maio 1966.

RODRIGUES, Jayme Azevedo A unidade do mundo subdesenvolvido e o conflito norte-sul. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 59-84, mar.1965.

RODRIGUES, José Honório. O ensino superior da história e a reforma universitária. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 21-22, p. 03-26, set-dez. 1968.

SARTRE, Jean Paul. França, 1968: o que restou de maio. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 19-20, p. 60-66, maio-ago. 1968.

_____. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11-12, p. 38-37, dez.1966-mar. 1967.

_____. O genocídio. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 03-18, jan.-fev. 1968.

SAXE-FERNANDES, John. A assistência militar dos USA e a paz americana. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 107-126, set. 1967.

SERRAN, João Ricardo. Perspectivas do Plano Nacional de Habitação. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 97-106, jul.1966.

SILVA, Armando Correa da. Estrutura e mobilidade social do proletariado urbano em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 57-90, maio 1967.

SILVEIRA, Cid. Teoria marxista da revolução Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.02, p. 123-134, maio.65.

SILVEIRA, Ênio. Primeira epístola ao Marechal. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 24-5, jul.1965.

_____.Segunda epístola ao Marechal: sobre a vara de marmelo. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 8, set.1965.

SILVEIRA, Romeu. Olhe onde pisa, negro (um verão racial nos EUA). **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 3-50, set. 1967.

SIMÕES, Jairo. Inflação brasileira e políticas de estabilização. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 107-136, maio 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da História Nova. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 40-50, jul.1965.

_____. O momento literário. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 15, p.213-214, set. 1967.

TAVARES, Assis. Caio Prado e a teoria da revolução brasileira. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v.11-12, p. 48-80, dez.66 mar.67.

TERRORISMO cultural. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 239-299, mar.1965.

WEFFORT, Francisco C. Estudo e massas no Brasil. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 137-158, maio 1966.

_____. Raízes do populismo em São Paulo. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 39-60, maio.1965.

WINSTON, Henry. Luta pelos direitos civis. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 245-254, jan.-fev. 1968.

DISPOSITIVOS LEGAIS CONSULTADOS

BRASIL, Ato Institucional, de 09 de abril de 1964. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 3193, 11.04.1964.

BRASIL, Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 11017, 27.10.1965.

BRASIL, Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 11017, 27.10.1965.

BRASIL, Ato Institucional n. 3, de 05 de fevereiro de 1966. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1435, 05.2.66.

BRASIL, Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1, 19.09.1946. art. 141.

BRASIL, Lei 5250-67 de 09 de fevereiro de 1965. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 1657, 10.02.1965.

APÊNDICE 1

	1 Marco 65 304 páginas	2 Maio 65 360 páginas	3 Julho 65 368 páginas	4 Setembro65 381 páginas
1. Editorial	1	1	1	1
2. Política nacional	5	4	4	6
3. Política internacional	3	2	3	4
4. Economia	2	4	2	2
5. Literatura	3	6	5	4
6. Cinema	2	2	3	1
7. Teatro	2	1	2	1
8. Artes plásticas	2	2	2	2
9. Música	1	0	1	1
10. Documentário	2	4	3	
11. Problemas culturais e filosóficos	0	3	4	3
12. Ciência e tecnologia	0	2	1	1
13. Cultura Popular	0	0	0	1
14. Direito	0	0	0	2
Total geral	23	31	31	29
Soma das áreas 1, 2, 3, 4, 10 e 14	13	15	13	15
Soma das áreas 1 e 2	6	5	5	7

APÊNDICE 2

	5-6 março 1966 375 páginas	7 maio 1966 480 páginas	8 julho 1966 332 páginas	9-10 Set.-nov. 1966 344 páginas
1. Editorial	1	0	0	0
2. Política nacional	3	3	2	2
3. Política internacional	2	2	3	1
4. Economia	2	1	3	1
5. Literatura	4	6	4	7
6. Cinema	2	2	1	2
7. Teatro	2	5	1	1
8. Artes plásticas	1	1	1	2
9. Música	1	2	2	2
10. Documentário	7	3	2	0
11. Problemas culturais e filosóficos	3	0	0	3
12. Ciência e tecnologia	0	0	0	0
13. Cultura Popular	1	0	0	0
14. Direito	0	6	4	2
15. Problemas Sociais e Políticos	3	1	2	2
16. Notas de leitura	0	16	7	17
17. Índice geral	0	1	0	0
18. Roteiro	0	0	0	1
19. Notas internacionais	0	0	0	2
20. História	0	0	0	2
Total	32	49	32	47
Excluídas notas de leitura	32	33	25	30
Soma das áreas 1, 2, 3, 4, 10 e 14	15	15	14	6
Soma das áreas 1 e 2	4	3	2	2

APÊNDICE 3

MEDIDAS COERCITIVAS	Exemplar
Declaração Universal dos Direitos Humanos	5
A Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Brasil	5
Novos Atos Institucionais do Governo Castelo Branco: o A.I. n° 2, o A.C. n° 01, o AC n° 04, o AI n° 3	5
Ato Institucional n° 3	5

APÊNDICE 4

AÇÕES JUDICIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS LEGAIS	Exemplar
I – A estabilidade dos Trabalhadores : sua evolução no Brasil	7
II – Acórdão Unânime do STF em favor do Editor Ênio Silveira	7
III – Mandado de segurança impetrado pela Editora Civilização Brasileira	7
IV – Informações prestadas pelo Gen. Riograndino Kruehl	7
V – Parecer da Procuradoria da República	7
VI – Certidões dos autos do Processo de Queixa-crime oferecida por Wilson Fadul	7
Hábeas-corpus impetrado junto ao STM em favor de Vários indiciados	8
Memorial de Heleno Fragoso	8
Hungria apela da sentença contra Carlos Heitor Cony	8
Defesa Prévia de Mário Martins	8
Mandado de segurança da Editora Civilização Brasileira contra o D.F.S.P.	9
As tradições democráticas e a honra do exército exigem a punição dos assassinos do Sargento Soares e dos autores do estupro de uma funcionária pública	9

APÊNDICE 5

DECLARAÇÕES E MANIFESTOS	Exemplar
Espírito Policial (Editorial do Jornal do Brasil)	5
O Manifesto do M.D.B	5
I – Integra do Depoimento dado à Imprensa pelo Gen. Olímpio Mourão Filho	7
II – Geração em Osasco	7
II – Retorno à Constituição	7

